

REVISTA COMUNICAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE - RCCS

Dossiê

#rccs15

OLHARES PARA O FUTURO

Ensino, Pesquisa e Inovações
RCCS – Edição 15, V.9 n1 2023/24

ISSN 2317-7519
COMUNICAÇÃO

UNEMAT★

Universidade do Estado de Mato Grosso
Campus Tangará da Serra
Curso de Jornalismo



Organização

ÉLMANO RICARTE DE AZEVÊDO SOUZA
LAWRENBURG ADVÍNCULA DA SILVA
PATRÍCIA CONTREIRAS
SONIA REGINA SOARES DA CUNHA

EXPEDIENTE

Revista Comunicação, Cultura e Sociedade

Volume 9, Número 15, Agosto/2023/Maio/24.

ISSN: 2317-7519

A Revista Comunicação, Cultura e Sociedade (RCCS) funciona desde 2013 como periódico acadêmico da área de Comunicação e suas áreas afins. A publicação semestral está vinculada ao curso de Jornalismo da Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat, com apoio da Editora da Unemat e do Grupo de Pesquisa Comunicação, Cultura e Sociedade. Atualmente ela é coordenada, editada e supervisionada por editoria executiva formada pelos professores Dr. Lawrenberg Advíncula da Silva (Unemat) e Dra. Sônia Regina Soares da Cunha (FATEC-SP), com o apoio editorial de: Luiz Kenji Umeno Alencar (Supervisão de Bibliotecas), Pedro Henrique Romeiro Ferreira (Assistência editorial), Heloiza Gadani Mendes de Souza (Assistência científica/parecerista).

DOSSIÊ OLHARES PARA O FUTURO: ENSINO, PESQUISA E INOVAÇÃO

Editores convidados: Ed. **PATRÍCIA CONTREIRAS** (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) e Prof. Dr. **ÉLMANO RICARTE DE AZEVÊDO SOUZA** (Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa).

CONSELHO EDITORIAL

Dra. Sonia Regina Soares da Cunha (FATEC-SP), Dr. Marcelo de Oliveira Pires (Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC-BA), Dr. Itamar Nobre (Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN), Dr. Josuel Mariano Hebenbrock (Universidad Pompeu Fabra, Espanha), Dr. Juliano Domingues da Silva (Universidade Católica de Pernambuco - Unicap-PE), Dr. Iuri Gomes Barbosa (Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat-MT), Dr. Rafael Rodrigues Lourenço Marques (Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat-MT), Dr. Paulo Eduardo Linz Cajazeira (Universidade Federal de Pelotas - UniPel-RS), Dr. Gibran Lachowski (Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat), Dr. Juliano Maurício de Carvalho (Universidade Estadual Paulista - Unesp-SP), Dra. Rosana Alves (Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat) e Dra. Antônia Alves (Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat).

COMISSÃO CIENTÍFICA

Dr. Lawrenberg Advíncula da Silva (Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat), Dra. Sonia Regina Soares da Cunha (FATEC-SP), Dr. Élmáno Ricarte de Azevêdo Souza (Instituto de Comunicação da Universidade Nova Lisboa-Portugal), Dra. Vânia Maria Lescano Guerra (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS), Dra. Marli Barboza (Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat), Dr. Uisflávio Evangelista (Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat), Dr. Alfredo José da Costa (Universidade Federal de Goiás - UFG-GO), Dra. Antônia Alves (Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat), Dda. Roscéli Kochhann (Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat), Ddo. Felipe Collar Berni

(Universidade do Vale do Rio Sinos - UNISINOS - RS) e Dr. Eduardo Luís Mathias Medeiros (Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat).

PARECERISTA DESTA EDIÇÃO

Dra. Rosana Alves (Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat), Dr. Itamar Nobre (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Dra. Sonia Regina Soares da Cunha (Fatec-SP), Dr. Juliano Domingues da Silva (Unicap-PE), Editora Patrícia Contreiras (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) e Dr. Lawrenberg Advíncula da Silva (Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat).

DESIGN GRÁFICO

Projeto Gráfico / Capa da edição: Dr. Lawrenberg Advíncula da Silva

EDITORIAÇÃO

A Revista Internacional de Folkcomunicação utiliza como sistema de editoração o Open Journal Systems (OJS).

INDEXAÇÃO

A Revista CCS está indexada em diversas bases dados. Entre elas, o Portal de Periódicos da Capes, Reviscom, Google Scholar e Directory of Open Acces Journals (DOAJ).

FALE COM A RCCS rcomculso@gmail.com / lawrenberg@unemat.br



SUMÁRIO

EDITORIAL.....	01
EDITORIAL II (em Inglês)	04

DOSSIÊ “OLHARES PARA O FUTURO”07

Inteligência Artificial e o conteúdo colaborativo no Jornalismo em televisão: Uma análise da aplicação “Você na RPC”	07
PAULO EDUARDO SILVA LINS CAJAZEIRA	

Uma revisão necessária da visualização sintética no jornalismo: Hiperinfografia como uma nova estrutura dinâmica	24
ADRIANA ALVES RODRIGUES WILLIAM ROBSON CORDEIRO	

Relações entre inovação e ensino: Uso de jogos digitais para estudo em Jornalismo especializado.....	47
GERALDO JOSÉ RODRIGUES LISKA	

Perspectivas sobre a pesquisa em Comunicação no Brasil: Mapeamento dos programas de pós-graduação e suas linhas de pesquisa.....	59
ANA PAULA LOPES DA SILVA RODRIGUES	

Retomada epistêmica, branquitude e colonialidade nos currículos acadêmicos de Comunicação: Uma autoetnografia em re-existência.....	76
LUAN MATHEUS DOS SANTOS SANTANA	

Covid-19: A detecção de fake news por professores de escola pública no Brasil.....	94
DIEGO DE DEUS ADINAN CARLOS NOGUEIRA	

A pauta é crime: Análise da representação do negro no Telejornalismo de Tangará da Serra.....	118
JULIA RIBEIRO BEZERRA FELIPE COLLAR BERNIE	

Jornalismo on line a partir de plataforma no-code.....	137
EDUARDO FERNANDO ULIANA BARBOZA	

Do Cedoc ao Memória Globo: preservação, acesso e uso aos arquivos de televisão.....	151
JOSE JULLIAN GOMES DE SOUZA	

Sagrado feminino e a experiência corporal: Representações do eu em mídias sociais	170
VALQUÍRIA DA SILVA BARROS	

Resenha: Como usar o chatgpt em sala de aula.....	190
LAWRENBURG ADVÍNCULA DA SILVA SONIA REGINA SOARES DA CUNHA	

EDITORIAL

Numa era definida por rápidos avanços tecnológicos e pela proliferação da inteligência artificial (IA), a intersecção entre inovação, pesquisa e educação assume um significado profundo, particularmente no domínio dos estudos de Comunicação. Como editores, temos o prazer de apresentar esta edição da *Revista de Comunicação Cultura e Sociedade* da Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), que convida os leitores a refletir criticamente sobre a evolução das relações entre as Inteligências Humana e a Artificial, o impacto transformador da pandemia da COVID-19 nos paradigmas educacionais e as considerações éticas que cercam a integração de tecnologias de Inteligência Artificial gerativa (genAI) na ambiência educacional. Embora a Inteligência Artificial possa memorizar todas as palavras de uma língua, ainda assim, a narrativa carece da essência criativa inédita sensibilizadora que só o Humano possui. É preciso vivenciar a palavra através dos sentidos e das emoções para compreender e sentir sua representação simbólica.

A questão central que permeia esta edição é como podemos estabelecer uma sobreposição significativa entre a Inteligência Humana e a Inteligência Artificial, aproveitando os pontos fortes de cada uma para melhorar a pesquisa e os resultados educacionais na contemporaneidade? À medida que navegamos no cenário pós-pandemia, caracterizado pelo aumento da virtualidade no tempo e espaço da aprendizagem e da autoaprendizagem, tanto educadores quanto educandos enfrentam desafios e oportunidades únicos para o exercício cognitivo interativo entre ambos, presencial e virtualmente, de maneira inclusiva, democrática e cidadã. A pluralidade dialógica inclui trabalhar políticas públicas que possibilitem ampliar a conexão gratuita nas regiões com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo da média, navegar pelas complexidades do uso do telefone celular durante as aulas presenciais e lidar com as considerações éticas dos alunos que utilizam ferramentas de Inteligência Artificial gerativa (genAI), como o GPT, em seus trabalhos acadêmicos.

Sobre o tema apresentamos a resenha do livro *ChatGPT Assignments to Use in Your Classroom Today*, dos educadores Kevin Yee, Kirby Whittington, Erin Doggette e Laurie Uttich, da Universidade da Flórida Central (UCF), que defendem uma abordagem diferenciada para a integração de tecnologias de genAI na educação. Os autores destacam mais de 50 oportunidades inovadoras para educadores e estudantes aproveitarem a IA, especificamente GPT, como uma ferramenta pedagógica na sala de aula.

Os artigos desta edição abrangem uma ampla gama de tópicos dentro dos estudos de Comunicação, refletindo a amplitude e profundidade da pesquisa e dos estudos neste campo. Da investigação do papel da Inteligência Artificial na produção jornalística à exploração de jogos digitais para estudo jornalístico, do exame da representação no jornalismo televisivo à análise da preservação de arquivos de mídia, cada uma das pesquisas oferece perspectivas e contribuições únicas para análise do discurso sobre comunicação, tecnologia e sociedade.

Paulo Eduardo Silva Lins Cajazeira, da Universidade Federal de Pelotas assina o texto *A Inteligência Artificial e o conteúdo colaborativo no Jornalismo em televisão* que trata do uso da Inteligência Artificial no Jornalismo da TV Globo Paraná, no processo de produção, checagem e seleção de conteúdo enviado pelo telespectador através de aplicativos. O artigo *Uma revisão necessária da visualização sintética no Jornalismo: a hiperinfografia como nova estrutura dinâmica*, assinado por Adriana Alves Rodrigues, da Universidade Federal da Paraíba e William Robson Cordeiro, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte apresenta uma revisão dos conceitos e categorias da produção infográfica multimidiática jornalística na contemporaneidade. Geraldo José Rodrigues Liska, da Universidade Federal de Alfenas, escreve sobre as *Relações entre inovação e ensino: uso de jogos digitais para estudos em Jornalismo especializado*, uma proposta de game digital para estudo jornalístico, como ferramenta para o desenvolvimento de habilidades profissionais na área da comunicação.

Ana Paula Lopes da Silva Rodrigues, da Universidade Federal de Viçosa analisa as *Perspectivas sobre a pesquisa em Comunicação no Brasil: mapeamento dos programas de pós-graduação e suas linhas de pesquisa*, um estudo sobre os cursos de Mestrado e Doutorado dos programas de pós-graduação em Comunicação no Brasil, buscando identificar uma possível descentralização para as regiões menos especializadas do País. *Retomada epistêmica, branquitude e colonialidade nos currículos acadêmicos de Comunicação: uma autoetnografia em re-existência* é o título do artigo de Luan Matheus Dos Santos Santana, da Universidade Federal do Cariri, que apresenta um estudo autoetnográfico reflexivo sobre a colonialidade na matriz teórica do cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará. *COVID-19: a detecção de fake news por professores de escolas públicas no Brasil* é o artigo assinado por Diego de Deus, da Associação Brasileira de TV Universitária e Adinan Carlos Nogueira, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. O estudo analisa os processos de identificação de notícias falsas sobre o vírus Covid 19, por alunos e professores de escolas públicas brasileiras. Julia Ribeiro Bezerra e Felipe Collar Bernie da Universidade do Estado

de Mato Grosso escrevem o artigo *A pauta é crime: análise da representação do negro no telejornalismo de Tangará da Serra*, que apresenta uma investigação sobre a representação de pessoas pretas e pardas no jornalismo televisual local do município de Tangará da Serra, estado de Mato Grosso.

O artigo *Jornalismo online a partir de plataformas no-code* assinado por Eduardo Fernando Uliana Barboza, da Universidade Tuiuti do Paraná analisa as plataformas digitais *no-code*, ou seja, ferramentas intuitivas de arrastar e soltar que reduzem ou dispensam o trabalho do desenvolvedor, e portanto, podem ser utilizadas para a produção de conteúdo jornalístico online. *Do CEDOC ao Memória Globo: preservação, acesso e uso aos arquivos de televisão* assinado por José Jullian Gomes de Souza, da Universidade Federal do Ceará é um estudo sobre o arquivo Memória Globo analisando a preservação dos arquivos produzidos pelo Grupo Globo, bem como a utilização em acesso aberto e gratuito, de parte do material, pelo público. *Sagrado Feminino e experiência corporal: representações do eu em mídias sociais* assinado por Valquíria da Silva Barros, da Universidade Federal do Rio de Janeiro apresenta uma pesquisa exploratória sobre a expressão nas mídias digitais das noções de espiritualidade e felicidade relacionadas ao movimento do *Sagrado Feminino*.

Convidamos os leitores a se envolverem profundamente com os artigos aqui apresentados, contemplando as implicações éticas, pedagógicas e sociais da integração da genAI, da expressão da mídia digital e do cenário em evolução das práticas sociais comunicacionais. Esperamos que esta edição sirva como um catalisador para o diálogo, a inovação e a reflexão crítica na intersecção em constante evolução dos processos educativos e tecnológicos, especialmente para a pesquisa acadêmica no campo da Comunicação.

Boa leitura e exploração intelectual.

ÉLMANO RICARTE DE AZEVÊDO SOUZA

Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa

LAWRENBURG ADVÍNCULA DA SILVA

Universidade do Estado de Mato Grosso

PATRÍCIA CONTREIRAS

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

SONIA REGINA SOARES DA CUNHA

Faculdade de Tecnologia de São Paulo

EDITORIAL (EM INGLÊS)

In an era defined by rapid technological advances and the proliferation of Artificial Intelligence (AI), the intersection between innovation, research and education takes on profound significance, particularly in the domain of Communication studies. As editors, we are pleased to present this edition of the *Revista de Comunicação Cultura e Sociedade* da Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), which invites readers to critically reflect on the evolution of relationships between Human and Artificial Intelligence, the transformative impact of the coronavirus pandemic COVID-19 in educational paradigms and the ethical considerations surrounding the integration of generative Artificial Intelligence (genAI) technologies in the educational environment. Although Artificial Intelligence can memorize all the words of a language, the narrative still lacks the unprecedented creative sensitizing essence that only Humans possess. Must need, to experience the word through the senses and emotions to understand, and to experience the word and feel its symbolic representation.

The central question that permeates this edition is how can we establish a significant overlap between Human Intelligence and Artificial Intelligence, leveraging the strengths of each to improve research and educational outcomes in contemporary times? As we navigate the post-pandemic scenario, characterized by increased virtuality in the time and space of learning and self-learning, both educators and students face unique challenges and opportunities for interactive cognitive exercise between them, in person and virtually, in an inclusive way, democratic and citizen. Dialogical plurality includes working on public policies that make it possible to expand free connection in regions with a below-average Human Development Index (HDI), navigating the complexities of cell phone use during face-to-face classes and address the ethical considerations of students using generative Artificial Intelligence (genAI) tools, such as GPT, in their academic work.

On the topic, we present a review of the book *ChatGPT Assignments to Use in Your Classroom Today* by educators Kevin Yee, Kirby Whittington, Erin Doggette and Laurie Uttich, from the University of Central Florida (UCF), who defend a differentiated approach to the integration of technology genAI in education. The authors highlight more than 50 innovative opportunities for educators and students to leverage AI, specifically GPT, as a pedagogical tool in the classroom.

The articles in this issue cover a wide range of topics within Communication studies, reflecting the breadth and depth of research and scholarship in this field. From investigating the role of Artificial Intelligence in journalistic production to exploring

digital games for journalistic study, from examining representation in television journalism to analyzing the preservation of media archives, each of the research offers unique perspectives and contributions to discourse analysis about communication, technology and society.

Paulo Eduardo Silva Lins Cajazeira, from the Federal University of Pelotas, signs the text *Artificial Intelligence and collaborative content in Television Journalism* which deals with the use of Artificial Intelligence in Journalism at TV Globo Paraná, in the process of production, checking and selection of content sent by the viewer through applications. The article *A necessary review of synthetic visualization in Journalism: hyperinfography as a new dynamic structure*, written by Adriana Alves Rodrigues, from the Federal University of Paraíba and William Robson Cordeiro, from the State University of Rio Grande do Norte, presents a review of the concepts and categories of multimedia journalistic infographic production in contemporary times. Geraldo José Rodrigues Liska, from the Federal University of Alfenas, writes about the *Relationships between innovation and teaching: use of digital games for studies in specialized Journalism*, a proposal for a digital game for journalistic studies, as a tool for developing professional skills in the area of Communication.

Ana Paula Lopes da Silva Rodrigues, from the Federal University of Viçosa analyzes the *Perspectives on Communication research in Brazil: mapping postgraduate programs and their lines of research*, a study on Master's and Doctorate courses in postgraduate programs degree in Communication in Brazil, seeking to identify a decentralization for the less specialized regions of the country. *Epistemic recovery, whiteness and coloniality in academic Communication curricula: an autoethnography in re-existence* is the title of the article by Luan Matheus Dos Santos Santana, from Federal University of Cariri, which presents a reflexive autoethnographic study on coloniality in the theoretical matrix of the Master's and Doctorate courses of the Postgraduate Program at the Federal University of Ceará. *COVID-19: the detection of fake news by public school teachers in Brazil* is the article written by Diego de Deus, from the Brazilian University TV Association and Adinan Carlos Nogueira, from the Pontifical Catholic University of Minas Gerais. The study analyzes the processes of identifying fake news about the Covid 19 virus, by students and teachers from Brazilian public schools. Julia Ribeiro Bezerra and Felipe Collar Bernie from the State University of Mato Grosso write the article *The agenda is a crime: analysis of the representation of black people in television journalism in Tangará da Serra*, which presents an investigation into the representation of black and brown people in local television journalism from the municipality of Tangará da Serra, state of Mato Grosso.

The article *Online journalism from no-code platforms* written by Eduardo Fernando Uliana Barboza, from Universidade Tuiuti do Paraná, analyzes no-code digital platforms, that is, intuitive drag and drop tools that reduce or eliminate developer work, and therefore, they can be used to produce online journalistic content. *From CEDOC to Memória Globo: preservation, access and use of television archives* signed by Jose Jullian Gomes de Souza, from the Federal University of Ceará is a study on the Memória Globo archive analyzing the preservation of the archives produced by Grupo Globo, as well as the use in open and free access, part of the material, by the public. *Sacred Feminine and bodily experience: representations of the self in social media* written by Valquíria da Silva Barros, from the Federal University of Rio de Janeiro, presents exploratory research on the expression in digital media of notions of spirituality and happiness related to the *Sacred Feminine* movement.

We invite readers to engage deeply with the chapters presented here, contemplating the ethical, pedagogical, and social implications of genAI integration, digital media expression, and the evolving landscape of social communication practices. We hope that this edition will serve as a catalyst for dialogue, innovation and critical reflection at the ever-evolving intersection of educational and technological processes, especially for academic research in the field of Communication.

Happy reading and intellectual exploration.

ÉLMANO RICARTE DE AZEVÊDO SOUZA

Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa

LAWRENBURG ADVÍNCULA DA SILVA

Universidade do Estado de Mato Grosso

PATRÍCIA CONTREIRAS

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

SONIA REGINA SOARES DA CUNHA

Faculdade de Tecnologia de São Paulo

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O CONTEÚDO COLABORATIVO NO JORNALISMO EM TELEVISÃO: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO “VOCÊ NA RPC”

Artificial intelligence and collaborative content in television journalism: an analysis of the “Você na RPC” application

PAULO EDUARDO SILVA LINS CAJAZEIRA¹
Universidade Federal de Pelotas - UFPel - RS

Resumo

O objetivo deste estudo é investigar o uso de inteligência artificial (IA), no conteúdo colaborativo no jornalismo audiovisual encaminhado pelo público, por meio de aplicações digitais (*apps*) às emissoras de televisão. A intenção é avaliar como se dá a presença da IA no processo de produção, checagem e seleção do conteúdo colaborativo (imagens fixas e em movimento), encaminhadas pelo público, por meio de aplicações digitais desenvolvidas por emissoras de TV. Como objeto de análise, investigou-se as imagens colaborativas enviadas e publicadas nos telejornais da RPCTV, afiliada da TV Globo no Paraná, por meio do aplicativo “você na RPC”. Evidenciou-se questões de jornalismo colaborativo, uso da segunda tela (*smartphone*) e engajamento da audiência nas notícias factuais (*hard news*).

Palavras-chave: Inteligência Artificial, Jornalismo Colaborativo, Telejornalismo Local, Aplicação Digital.

Abstract

The goal of this study is to investigate the use of artificial intelligence (AI) in collaborative content in audiovisual journalism sent by the public, through digital applications (*apps*) to television stations. The intention is to evaluate how the presence of AI occurs in the process of production, checking and selection of collaborative content (still and moving images), sent by the public, through digital applications developed by TV stations. As an object of analysis, we investigated the collaborative images sent and published on the news programs of RPCTV, a TV Globo affiliate in Paraná, through the “Você na RPC” application. Issues of collaborative journalism, use of the second screen (*smartphone*) and audience engagement in factual news (*hard news*) were highlighted.

Keywords: artificial intelligence, collaborative journalism, local broadcasting, digital application.

Introdução

As imagens de conteúdo colaborativo quando enviadas pela internet às redações de televisão, passam a compor um banco de dados, que pode utilizá-las ou não na programação jornalística. A definição de

¹ Professor Associado da Universidade Federal de Pelotas lotado no Centro de Letras e Comunicação - Curso de Jornalismo. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (Mestrado) da Universidade Federal do Cariri. Pós-doutorado em Ciências da Comunicação no Laboratório de Comunicação e Conteúdos Online (Labcom Online) da Universidade da Beira Interior (Portugal), Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestre em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná e Graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
E-mail: paulo.cajazeira@ufca.edu.br

escolha da imagem de conteúdo colaborativo, antes de responsabilidade direta dos editores dos jornais televisivos, divide a função com a *inteligência artificial* que, por meio de determinados programas, seleciona, categoriza e verifica a informação. Compreende-se que, a partir do uso de aplicações digitais de mensagens instantâneas, criaram-se dinâmicos modos de interação, que afetaram a rapidez da circulação das informações.

O jornalismo utiliza-se atualmente de alguns programas de verificação tais como: *Midjourney*, *Dall-E* e *DeepAI*, além do upload de fotos em ferramentas do *Google*, *TinEye* ou *Yandex*. No período analógico, a checagem da veracidade das informações cabia quase que exclusivamente ao jornalista/editor, mas, com os processos de digitalização, essa função foi dividida com sistemas programados de IA. Contudo, nem toda a imagem enviada pelo público, por meio de canais de comunicação com os telejornais, é checada, apenas as imagens selecionadas pelos editores de jornalismo.

Como pergunta-problema elencou-se a seguinte questão: “Como a inteligência artificial contribui com os processos de checagem e seleção de imagens de conteúdo colaborativo no jornalismo audiovisual?”. Como hipótese, acredita-se que a memória coletiva do cotidiano, apreendida pelo público, participa de uma seleção digital prévia nos sistemas de programação dos próprios dispositivos móveis. A imagem colaborativa pode ser afetada por sugestões de enquadramentos, recortes, iluminação, cor e textura.

Por outro lado, em câmeras de vigilância de órgãos públicos, estabelecimentos privados e residências particulares, a checagem das imagens é feita quase que exclusivamente pela interferência humana. A começar pela data e o horário das gravações, seguido pelo ângulo de enquadramento até o alcance de visualização do obturador.

Dessa forma, o documento audiovisual colaborativo nada mais é do que uma nova forma de representar a informação a partir de outro suporte, cujo objetivo permanece sendo o mesmo de um documento textual: a recuperação da informação. Além da operacionalidade própria de cada meio de comunicação, os jornalistas lidam diariamente com plataformas digitais, que impõem parâmetros para produção.

Revisão teórica

Conforme Canavilhas et al. (2014), os algoritmos estão pautando os jornalistas, já que eles são orientados a noticiar o que causa engajamento nas redes sociais. Já os bibliotecários, profissionais que trabalham na salvaguarda dos arquivos de TV, podem agir de forma ainda mais potente do que os algoritmos. Eles podem pautar os jornalistas através do olhar que possuem pelo passado recente e antigo, já que mergulhar no pretérito é algo que a pessoa bibliotecária faz diariamente e com o qual o jornalista e o espectador têm dificuldade em fazer. A memória está na sala do arquivo de TV e não nos corredores de uma redação jornalística.

Conforme Bauman (2001), existem dois modelos de visibilidade: o panóptico e o sinóptico, que se relacionam à mobilidade e ao sedentarismo. O sinóptico pode ser relacionado à mobilidade, e o panóptico, ao nomadismo. A televisão analógica estava até o início do século XXI no modelo de produção e recepção panóptico.

Com a digitalização da mídia televisiva, altera-se para um modelo sinóptico, no qual o público participa, interfere e altera as formas de interação. Ao contrário do panóptico, em que há a necessidade de inserir os vigiados no espaço de observação, produzindo a certeza de que tudo é passível de vigilância e, conseqüentemente, de punição, no segundo modelo, o sinóptico, o ato de vigiar desprende os vigilantes de sua localidade, não importando a distância (BAUMAN, 2001, p. 16).

Isso contribui para a instituição de novos modelos e valores de legitimação da existência individual – uma dinâmica de visibilidade midiática de estar na mídia –, deixar-se representar ou se autorrepresentar. É nessa tênue e ambígua fronteira entre o desejo de participação midiática do público no telejornal e o incentivo do constante do telejornal convocando o público a fazer parte do processo, que se orienta esta investigação (CAJAZEIRA, 2019).

De 2000 até o presente –, o conceito de interatividade se estabelece nas relações com o público e a sua conseqüente audiência. Tudo isso por causa de uma nova plataforma: a internet – ambiente virtual para onde convergiram os formatos dos grandes veículos de comunicação. Com a enorme quantidade de usuários, a internet trouxe diversos benefícios para a comunicação e ainda possibilitou a

participação e a interatividade do meio de comunicação com o consumidor de notícias. “As novas tecnologias da informação oferecem instantaneidade, interatividade, abrangência e liberdade” (TOURINHO, 2007, p. 21).

Os cidadãos procuram um local para debater e a televisão é um destino provável, porque sempre está disponível ao alcance do público da TV aberta ou a cabo, com uma variação de possibilidades e suportes de acesso. As emissoras têm a consciência da importância da participação do telespectador, por isso investem fortemente nas estratégias de interação, sempre disponibilizando esses espaços de participação, haja vista que quase toda a programação na TV, atualmente, permite a interação com o público.

Segundo Cirne (2017), essas reformulações são parte do amadurecimento dos telejornais e o entendimento de que é preciso se apropriar das tecnologias existentes. Para a autora (p.170), esses programas têm uma “função pedagógica”. “Charron & Bonville definem tais revoluções como momentos em que valores e práticas, tidos como essenciais ao exercício dessa atividade, passam por um momento de crise. (...) verifica-se uma forte tensão cognitiva de um grupo considerável de jornalistas em torno dos elementos que estão em via de se transformarem. Do ponto de vista socio discursivo, os processos de revolução paradigmática envolvem alterações de tal amplitude que as regras associadas ao discurso jornalístico e o discurso em si não são reconhecíveis quando comparados ao paradigma anterior” (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011; p. 42/43).

Devido às tecnologias digitais, que possibilitaram a convergência entre as mídias, o “contrato de escuta” (VERÓN, 2005, p. 276) se realiza com diversos recursos tecnológicos de informação e comunicação. O público, ao interagir nos suportes das mídias digitais, tem a sua copresença na TV estimulada pelo uso da internet. O espaço do telespectador é um “dispositivo de enunciação” pelo qual opera o contrato de escuta entre o meio e o público. “No campo das mídias, comunicar hoje implica manter um laço contratual no tempo” (VERÓN, 2005, p. 276).

Quando se pensa em internet, as formas de interação são as mais diversas: fale conosco, blogs, mensagens via sms, aplicativos de mensagens instantâneas, aplicativos específicos para enviar imagens (fixas e em movimento) à produção de

jornalismo das emissoras de televisão. No processo, existe uma interação mediada pelo suporte do computador ou smartphone no envio de mensagens com uma única direção, a televisão, que está organizada para receber as participações produzidas pelos telespectadores.

Contudo, faz-se necessário afirmar que esse sistema mediado pelo computador/smartphone fornece simulações de participação no processo comunicativo. O suporte, como tecnologia mediadora, atua no sentido de transparecer essa representação simbólica de situações interativas. O fenômeno dessa ação estimula a experiência simulada de participação, que funciona como um mecanismo auxiliar no processo de interação do público com a televisão (CAJAZEIRA, 2014).

As principais referências bibliográficas neste estudo trabalham na perspectiva de métodos de análise da imagem dos pesquisadores Martine Joly (1994) e Philippe Dubois (2014), na teoria de *gatewatching* de Axel Bruns (2005), Pase, Pellanda e Cunha (2019), no que se refere ao uso de aplicações digitais no jornalismo, e a compreensão da essência do conteúdo colaborativo com os ensinamentos de Logan (2019), em uma perspectiva crítica às transformações da existência na mídia, discute o conceito original de McLuhan.

Descrição do objeto de análise

Procurou-se investigar a aplicação digital “Você na RPC”, nas edições de março de 2023, nos telejornais locais: Bom Dia Paraná, Meio-Dia Paraná e Boa Noite Paraná, da Rede Paranaense de Comunicação (RPCTV), emissora de televisão regional brasileira sediada em Curitiba, capital do Estado do Paraná, Brasil, e afiliada à Rede Globo de Televisão no País. O jornal se tornou mais popular e com uma relação mais horizontal, para isso foi usado o aplicativo “Você na RPC”. Nele é possível enviar mensagens, fotos e vídeos. Ou seja, os telespectadores podem comentar uma notícia que foi ao ar, enviar fotos que são solicitadas pelos apresentadores ou vídeos com alguma pauta; por exemplo. A seguir algumas imagens do aplicativo utilizado nesta pesquisa: 1) a interface, o processo de interação ao vivo no estúdio do telejornal e a mensagem divulgada ao vivo no jornal Bom Dia Paraná.

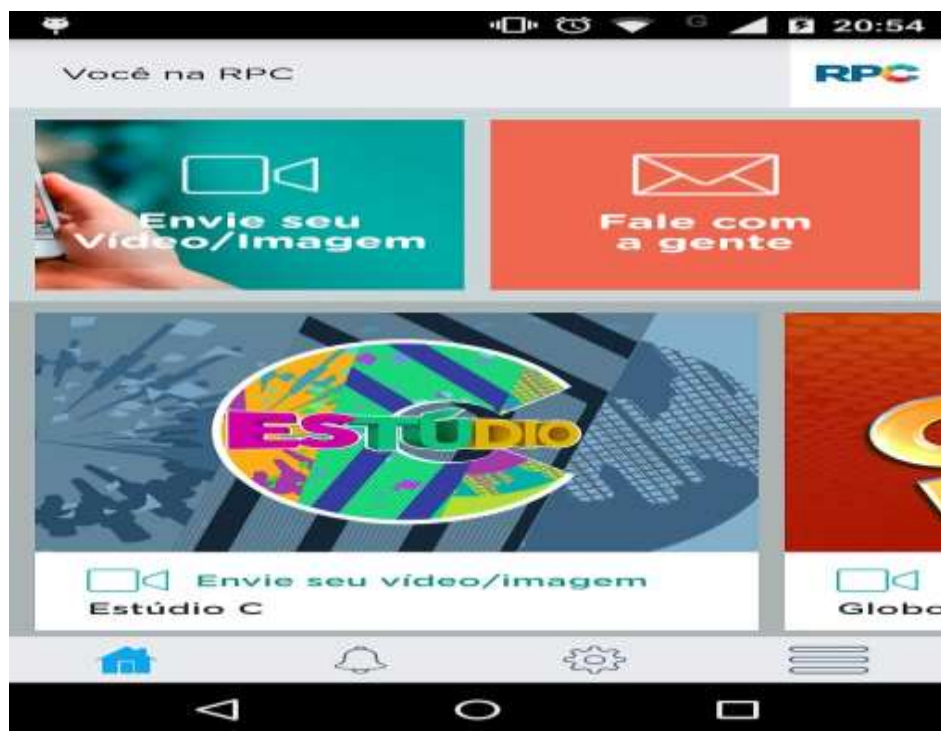


Imagem 01 - aplicativo “Você na RPC”

Fonte: <http://www.rpc.com.br/rpctv/>.



Imagem 02 - interação no telejornal.

Fonte: <http://www.rpc.com.br/rpctv/>.



Imagem 03 - texto interativo.

Fonte: <http://www.rpc.com.br/rpctv/>.



Imagem 04 - texto das funcionalidades do app “Você na RPC”.

A aplicação possui as seguintes funções, conforme consta no site da empresa de comunicação: 1) notícias em tempo real, destaques para os assuntos mais lidos pela audiência, seja na própria zona ou regional, 2) envio de fotos e vídeos, 3) chat, 4) ferramenta de criação de lembretes para programas favoritos, 5) definição de localização para leituras de notícias locais e seleção de interesses para maior controle das notificações.

A empresa Rede Paranaense de Comunicação (RPC) desenvolveu um contrato de cessão das imagens com as seguintes informações direcionadas ao público interagente. A ação tem como objetivo a interação dos usuários da internet com a equipe do jornalismo da RPC, mediante o envio de fotografias temáticas devidamente identificadas pelo app; para participar o utilizador (internauta) deverá enviar a imagem devidamente identificada, que poderá ser exibida nos jornais RPCTV na Internet, bem como em VT, no segmento de televisão aberta.

Com o ato de identificação/marcação da foto, considera-se que o usuário está cedendo os direitos de propriedade intelectual, inclusive autorais, de imagem e nome para a RPC, de forma universal, exclusiva, definitiva e gratuita, resguardados os direitos morais de autor, nos termos da Lei Federal 9.610/98. A RPC poderá dispor livremente da imagem, dando-lhe qualquer utilização econômica, sem que ao usuário caiba qualquer remuneração ou compensação, sem limitação de tempo ou de número de vezes, incluindo, mas não se limitando a usar, editar, reproduzir, adaptar, publicar, criar trabalhos derivados a partir dela, distribuir, executar e exibir o conteúdo e/ou incorporá-lo em outras obras sob qualquer forma, mídia, segmento de mercado (inclusive TV Aberta) ou tecnologias conhecidas ou que venham a ser desenvolvidas.

O utilizador assume a responsabilidade pela fotografia, inclusive com relação a sua titularidade, originalidade e à utilização de conteúdos de terceiros (se for o caso), bem como declara que a utilização de qualquer material protegido por propriedade intelectual, direito autoral e direitos da personalidade na concepção da fotografia/vídeo encontra-se regularizada, bem como que obteve as permissões e autorizações eventualmente necessárias para a disponibilização do material.

Torna-se ciente de que não terá direito a qualquer remuneração e/ou participação nos resultados financeiros de eventuais produtos, processos e/ou projetos gerados em razão da utilização da fotografia pela RPC, bem como que o arquivo (fotografia/vídeo) poderá eventualmente ser copiado e/ou compartilhado por usuários das redes sociais em razão das características inerentes ao ambiente da internet, sem qualquer possibilidade de intervenção da RPC e à sua revelia, o que não ensejará qualquer espécie de responsabilidade para a RPC.

Coleta dos dados

Para analisar a interatividade do usuário com a aplicação digital, “Você na RPC”, a fim de verificar o que se trata de influência direta humana e/ou de programação por meio de inteligência artificial, nos baseamos nas fichas encontradas no livro organizado por Marcos Palácios (2011), e na ficha sobre “Ferramentas para análise da interatividade em cibermeios”, elaborada por Cajazeira, Souza e Bringel (2015).

O objetivo deste instrumento foi em avaliar como a aplicação digital explora a interatividade e a participação do público nos jornais televisivos mediante a convergência do conteúdo jornalístico. A interatividade é uma das palavras que mais ouve-se em termos de métricas de audiência. Principalmente com a revolução da Internet das coisas, das suas possibilidades e potencialidades que trouxeram ao meio social, o conceito está sendo bastante discutido e tornando-se cada vez mais complexo.

No jornalismo televisivo, esses recursos tecnológicos representam uma alternativa à informação que possibilita ao telespectador visualizar, dialogar e interagir com a produção dos telejornais na forma permitida pela plataforma de uso. Essas formas de interação com a audiência têm merecido atenção das emissoras de TV. As questões a seguir foram pensadas exclusivamente para a compreensão da interatividade no cibermeio e a influência da IA na execução das tarefas do processo: submissão, envio e recebimento do conteúdo colaborativo pelos jornalistas.

Na sequência, apresenta-se a ficha utilizada com cinco perguntas fechadas para análise e compreensão dos termos pesquisados: 1. Possui um canal específico no site que explique as funções do *app*, “Você na RPC”, ao interagente? Verificou-

se a existência de um espaço que explica as funções, possibilidade de uso e formas de gravação e envio. 2. O site possui interatividade com o app? - Esse item é fundamental para perceber como se dá a interação entre os cibermeios; 3) O público do telejornal é o mesmo que se encontra na Internet e no suporte do aparelho de TV? - aqui vê que há uma relação proporcional dos utilizadores dos cibermeios do telejornal e os que apenas acompanham o jornal pelo suporte da TV, ou em ambos os ambientes midiáticos.

Procurou-se também pesquisar se esse público é o mesmo que se desloca entre os cibermeios, com a seguinte pergunta: 4) O público assiste a partes do jornal na internet, ou vê o jornal com a mediação do suporte da TV? Nesse caso, o questionamento é importante para quantificar e analisar o perfil do interagente: utilizador, telespectador, utilizador/telespectador e para finalizar o quinto e último questionamento: 5) Quais os temas mais partilhados no app? - Outro item de relevância que podemos destacar é em relação à classificação dos conteúdos colaborativos em editorias nos jornais.

Análise dos dados

No período de observação para a construção da ficha, verificou-se a existência do envio instantâneo da foto, vídeo ou texto direto pelo app, o que leva a uma maior complexidade para o interagente no processo de participação. Afinal, necessita dirigir-se à loja de apps no seu smartphone ou tablet, selecionar o app da empresa de comunicação e descarregá-lo no seu dispositivo, porém, novamente, identifica-se que ver a determinadas reportagens ou partes do telejornal em momentos pós-hora de exibição, ou mesmo ao vivo é algo que depende de dados específicos de tempo de visualização na web ou no app.

O uso do recurso de segunda tela (smartphone) no processo interacional é uma realidade, visto que, conforme pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2019), em relação à quantidade de smartphone, a pesquisa aponta que permanece com mais de 1 por habitante em uso no Brasil. Ao todo, são 234 milhões de celulares inteligentes (smartphones). Ao adicionar notebooks e tablets, são 342 milhões de dispositivos portáteis em junho 2020, ou seja, 1,6 dispositivo portátil por habitante.

A pesquisa apontou que hoje, no Brasil, vende-se quatro celulares por televisão, uma televisão por computador. Através dos resultados divulgados, pode-se observar que está cada vez mais comprovado o processo de transformação digital das empresas e da sociedade. A quantidade de computadores em uso no Brasil também traz um dimensionamento da importância da tecnologia. O estudo ainda complementa que atualmente são 190 milhões de computadores - desktop, notebook e tablet -, em uso no país. Um volume corresponde a 9 computadores para cada 10 habitantes.

O volume de venda anual de computadores em 2019 no Brasil foi de 12 milhões, essa é a mesma quantidade de 2016 e 2017, metade das vendas de 2013. Com a pandemia da covid-19, o aumento do trabalho em *home-office* ocorreu uma tendência no aumento no uso e venda de computadores, smartphone e tablets. Conforme o pesquisador Carlos Eduardo Marquioni (2017), a segunda tela (ou, ainda, a variação que eventualmente é utilizada, múltiplas telas) é o termo que tem sido utilizado para referenciar a consulta pelo público de informações adicionais, na Internet, em relação ao conteúdo apresentado na TV.

No caso de produções televisuais de entretenimento, pode-se considerar, por exemplo, o fornecimento de conteúdos adicionais ao espectador, acessíveis a partir de um app proprietário (um produto de software desenvolvido pela própria emissora) executado em um dispositivo móvel durante a veiculação dos programas na TV. Quando se trata de programas jornalísticos, o *app* proprietário pode fornecer informações adicionais às matérias veiculadas na TV.

Nesse caso, a interação por meio de uma segunda tela com o jornal televisivo por vir, antes da exibição ao vivo, durante e após a exibição. Sendo classificados os três momentos considerados importantes no processo de participação do interagente. Ressalta-se que, a experiência apresentada em segunda ou múltiplas telas com um determinado suporte é associada à “experiência de TV”, conforme nos fala (PROULX, SHEPATIN: 2012, p.84).

O canal de comunicação na escolha a exemplo do smartphone ou tablet pode ser uma aplicação digital ou pela web. Independente da escolha, prescinde-se o uso de uma segunda tela, convergida por um app (canal de comunicação) ao

sistema informacional na redação de TV. A transmissão é feita via Wi-Fi e os ficheiros ficam salvos na memória do dispositivo final, dispensando cabos, pen drives ou HD externos.

Já a experiência de segunda tela constituiria uma redefinição na experiência de TV, observar que, o modo de ver TV em experiência de segunda tela pode ser processualmente resumido da seguinte maneira: enquanto o espectador assiste ao conteúdo transmitido na televisão (a primeira tela), ele também utiliza um gadget conectado à Internet - um computador, notebook, tablet, smartphone ou uma combinação entre eles (a segunda tela, ou uma dentre múltiplas telas) - para executar ações relacionadas ao conteúdo televisual (Marquioni, 2017, p. 5).

A experiência de segunda tela afeta diretamente a complexa relação de influências mútuas (GRAY; LOTZ, 2012) que é estabelecida entre os três atores sociais chave do sistema interativo de TV: a emissora/jornalistas, o público e a audiência gerada pela participação do público. Sendo assim, a experiência de segunda tela é materializada com ações executadas com olhar na audiência, com o uso de gadgets conectados à Internet concomitantemente ao ato de assistir TV.

A “evolução da TV tradicional [...] conectada à Internet perenemente não afeta apenas os hábitos dos telespectadores, mas a indústria de mídia inteira e em todos os níveis” (COLLETTI; MATERIA, 2012, p.7). Na pesquisa evidenciou-se que, os temas dependem dos assuntos factuais do dia: acidentes automobilísticos de grandes proporções, greve do transporte público, falta de água/energia elétrica, chuvas torrenciais, dias festivos: dia do pai, da mãe, páscoa, natal, carnaval, festas típicas de regiões ou mesmo de cenários (amanhecer ou anoitecer em determinada zona), além da consequência do inverno ou do verão na lavoura e nas áreas urbanas.

O Estado do Paraná é uma região de vocação agropecuária, produtor de soja, café, milho, fumo, hortaliças, arroz e rebanhos bovino, suíno, além de granjas. E assim, buscou-se constatar se esse impacto das editorias no processo de interatividade. O mês de março de 2023, no Paraná, também foi marcado por fortes chuvas e quedas de barreiras nas rodovias. O quantitativo de imagens relacionadas ao tema foi quase a maioria das imagens veiculadas.

Com isso, constata-se que, o *hard news*, em alguns casos, ainda prevalece nos conteúdos colaborativos. O horário de exibição do telejornal influencia na participação online instantânea. É possível perceber que, em alguns casos, é o mesmo público que se encontra assistindo o telejornal e interagindo em segunda tela. Essa afirmação possui respostas diferentes, a depender dos hábitos de consumo do público de cada jornal.

Considerações Finais

Identificou-se que, quase todas as funções descritas possuem interferência de inteligência artificial. Quando se cria destaques dos temas mais vistos, trabalha-se com métricas de visualização da audiência nas reportagens exibidas. Ou seja, quantificasse o acesso e o devolve ao público para consumo. Um sistema de retroalimentação comunicacional. O envio de fotos e vídeos, por meio de dispositivos móveis, passa, em alguns casos, por filtros de qualidade da imagem, mesmo que não solicitados pelo utilizador. Já a geolocalização incorpora às notícias locais, um cardápio de reportagens hiperlocais, a depender da localização atual informada ao *app* pelo utilizador da plataforma.

Em termos de checagem das informações, nos termos do contrato de cessão das imagens, a responsabilidade recai sobre o produtor original da informação (público), contudo, isso não exime a responsabilidade de checagem das informações pelos jornalistas da emissora de TV, que assumem essa função ao selecionarem a foto ou vídeo encaminhados via *app*. Nesse exato momento, recorre-se ao uso de IA, com o uso de programas específicos para verificar a autenticidade do material, seja em foto ou vídeo.

O sistema de análise adotado à realidade de pesquisa na elaboração de uma ferramenta-modelo, para compreensão da interatividade da audiência, por meio de inteligência artificial ou não, considerou que, na produção das imagens, o áudio e a iluminação foram os recursos mais afetados pela IA. No processo de recuperação da informação arquivada, programas utilizados por bibliotecários nas redações de TV, usam de métricas e sugestões de temas em jornais exibidos pelas emissoras.

A recuperação da informação, que antes era feita manualmente por profissionais sem a formação em Ciências da Informação, Arquivologia ou Biblioteconomia, é realizada na contemporaneidade por profissionais bibliotecários com acesso a programas específicos de busca de dados, que se utilizam de IA. Isso ocorre no momento da edição das reportagens dos jornais.

A maioria dos softwares de edição propõe sugestões de melhoria na qualidade da imagem ao seu utilizador (editor). Ao final da investigação, verificou-se a prevalência da inteligência artificial na plataforma digital, desde a sua apreensão pelo colaborador no próprio suporte do dispositivo móvel, envio pela plataforma, recebimento do conteúdo colaborativo na redação de TV, checagem das informações e a definitiva publicação do conteúdo colaborativo.

Procurou-se, neste artigo, apresentar um panorama geral sobre esse conceito e como ele vem sendo aplicado ao jornalismo televisivo digital. Essa relação entre interação e interatividade se estreita e se confunde, mas, é um conceito fundamental e indispensável para compreender como a relação entre os meios de comunicação e a sua audiência. Entende-se a interatividade como uma forma do espectador obter maiores oportunidades de interatividade com meios de comunicação.

Nesse sentido, diferente da interação - praticamente concentrada nas mãos dos veículos -, a interatividade proporciona uma participação mais efetiva, menos hierárquica e mais descentralizada. Na elaboração da ficha de análise da interatividade da audiência em jornais televisivos em cibermeios, levou-se em consideração a comunicação surgida com as configurações tecnológicas em aplicações digitais. O que permitiu a compreensão das ações recíprocas a modo de diálogo, com o objetivo de simular ou promover a interação entre a audiência e o conteúdo noticioso.

Referências

Baumann, Z. 2001. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Bruns, A. (2014). Gatekeeping, Gatewatching, Realimentação em Tempo Real. In: Brazilian Journalism Research. Volume 11. Número 2. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/750/570>. Acesso em: 10.12.2022.

Cajazeira, Paulo Eduardo Silva Lins. 2014. O jornalismo colaborativo no telejornal com as novas mídias digitais. Covilhã: BOCC.

Cajazeira, P., Bringel, P, Souza, J. (2016). Ferramenta para análise de interatividade da audiência de jornais televisivos em cibermeios: uma avaliação do 'Bom Dia Brasil' da TV Globo. In E. Martins, M. Palácios (Org.), Ferramentas para Análise de Qualidade no Ciberjornalismo. Vol. 2: Aplicações. Covilhã, Portugal: UBI/ LabCom, Livros LabCom.

Cajazeira, P. E.; Souza, J. J. G. (2019). Acervo audiovisual e virtualização: as potencialidades da tecnologia digital para a preservação da memória. Rizoma, Santa Cruz do Sul, v. 7, n. 1, p. 122-135. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma/article/view/12823/8278>. Acesso em: 12 mar. 2023.

Canavilhas, J. et al. (2014). Jornalistas e tecnoatores: dois mundos, duas culturas, um objetivo. Revista Esferas, [s. l.], v. 17, n. 5, p. 85-95. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/5690>. Acesso em: 12 fev. 2023.

Cirne, Livia. Efeitos de visualidades no telejornalismo: Uma proposta de categorização. In: GEHLEN, Marco Antônio e MATOS, Marcos Fábio Belo. Comunicação, Jornalismo e Fronteiras Acadêmicas II. São Luís: EDUFMA, 2017.

Colletti, G., & Materia, A. (2012). Social TV: Guida ala nuova TV nell'era di Facebook e Twitter. Milão, Itália: Gruppo 24 Ore.

Dubois, P. (2014). O ato fotográfico São Paulo: Papirus.

Joly, M. (1994). Introdução à Análise da Imagem. Lisboa, Portugal, Edições 70.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal: 2013. Rio de Janeiro, RJ: IBGE. Recuperado de <https://bit.ly/2SiJOvP>

Logan, R. K. (2019) Understanding humans: The extensions of digital media. Information, v. 10, n. 10, p. 304.

Gray, J., & Lotz, A. D. (2012). Television studies. Cambridge, Inglaterra: Polity Press.

Marquioni, C. E. (2017a). A experiência de segunda tela e o modelo de negócios suportado por publicidade: A sincronização de anúncios entre telas (o caso brasileiro de superstar). Intercom, 40(3), 129-150. doi: <https://doi.org/10.1590/1809-5844201738>

Palácios, M. (Org.). (2011). Ferramentas para Análise de Qualidade no Ciberjornalismo. Vol. I: Modelos. Covilhã, Portugal: UBI/ LabCom, Livros LabCom.

Pase, A. F.; PELLANDA, E. C.; CUNHA, M. R. (2019). Jornalismo em forma de App: a ruptura na hierarquia da informação. In: CANAVILHAS, J.; RODRIGUES, C.; GIACOMELLI, F. (org.). Narrativas jornalísticas para dispositivos móveis. Covilhã: Universidade da Beira Interior. (1). v. 1, p. 15-32. Poell, T.

Proulx, M., & Shepatin, S. (2012). Social TV: How marketers can reach and engage audiences by connecting television to the web, social media, and mobile. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons. Savage, C. M. (1996). Fifth generation management. Boston, MA: Butterworth-Heinemann.

Tourinho, C. (2007). Jornalismo regional e optativo na Rede Globo: Programa Painele de Domingo. Vitória: Espaço Livros.

Verón, E. 2005. Construir el acontecimiento. Barcelona: Gedisa.

Sites consultados:

<https://ibge.gov.br/>

<https://kantariobopemedia.com/>

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm

<http://www.rpc.com.br/rpctv/>

SUBMETIDO: 17/02/2024

APROVADO: 18/04/2024

UMA REVISÃO NECESSÁRIA DA VISUALIZAÇÃO SINTÉTICA NO JORNALISMO: HIPERINFOGRAFIA COMO UMA NOVA ESTRUTURA DINÂMICA

A necessary review of synthetic visualization in journalism: Hyperinfography as a new dynamic structure

Adriana Alves Rodrigues²

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

William Robson Cordeiro³

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Resumo

O artigo faz uma revisão das fases/gerações da infografia a partir do entrelaçamento com estudos já consolidados na literatura e do jornalismo pós-industrial. Esta dinâmica no formato baseia-se nas modificações de sua estrutura que levam, inclusive, às alterações nas práticas de produção e na interatividade do usuário com o computador. Dessa forma, este estudo se propõe a revisar conceitualmente e trabalhar as categorias evolutivas em termos de visualização sintética. Para isso: a) considera que esse conceito atua como norteador do debate empreendido tendo em vista a trajetória evolutiva marcada pelas metamorfoses das produções infográficas multimidiáticas; b) o Jornalismo pós-industrial se constitui como espaço interativo que renovam o modo de produção dos infográficos na web; c) As características dos infográficos devem ser refletidas em novas bases desafiadoras na ecologia midiática. Nesta direção, retratamos as experimentações infográficas que surgiram historicamente, para que se entenda a sua natureza a partir de um levantamento diacrônico até o momento recente, com participação cada vez mais efetiva do usuário diante das potencialidades de imersão dos hiperinfográficos.

Palavras-chave: infografia, jornalismo, hiperinfografia, design da informação, visualização

Abstract

This paper reviews the phases/generations of infographics based on intertwining with studies already consolidated in literature and post-industrial journalism. This dynamic in the format is based on modifications to its structure that even lead to changes in production practices and user interactivity with the computer. Therefore, this study proposes to conceptually revisit and work on evolutionary categories in terms of synthetic visualization. To this end: a) consider that this concept acts as a guide for the debate undertaken in view of the evolutionary trajectory marked by the metamorphoses of multimedia infographic productions; b) post-industrial Journalism constitutes an interactive space that renews the way infographics are produced on the web; c) The characteristics of infographics must be reflected in new, challenging bases in media ecology. In this direction, we portray the infographic experiments that have emerged historically, so that their nature can be understood based on a diachronic survey until recent times, with increasingly effective user participation in the face of the immersion potential of hyperinfographics.

² Pesquisadora de Pós-Doutorado e Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas (linha Cibercultura) pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, em que integrou o Grupo de Pesquisa em Jornalismo Online (GJol). Especialista em Jornalismo Contemporâneo pela Unijorge. Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

³ Pesquisador da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Norte (FAPERN), professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Jornalista, doutor em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC), pós-doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestre em Estudos da Mídia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Keywords: infographics, journalism, hyperinfographics, information design, visualization

Introdução

Parte dos estudos em infografia produzidas em ambientes digitais se debruça em categorizar as fases dos infográficos, a partir dos seus contextos, linguagens e formatos utilizados, e, em destaque, para o potencial comunicativo e de compreensão da peça infográfica a através da introdução de tecnologias digitais disponíveis. Desde a Guerra do Golfo, em 1991, considerado o ápice da sua consolidação nas redes digitais no jornalismo mundial e seu crescimento após os atentados de 11 de Setembro de 2001 (Chimeno, 2003; Sancho, 2001, Ribas, 2005; Cairo, 2008), a infografia vem se reconfigurando como um produto jornalístico que mais absorve as potencialidades do ambiente digital, em termos de visualização sintética⁴ na qual agregou em sua estrutura composicional as características inerentes do jornalismo digital como multimidialidade, interatividade, instantaneidade, hipertextualidade, personalização, atualização contínua e base de dados.

Contudo, como produto interativo e de matriz dinâmico, os elementos constitutivos dos infográficos não podem ser analisados e refletidos de modo dogmatizados ou padronizados, assim como as fases das infografia, tendo em vista que se trata de um objeto em constante mutabilidade e que se remodela ao sabor das inserções de outros fatores que tendem a torná-la mais dinâmica. Ao contrário, deve ser vista como um objeto fluido com características próprias. Salaverría (2005) é categórico ao afirmar que a infografia é um das áreas onde é mais visível o processo evolutivo com vistas a novos formatos de comunicação multimidiática, considerando a convergência de meios que fomenta caminhos desbravadores e revolucionários da linguagem jornalística. Um componente dessa evolução na narrativa infográfica se deve ao surgimento dos avanços tecnológicos que auxiliam na produção, como o *Flash*, programa criado na década de 1990 para a criação de animações na *web*, passando pelo *HTML5*, *CSS3*, e *JavaScript*, todos linguagens de programação incorporados no processo de produção de infográfico,

⁴ Visualização sintética, segundo Sancho (2012), refere-se aos modelos esquemáticos com o intuito de relatar determinado acontecimento

e em construção de *software* próprio como o exemplo do Labic - Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura, que possui o *ford* para a construção dos infográficos e visualizações de dados. Nesta direção, tais avanços tornaram as peças gráficas mais atrativas e sofisticadas com primor técnico e tecnológico robusto, tanto no que se refere ao estético quanto aos incrementos interativos cada vez mais presentes.

Desta forma, tem-se uma nova roupagem se instaurando com reportagem mais longas e verticais a partir da publicação *Snow Fall*, do *New York Times*, em 2010, e na qual pode ser considerada como *long-form*, isto é, reportagens de 4000 palavras, ou até entre 10 e 20 mil palavras (Longhi, 2015). E, mais recentemente, têm-se a produção de narrativas imersivas em Realidade Virtual (RV) sendo apontadas como tendências no Jornalismo Digital (Longhi, 2017).

Neste sentido, observa-se uma trajetória de produção de conteúdos multimidiáticos digitais calcados na mutabilidade das formas, formatos e tecnologias absorvidas, abrindo possibilidades para uma arena de experimentações dos formatos e modos de produção diferenciados. A narrativa infográfica mantém essa característica de versatilidade em sua episteme, motivo pela qual as fases da infografia - já estabelecidas por diversos estudiosos - necessitam de um *upgrade* como uma espécie de diagnóstico temporal para demarcar e compreender as novas atualizações, suscitando novos atributos e funcionalidades, bem como desafios inerentes. Desta forma, o artigo analisa o estado da arte da infografia interativa a partir das fases consolidadas na literatura e acrescenta nesse *roll* o conceito de *hiperinfografia*, modelo de produção que apresenta capacidade expressiva ampliada estruturada em ambientes digitais de modo autônomo (Cordeiro, 2019) e que se insere como características da quarta fase dos estudos em infográficos no jornalismo digital brasileiro.

A dinâmica desse formato baseia-se, então, nas modificações de sua estrutura que levam, inclusive, às alterações nas práticas de produção e na interatividade do usuário com o computador. Esse processo que envolve a infografia é retratado historicamente por autores como "estágios evolutivos" (Sancho, 2001; Rodrigues, 2009; Amaral, 2010; Teixeira, 2010; López; Garcia; Veira, 2012; Cordeiro, 2013; Longhi, Cordeiro, 2018; Vizoso, 2018).

Assim, existem quatro estágios evolutivos pesquisados e explicitados até o momento. O primeiro começa com os infográficos lineares, de sequência estática, os modelos originais praticados no jornalismo e executados em plataforma impressa e que podem ser encontrados também na internet; o segundo, no ambiente *web*, é caracterizado pela multimidialidade e pela natureza clicável dos infogramas, a menor parte dos componentes de um infográfico; o terceiro se desdobra na infografia quando integrada a bases de dados; e, por fim, o quarto que abarca os modelos imersivos, a hiperinfografia.

Há contribuição relevante a ser observada nos estudos sobre os estágios: a evolução da infografia jornalística é contínua. Ao considerarmos sua utilização no jornalismo impresso brasileiro, na década de 1990 (TEIXEIRA, 2010, p. 24), até às novas experimentações proporcionadas pelo uso criativo dos recursos hipermidiáticos, é notável a transformação. Desse modo, o gênero alcança, no contexto contemporâneo do jornalismo pós-industrial, o ponto mais alto de sua capacidade enunciativa, enquadrando-se como formato noticioso hipermidiático renovado e fundamentado em “características de multimidialidade, interatividade, conexão e convergência de linguagens próprias da linguagem hipermídia e do ambiente digital e *online* de informação” (LONGHI, 2014, p 14).

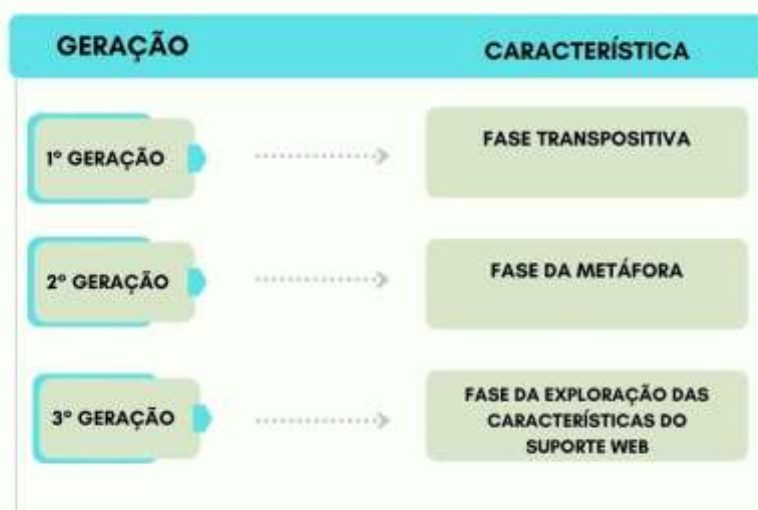
1. Dos processos evolutivos

Desde suas primeiras aparições ainda nas pinturas rupestres (DE PABLOS, 1999; STOVALL, 2004; SANCHO, 2001), mostrando os indícios e, depois, na imprensa (PELTZER, 1990; SANCHO, 2001; CAIRO, 2008), a infografia é um produto do jornalismo que vem se reestruturando em conformidade das mudanças conjunturais, tecnológicas, conteúdo e formatos. Por se tratar de um objeto dinâmico, a mesma pode ser classificada em algumas fases ou gerações, de acordo com seu contexto e formas de tratamento. As classificações dos infográficos estudadas no jornalismo revelam etapas que absorvem o contexto tecnológico e estrutural em que são produzidas, e ao mesmo tempo, integrando elementos novos que impactam a forma de estruturação dos elementos gráficos e multimídia, como também o modo de compreensão e leitura do infográfico.

Transposta para a linguagem digital, a infografia tem recebido diversas nomenclaturas a partir dos pesquisadores que se dedicam sobre o tema. As primeiras denominações direcionam a **infografia multimídia** (SOJO, 2002; FERNÁNDEZ-LADREDA, 2004; LIMA JR, 2004; RIBAS, 2005; SALAVERRÍA E CORES, 2005; RAJAMANICKAM, 2005), contexto em que já disponibiliza os elementos multimídia para as produções dos produtos digitais. Esse contexto foi essencial para a consolidação da sistematização e popularização da infografia em ambiente digital. Outro conjunto de pesquisadores denominam **infografia interativa** (CAIRO, 2008; SALAVERRÍA, 2005; RODRIGUES, 2009; ARÉVALO, 2009; CORDEIRO, 2013; LANGER; ZEILLER, 2017), tendo em vista o alto poder de interatividade contida nas produções infográficas, ou **infografia digital** (SANCHO, 2001; OCHOA, 2009), **infografia jornalística digital animada** (RIBEIRO, 2008, RANIERI, 2008), **infografia animada** (AGUILERA; ANDRADE, 2014; GARROTI, 2017), **infografia dinâmica** (JANÉ, 1999), **infografia online** (LONGHI, 2009).

No entanto, é oportuno frisar que o conjunto de distintas nomenclaturas estão inseridas em contextos diferenciados levando em conta os aspectos mais destacados na estruturação infográfica, como por exemplo, interatividade e animação, que têm impacto direto no aspecto estético, funcional, narrativo e composicional. De um modo geral, o processo evolutivo da infografia em ambiente digital segue em conformidade com o percurso dos produtos jornalísticos desenvolvidos para a *web*, na qual Mielniczuk (2003, p. 48), a partir dos estudos de Pavlik (2001), define em três gerações (*Quadro 1*), a saber:

Quadro 1 - Gerações dos produtos em ambiente digital feita por Mielniczuk (2003)



Fonte:

elaboração dos autores com base em Mielniczuk (2003)

Além de Mielniczuk (2003) apontar as fases dos produtos webjornalísticos, Palacios (2003), por sua vez, estabelece as seis características do jornalismo digital, a saber: hipertextualidade, interatividade, multimidialidade/convergência, customização do conteúdo/personalização, memória, instantaneidade/atualização contínua. Desta maneira, a infografia também absorve essas características que vão permear todas as fases propostas pelos pesquisadores da área. Embora sobre o tema exista uma profícua literatura nacional versando sobre infografia no jornalismo impresso, científico, em revistas e em mobilidade (*tablets*, entre outros), o nosso recorte de análise tem como ponto de partida os trabalhos mais recorrentes na literatura nacional e citados em teses e dissertações sobre infografia em ambiente digital, a exemplo dos seguintes estudiosos/pesquisadores: Ribas (2005), Teixeira e Rinaldi (2008), Amaral (2010), Rodrigues (2009) e Cordeiro (2019).

Um dos primeiros trabalhos a se dedicar a categorizar as infografias em ambiente digital e a servir de base teórica para as futuras pesquisas em infografia, está no trabalho de Ribas (2005, p. 128). A autora define a infografia multimídia como um “gênero jornalístico que integra de maneira mais consistente duas áreas do conhecimento: o jornalismo e o design” e, ao ser transposta para a linguagem digital, mantém, algumas características da linguagem impressa, porém,

A proposta de classificação feita Teixeira e Rinaldi (2008), ao analisar os infográficos nos portais *Uol* e *El Mundo* (Espanha), também vai seguir quase a mesma classificação proposta por Ribas (2005), a saber: 1º Geração: Transpositiva, ou seja, transposição do impresso; 2º Geração:

Observe que a classificação de Teixeira e Rinaldi (2008) permanece em igualdade com a proposta de Mielniczuk (2003) ao pensar os produtos jornalísticos feitos em ambiente digital. A diferença reside no fato de ser aplicada a um produto específico, no caso, o infográfico jornalístico. Portanto, demonstra uma manutenção conceitual previamente definida em 2003 fruto de outros pesquisadores ao analisar o contexto tecnológico em pleno desenvolvimento, porém com a aplicabilidade reduzida. Em uma outra proposta de classificação feita por Amaral (2010), fruto de sua pesquisa de mestrado, segue também a mesma logística conceitual, porém, agregando uma fase a mais. O autor estabelece quatro, quais sejam: 1) Transposição: infográficos estáticos, 2) Metáfora :infográficos com animações, 3) Multimídia: introdução dos elementos de multimídia, e 4) Base de Dados: uso nos infográficos. Para o autor, “a adequação às Bases de Dados são um passo fundamental para o webjornalismo e a infografia no meio” (AMARAL, 2010, p. 11). De todo modo, as classificações são

operacionalizadas em conformidade com a própria evolução da web, razão pela qual resguarda semelhanças entre todas.

No entanto, Rodrigues (2009) aprofunda a questão das fases dos infográficos e estabelece o que a autora denomina de **infografia em base de dados** no jornalismo digital, em que a inserção das bases de dados como vem sendo explorada, neste época, em alguns jornais *online* como constata Suzana Barbosa (2007) ao definir o Modelo de Jornalismo Digital em Base de Dados (MJDBD). Assim sendo, a infografia é um produto direto deste cenário em ascensão e coloca a discussão em um patamar de evolução porque impacta não só do ponto de vista estético, mas narrativo e compreensivo. Rodrigues (2009) define assim esse tipo de infografia

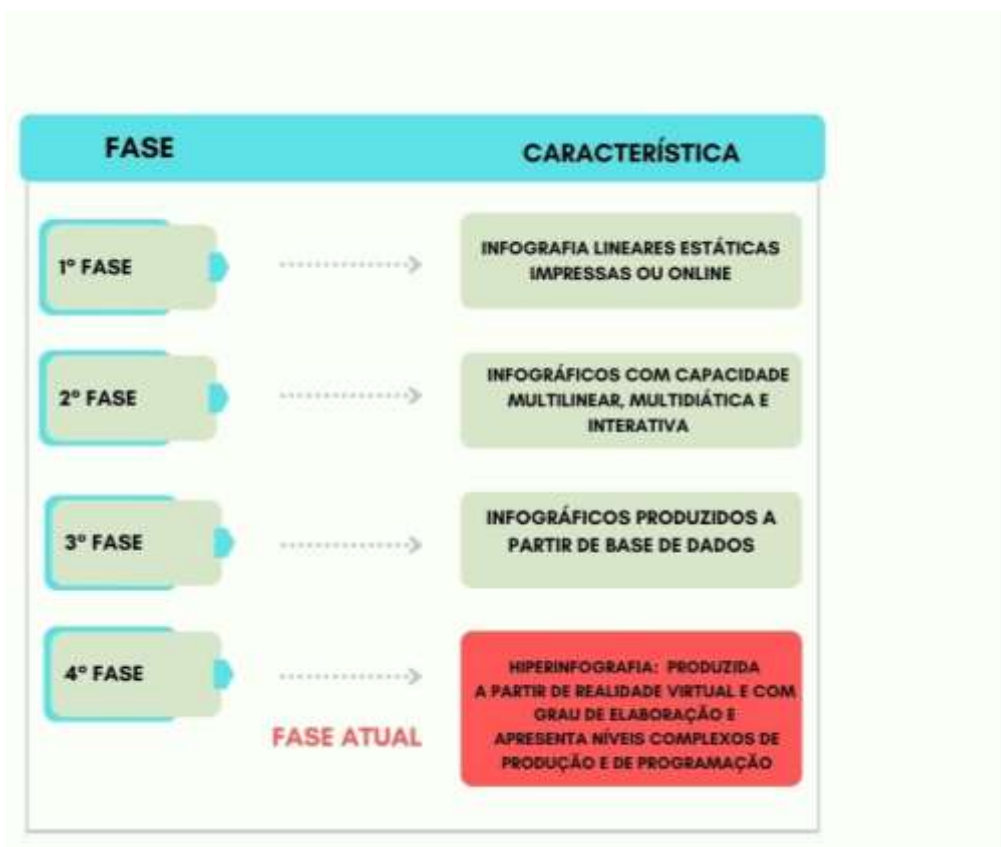
Entendemos por infografia em base de dados, como o nome sugere, aquelas produzidas tendo como mola propulsora o cruzamento ou inserção das bases de dados nas suas produções, e cujo nível de complexidade se eleva, pois pode requerer do usuário uma interpretação, uma análise mais aprofundada com níveis de interatividade maior, a depender de cada gráfico, funcionando como um mecanismo de exploração da informação (Rodrigues, 2009, p. 38)

Esses tipos de infográficos mantêm um aspecto mais analítico do que estético, em que em sua estrutura composicional há a inserção de dados e cruzamento dos mesmo, e em algumas vezes, em tempo real, o que modifica o padrão de infográficos que vinham sendo feitos explorando apenas a multimidialidade como marca central de produção. Nesta direção, há várias camadas interpretativas e analíticas que podem aumentar em conformidade do ritmo da narrativa, tendo em vista que pode conter mini-histórias. Deste modo, é um tipo de infográfico em que a narrativa não se encerra, mas aponta possibilidades de apreensão da informação gráfica. Conforme Cairo (2008) enfatiza que em muitas infografias faz-se necessário uma leitura atenta e dispendiosa, tendo em vista que a infografia jornalística não pode simplificar a informação. Ainda segundo o autor, as infografias em base de dados estariam em um momento de transição, de uma dimensão mais estética para uma dimensão científica ou analítica, porque pode requerer do leitor/interagente maior tempo de absorção dos dados. Neste sentido e de posse com o novo cenário da infografia,

Naquele cenário em ascensão de desenvolvimento de produtos jornalísticos em ambiência digital, os infográficos se mostravam como um dos produtos que mais explorou a linguagem multimídia em seus formatos considerando a robustez na estruturação do conteúdo noticioso. Deste modo, a infografia em base de dados se localiza na terceira para a quarta fase do jornalismo digital (Barbosa, 2007, Schwingel, 2005), caracterizada pelo uso sistemático das bases de dados. Oportuno fazer uma ressalva de que nem infografia e nem base de dados são objetos novos no contexto do digital. Ambos já existiam em épocas distintas de pré-internet. No entanto, a novidade reside na junção de ambos os aspectos que há maior integração do material de arquivo e dão visibilidade aos dados, utilizam

os sistemas automatizados para a estruturação de produtos do jornalismo digital, promove o cruzamento dinâmico de dados, utilizam emprego de metadados e confeccionam peças infográficas com alta interatividade e complexidade. Ainda neste contexto em plena ascensão, Cordeiro (2019) atualiza essa classificação (*Quadro 6*) e propõe uma nova fase, qual seja:

Quadro 6 - Atualização das Fases da Infografia proposta por Cordeiro (2019)



Fonte: Elaboração dos autores

Ao pensar a nova fase da infografia jornalística, Cordeiro (2019) situa em um contexto do jornalismo pós-industrial, fundamentada em mudanças estruturais direcionadas aos formatos das narrativas jornalísticas e instaura umas novas formas de produção e modelos de negócio. Neste sentido, as técnicas utilizadas anteriormente no jornalismo tradicional passam a um estágio de obsolescência e impõe novos formatos e logística de produção, em que será necessário uma abertura e estabelecimento de parcerias, maior aproveitamento dos dados, mais recursos aos indivíduos e maior uso de máquinas na produção final (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013).

Assim, estamos diante de processos que impactam toda a cadeia de produção jornalística, seja a partir da coleta, apuração, produção, circulação e divulgação das peças jornalísticas. A infografia jornalística vem como essa nova roupagem. A hiperinfografia, como veremos no ponto a seguir, trata-se de uma narrativa com maior poder de autonomia o que acaba com a ruptura da dependência de outros e elementos gráficos dispostos na estrutura infográfica e que desbrava com seu potencial de expressão de modo autossuficiente. No entanto, Cordeiro (2019, p. 193) faz uma ressalva neste aspecto de que “a autonomia não é atributo apenas de formatos hipermidiáticos. O megagráfico, como é um exemplo de representação de natureza autônoma. A qualidade da autonomia é inerente aos infográficos independentes do suporte impresso, como os megagráficos, ou às reportagens infográficas”.

2. Hiperinfografia: a quarta fase e com ampla estrutura hipermidiática

Os hiperinfográficos se sobressaem por sua natureza essencialmente imersiva, além de serem interativos - a informação é efetivada pela ação do usuário. É uma dinâmica que em nada remonta à pouca flexibilidade da infografia estática ou até às primeiras modalidades de infografia na internet, que cabem em outras categorias aqui mapeadas. Trata-se de um formato jornalístico colocado como imagem de síntese interativa, cujo intuito é melhorar a experiência do usuário no consumo de notícias. Como citado, pode ser considerada, ainda, um desdobramento dos ditos megagráficos (SANCHO, 2001), no âmbito da hipermídia, que, no início do século XX consistiam em produtos informativos autônomos, que não necessitavam de texto, nem de títulos ou outros elementos tipográficos que não estivessem incluídos em sua imagem.

Assim, quanto à sua estrutura, o Hiperinfográfico consiste em formato com características e dinâmicas mais amplas se comparadas aos infográficos no ambiente *online*. Com base no conceito de que os hiperinfográficos são modelos ou conjunto de modelos de infográficos de alta capacidade expressiva, disponíveis no ambiente hipermidiático e atuando de forma autônoma, o artigo destaca as suas características fundamentais, as suas manifestações complexas e oferece os

elementos de tensão entre esse fenômeno mais ou menos recente e as propriedades morfológicas que o tipificam. Ou seja, as propriedades de *síntese*, *interação*, *autonomia*, *hipermídia*, *imersão/visualidade estética* e *sincronia sintática*, que emanam da hiperinfografia servem como categorização basilar que torna possível discerni-lo e identificá-lo

Adentrando, portanto, na quarta fase dos infográficos, como reconhecê-los sem cair na lógica dos estágios anteriores? O hiperinfográfico, autossuficiente e com amplas capacidades expressivas e de interação, aproveitando das novas tecnologias imersivas, se enquadra em seis propriedades que elencamos a seguir. Servem de fundamento para a análise do formato:

- **Síntese:** intenção de relatar algo através de um recurso que venha a organizar informações ou domesticar dados e redefini-los, conectando a novas formas de apresentação. A síntese é uma imagem realisticamente construída, baseada em computador, com intuito “documental ou informativo” (Sancho, 2012, p. 18).

- **Interação:** a capacidade de participação do usuário no ambiente informativo. Rost (2014, p. 55) ressalta que a interatividade dá maior poder aos usuários tanto na seleção do que almeja acessar quanto nas possibilidades de expressão e manipulação. Ou seja, é um passeio possível a partir de opções previsíveis sugeridas pelo programador ou infografista, com experimentações que “residem no fato de que, no computador encontramos um mundo que é alterado dinamicamente de acordo com nossa participação” (MURRAY, 2003, p. 128).

- **Autonomia:** A hiperinfografia não necessita complementar reportagens, tem o caráter principal e substituto sob qualquer outro gênero jornalístico, quando ela basta em si mesma para contar determinado acontecimento, a exemplo dos citados megagráficos. Esta autonomia exige alto grau de elaboração e apresenta níveis complexos de produção e de programação. “Quando a informação é unicamente infográfica pode entender-se como uma forma diferente de apresentar as informações jornalísticas” (SANCHO, 2001, p. 177).

- **Hipermídia:** ambiente que permite a hibridização de linguagens, processos sógnicos, códigos e mídias, como destaca Santaella (2004, p. 47). Para a autora, a hipermídia “mescla textos, imagens fixas e animadas, vídeos, sons, ruídos em um todo complexo” e é neste único contexto em que a hiperinfografia se manifesta.
- **Visualidade Estética - imersão:** modo de apresentação, baseado na forma ou aspecto, estética, sógnica formal, anamorfoses diversas, recursos tridimensionais, ubicativos (*Google Earth*, imagens de satélites, drones), animações e videogames, com características imersivas, ou seja, capazes de transportar imaginariamente o usuário para o local do acontecimento ou permitir uma intensa proximidade com os objetos e temas retratados.
- **Sincronia:** O hiperinfográfico precisa aglutinar todos os seus infogramas de forma que “conversem” no mesmo ambiente. Os infogramas são pequenas partes do infográfico que, isoladamente, não são suficientes para a compreensão da notícia. Juntos, complementam o hiperinfográfico e garantem a totalidade da informação.

Para fins de demonstração, trazemos neste estudo, dois exemplos desta modalidade. A começar pelo hiperinfográfico do jornal *The Wall Street Journal*, considerado um dos principais diários de economia dos Estados Unidos e publicado desde 1889 pela Dow Jones & Company. A editoria de economia recorre frequentemente ao uso de infografias para detalhar variações no câmbio, nas exportações, no Produto Interno Bruto (PIB), nos índices de emprego e na valorização da Bolsa de Valores. Em muitos casos, os infográficos utilizados seguem os modelos de pizza ou torta, febre ou linha, barras e linha do tempo. Mas, especialmente nesse caso, o periódico estava diante de uma efeméride, o aniversário da bolsa estadunidense Nasdaq, dedicada a investidores do setor eletrônico. Em 23 de abril de 2015, o jornal fez um apanhado completo sobre os altos e baixos da bolsa Nasdaq, que completaria 21 anos.

Para isso, aplicou o formato dos tradicionais infográficos de linha, modelo já familiarizado pelos consumidores do noticiário econômico. Mais do que isso, *Is The Nasdaq in Another Bubble?* (Figura 1) oferece uma visita guiada em realidade virtual. Proporciona ao usuário do site ou de dispositivos móveis caminhar sobre as linhas do infográfico, descobrindo toda a evolução da bolsa e passeando como se estivesse em uma montanha russa. Os projetistas Roger Kenny e Ana Asnes Becker desenvolveram este hiperinfográfico que começa com um tutorial sugerindo instruções para as modalidades disponíveis para smartphone e tablet (tocando a tela e deslizando para cima e para baixo), visualizadores de realidade virtual (usando o botão do visor) e desktops (através da barra de espaço). Este hiperinfográfico traz recursos especiais incomuns para a audiência do periódico, acostumados com infografias de barras estáticas. Por isso, o tutorial se propõe a garantir a navegabilidade e aproveitamento do conteúdo. As informações jornalísticas são expressas na extensão dos caminhos percorridos.

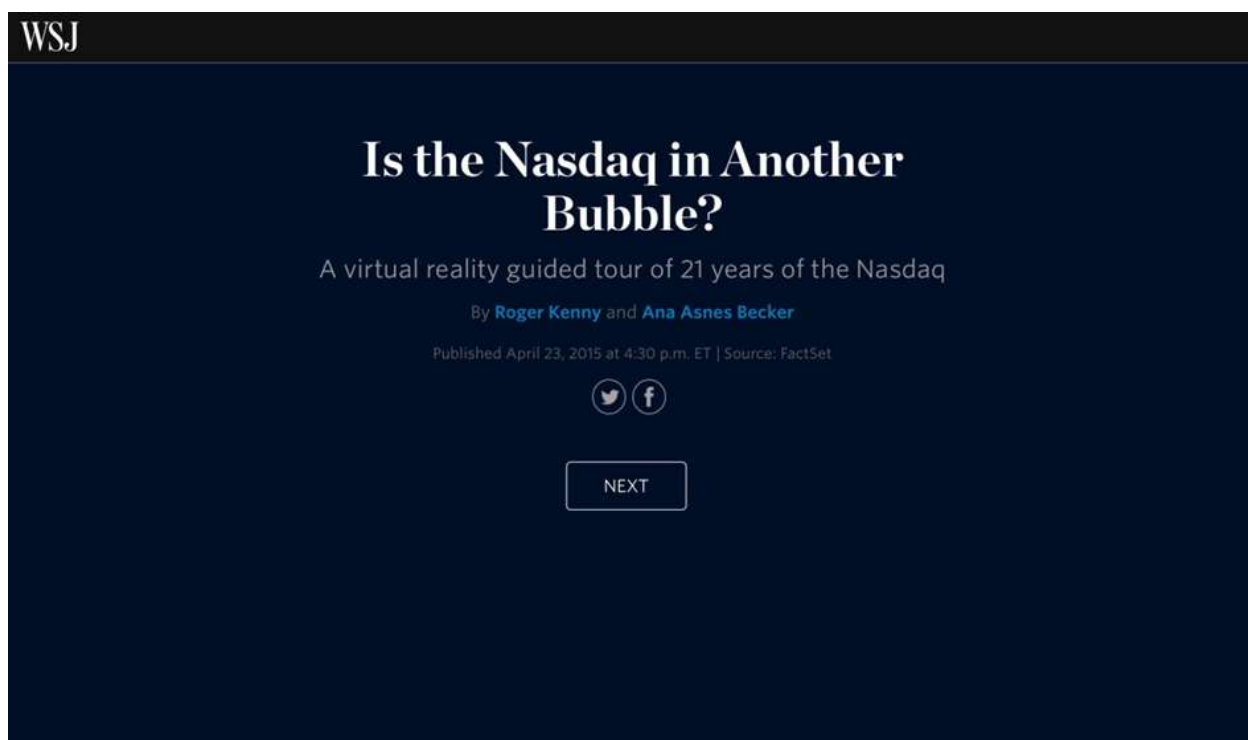


Figura 1: Captura de tela do hiperinfográfico *Is The Nasdaq in Another Bubble?*, do *The Wall Street Journal*. Fonte: <http://graphics.wsj.com/3d-nasdaq/>

Por sua vez, destacamos o modelo *The Science of Hummingbirds* (Figura 2), um trabalho complexo de produção hiperinfográfica desenvolvido pela revista especializada em ciência *National Geographic*. Com recurso de alta tecnologia de captação de imagens, pesquisadores registraram o comportamento dos beija-flores, seres tão pequenos quanto velozes. Como ressaltaram Longhi e Cordeiro (2018), que escreveram sobre esse trabalho em artigo, ao contrário de muitos trabalhos que utilizam ilustrações e a programação informática para reproduzir realisticamente determinado cenário, animal ou objeto, a concepção nesse caso baseia-se na reprodução de vídeos em câmera extremamente lenta e imagens com proximidade extrema para registrar as ações da *Anna's hummingbirds*, espécie de colibri que mede quatro polegadas.

Com imagens de alta precisão, esse trabalho detalha a desenvoltura do corpo, da língua e das asas do beija-flor, com dados adicionais sobre força, medida, velocidade, dentre outras curiosidades sobre os movimentos imperceptíveis a olho nu. O modelo analisado, de estrutura vertical, guarda outros atributos que consideramos pertinentes. Essa produção se destaca ainda por características imersivas diferenciadas em relação aos exemplos em realidade virtual, como se o usuário fosse transferido para o universo ínfimo do beija-flor, possível mediante a tecnologia de captação empregada. A instituição *National Geographic* foi fundada em 1888 e a revista é publicada no Brasil desde maio de 2000, segundo o *site* da *National Geographic Society*[3]. O veículo é recorrentemente premiado com o prêmio *Malofiej* de Infografia tanto nas categorias impressa quanto *online*, sendo o mais recente em 2018, quando dividiu a honraria “*Best of Show*” com o jornal *Berliner Morgenpost* (Alemanha), que apresentou a infografia ‘*It wasn’t always the East - where Germany votes for the far-right*’, e arrebatou o prêmio na categoria impressa. Já a *National Geographic* recebeu o mesmo prêmio na categoria “*online*” com a hiperinfografia ‘*The Science of Hummingbirds*’, exemplo que selecionamos.

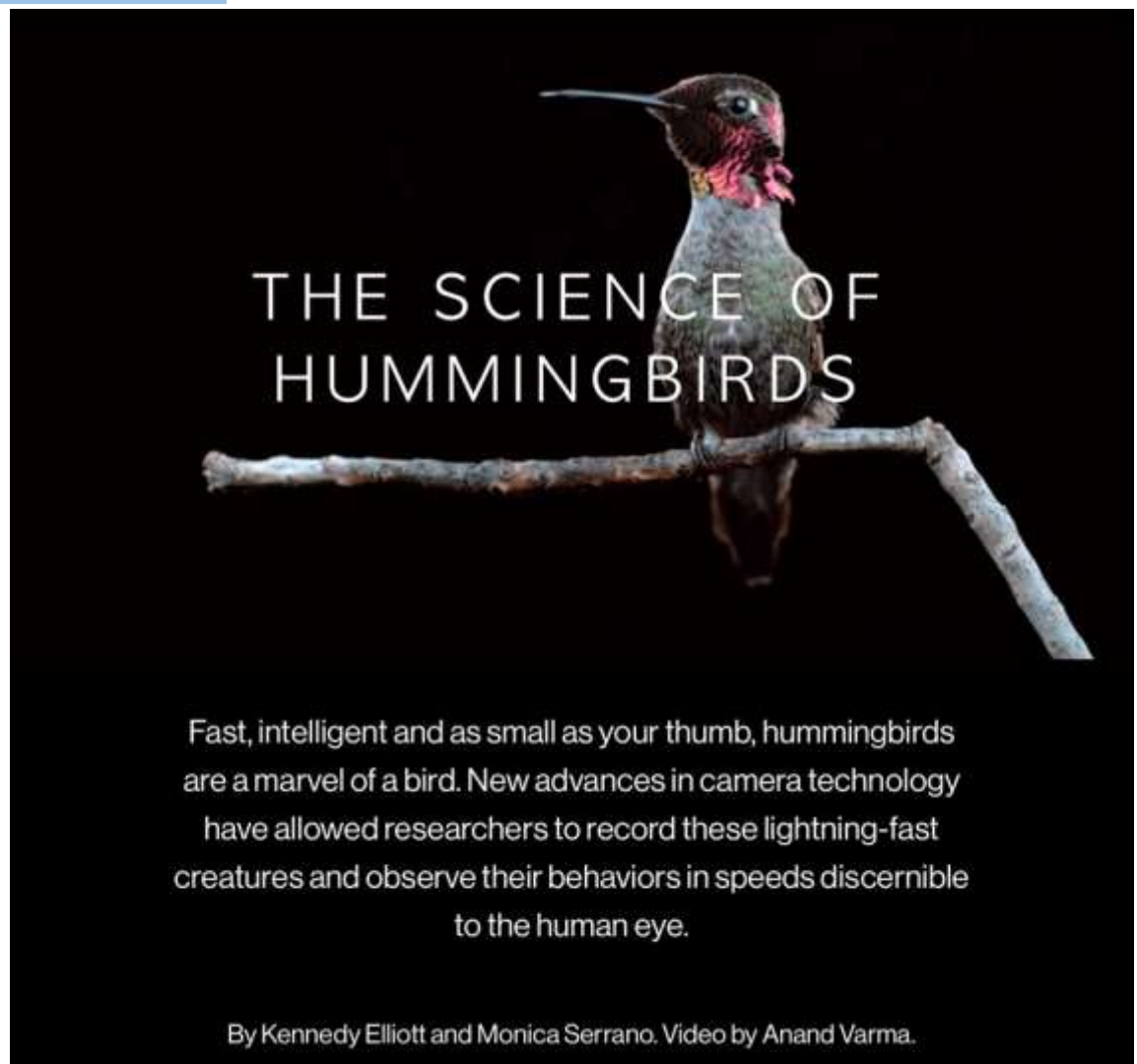


Figura 2 - Apresentação do hiperinfográfico *The Science of Hummingbirds*, publicado pela revista National Geographic, em 2017. Fonte: Disponível em <https://on.natgeo.com/2HToJjP>

Este projeto foi desenvolvido a partir de reportagem publicada na versão impressa da revista americana (julho de 2017). Embora relacionadas ao tema, as reportagens são essencialmente independentes. Quer dizer, este hiperinfográfico não complementa a matéria impressa, nem vice-versa. E ressaltando sua característica de imersão, a própria equipe de produção desse trabalho o caracterizou como vídeo imersivo.

Considerações

Ao considerarmos a desenvoltura dos formatos que envolvem a visualização sintética no jornalismo, atestamos para um cenário que aparenta óbvio: a infografia não para de evoluir (e, talvez, nunca vai parar). O artigo expôs seu ciclo diacrônico retratado em estágios evolutivos, fortemente estudados e contemplados por teóricos em todo mundo, e demonstrou a nossa percepção quanto à dinamicidade do formato, ou seja, às mudanças ocorridas no gênero ao longo dos tempos. Da mesma maneira que o jornalismo enfrenta importantes transformações, sobretudo no contexto da internet, seus gêneros, a exemplo dos infográficos, não ficaram incólumes, mas também acompanharam o ritmo da evolução.

Quanto à infografia, em especial, os levantamentos mencionados neste artigo apontaram as primeiras alterações nas características das peças estáticas, da infografia clássica, com infogramas mais elaborados, fotografias e conteúdo jornalístico mais apurado. Esse processo ampliou a importância do gênero nas redações, antes um mero elemento para embelezar a página, tornando-se integrante complementar da informação cotidiana. No âmbito do jornalismo impresso, a infografia alcançou níveis ainda mais sofisticados, através dos megagráficos, modelos até hoje recorrentes e imprescindíveis.

Noutro momento, percebemos que os pesquisadores atentaram para as modificações incorridas não mais na natureza estática do formato, porém atreladas ao suporte. A infografia passou a receber elementos interativos e, dessa forma, o escopo foi duplamente articulado, ou seja, o olhar focou tanto nas novas características quanto na plataforma digital. Alcançado o segundo estágio evolutivo, a infografia demonstrou seu perfil dinâmico, permitindo ação direta do leitor e rotas de leitura diferentes da anterior lógica linear. O gênero, em seguida, se projetou nas bases de dados e empreendeu caminhos de facilitação do consumo de informações brutas e não processadas mediante a denominada visualização de dados e, assim, reafirmou o seu caráter de ser “vivo” no ecossistema jornalístico.

Nesse sentido, é importante pensar no contexto do jornalismo pós-industrial, cuja expressão traz uma carga de sentido em que predominam sensíveis alterações na atividade em todos os seus âmbitos e cujo panorama exige reinvenção e constante inovação. No que se refere ao usuário açodado, assoberbado de

informações e inserido nesse cenário, é visível sua migração para ambientes digitais muitas vezes alheios aos conteúdos jornalísticos, desafiando jornalistas e periódicos a desenvolver produtos eficazes para competir pela atenção desse público. Notamos que conglomerados de mídia têm experimentado diversas formas de contar histórias a fim de cativar uma audiência que não se engajaria se o tradicional modelo de apresentação da notícia não tivesse passado por remodelagem. Logo, os conteúdos infográficos têm despontado como protagonistas sob influência de recursos expressivos sofisticados, a exemplo de imagens dinâmicas e em terceira dimensão, recursos ubicativos, e, mais recentemente, com as tecnologias da realidade virtual e da realidade aumentada.

As pesquisas, anteriormente voltadas à infografia estática ou à sua transposição e incremento na internet, são colocadas diante de um fenômeno inédito que ocorre basicamente na hipermídia, no caso, o quarto estágio dos infográficos. A pesquisa traz este mapeamento até alcançar os níveis mais aprimorados neste âmbito. Assim, nesta nossa reflexão, sem negar a essência dos infográficos clássicos nem a sua contribuição histórica, delineamos recorte mais específico com o objetivo de investigar movimentos recentes e extraordinários que nos levaram a refletir e investigar esse tipo de conteúdo que avança claramente no jornalismo *online*.

Neste momento em que verificamos a utilização de recursos expressivos como realidade virtual, realidade aumentada e terceira dimensão nos conteúdos infográficos, a hiperinfografia emerge, revelando a existência de fase posterior àquelas três já apresentadas por outros autores, com capacidades ampliadas na hipermídia tanto em lógicas de imersão quanto de presença e interação do usuário. Levamos em consideração, nesse aspecto, as tecnologias que proporcionassem experiências de imersão e recursos altamente expressivos e, assim, promovem o engajamento mais efetivo do usuário com a notícia. Portanto, diversas realidades são possíveis e é no contexto hipermidiático que se potencializa a interação do usuário decorrente dessas formas de linguagens jornalísticas.

Referências

AMARAL, Ricardo Castilhos Gomes. **Infográfico Jornalístico de Terceira Geração: Análise do Uso da Multimedialidade na Infografia**. Florianópolis. 2010. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina.

ANDERSON, C.; BELL, Emily e SHIRKY, Clay. **Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos**. In: Revista de Jornalismo ESPM, n. 5, ano 2, São Paulo, p. 30-89, abril/maio/junho 2013

ANDRADE, Rafael de Castro. **Infográficos animados e interativos em saúde: um estudo sobre a compreensão de notícias**. 2014 (dissertação de mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 174 f.

AGUILERA, Miguel; VIVAR, Hipólito (1990) **La infografia**. Las nuevas imágenes de la comunicación audiovisual en España. Madrid, Fundesco.

ARÉVALO, Gabriela. **La infografía interactiva: Un género por desarrollar**. Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación, 107, 64-67. 2009.

BARBOSA, Suzana. **Jornalismo Digital em Bases de Dados (JDBD): um paradigma para produtos jornalísticos digitais dinâmicos**. 2007. Tese (Doutorado) - FACOM, UFBA, Salvador.

CHIMENO, Mario. **El efecto de los hitos en la infografía interactiva: un estudio comparativo basado en el 11-S**. 2003. Tese (Doutoral) - Facultad de Comunicación, Universidad Pontificia de Salamanca.

CAIRO, Alberto. **Coberturas infográficas de actualidad inmediata**. 2004. Disponível em: <http://www.albertocairo.com/infografia/articulos/2004/actualidadinmediata.html>. Acesso em: 22 mar. 2005.

_____. **Infografía 2.0: visualización interactiva de información en prensa**. Madrid: Alamut, 2008b.

CORDEIRO, W. R. **Hiperinfografia: uma proposta para o infográfico de quarta geração**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2019.

CORDEIRO, William Robson. **Infografia Interativa na Redação - O Exemplo do Diário do Nordeste**. Mossoró, RN. Sarau das Letras. 2013.

DE PABLOS, José Manuel. **Infoperiodismo: el Periodista como Creador de Infografia**. Madrid: Síntesis, 1999.

DUARTE, M. A. G. **Infografia Digital**. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Instituto de Comunicação da NOVA - ICNOVA. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/146399>

FERNÁNDEZ-LADREDA, Rafael Cores. **Infográficos multimedia**: el mejor ejemplo de noticias hipertextuales. Mediaccionline, Mayo 2004. Disponível em: <http://www.mediaccion.com/mediaccionline/temas/periodigital/object.php?o=162>

Acesso em: 17 jan 2024

GARROTI, Carina Pascotto. O conceito da convergência midiática na infografia animada no portal do Almanaque Abril. **Vozes & Diálogo**, Itajaí, v. 16, n. 01, jan./jun. 2017

Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/vd/article/view/9550>

JANÉ, M. B. La infografía aplicada al periodismo científico. Chasqui: Revista Iberoamericana de Comunicación. N.66, junho 1999. Disponível em: <https://idus.us.es/bitstream/handle/11441/44135/511-910-1-SM.pdf?sequence=1>

LONGHI, Raquel Ritter; CORDEIRO, William Robson. No jornalismo imersivo, o infográfico é hiper. **Líbero**, São Paulo, v. 42, n. 21, p.159-174. 2018. Semestral. Disponível em: <https://bit.ly/3456bsZ>. Acesso em: 02 dez. 2023.

LONGHI, Raquel Ritter. **O turning point da grande reportagem multimídia**. Revista FAMECOS (Online), v. 21, p. 897-917, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3M3EtDf> Acesso em: 4 out. 2023.

_____. **Narrativas imersivas no ciberjornalismo**. Entre interfaces e Realidade Virtual. RIZOMA, v. 5, p. 224-234, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3SBWbAh> Acesso em: 4 out. 2022.

LANGER, J; ZEILLER, M. **Evaluation of the user experience of interactive infographics in online newspapers**. 21ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE VISUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO, IV 2017, Londres, Reino Unido, 11 a 14 de julho de 2017. Disponível em <https://dblp.uni-trier.de/pers/hd/z/Zefeller:Michae>

MIELNICZUK, Luciana. Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na web. In: MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos. **Modelos de Jornalismo Digital**. Salvador, Calandra, 2003, pp. 37-54.

MURRAY, Janet H. **Hamlet no holodeck**: o futuro da narrativa no ciberespaço. Tradução: Elissa Khoury Daher, Marcelo Fernandez Cuzziol. São Paulo: Itaú Cultural: Unesp, 2003.

OCHOA, Beatriz Elena Marín. **La Infografía Digital** - Una Nueva Forma de Comunicación. Barcelona. Tese. Universidad Autónoma de Barcelona. 2009.

PAVLIK, John. **Journalism and new media**. 1a edição. Nova Iorque (EUA): Columbia University Press, 2001.

PALACIOS, Marcos. Ruptura, continuidade e potencialização no jornalismo on-line: o lugar da memória. In: MACHADO, Elias e PALACIOS, Marcos. **Modelos de Jornalismo Digital**. Salvador, Calandra, 2003.

PELTZER, Gonzalo. **Jornalismo Iconográfico**. Lisboa: Planeta, 1991.

RAJAMANICKAM, Venkatesh. **Infographics seminar handout**. 2005. Disponível em: <http://www.albertocairo.com/infografia/noticias/2005/infographichandout.pdf>
Acesso em: 19 nov. 2005.

RANIERI, Paulo Rodrigo. A infografia digital animada como recurso para a transmissão da informação em sites de notícia. In: **Revista de Ciências da Informação e Comunicação do Cetac**, 2008. Disponível em: http://prisma.cetac.up.pt/edicao_n7_dezembro_de_2008/a_infografia_digital_animada_c.html

RIBAS, Beatriz. **A narrativa webjornalística: um estudo sobre modelos de composição no ciberespaço**. 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia. Salvador.

RIBEIRO, Susana Almeida. **Infografia de imprensa: história e análise ibérica comparada**. Portugal: Minerva Coimbra, 2008.

RODRIGUES, Adriana Alves. **Infografia Interativa em Base de Dados no Jornalismo Digital**. Salvador. 2009. Dissertação. Universidade Federal da Bahia.

ROST, Alejandro. Interatividade: Definições, estudos e tendências. In: CANAVILHAS, João (Org.) **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Livros LabCom, 2014.

SANCHO, José Luis Valero. **La Infografía: Técnicas, Análisis y Usos Periodísticos**. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2001.

_____. El relato en la infografía digital. In: DÍAZ, J.; SALAVERRÍA, R. (orgs). **Manual de Redacción Ciberperiodística**. Barcelona: Ariel Comunicación, 2003.

SANCHO, José Luis Valero. **Infografia Digital**. La visualización sintética. Barcelona. 240 páginas. Bosch, 2012.

SALAVERRÍA, Ramón. **Convergencia de medios**. Revista Latinoamericana de Comunicación - Chasqui 81. Março de 2003. Disponível em: <http://chasqui.comunica.org/content/view/190/64/>

SALAVERRÍA, Ramón e CORES, Rafael. Géneros periodísticos en los cibermedios hispanos. In: SALAVERRIA, Ramon (coord.). **Cibermedios** - el impacto de internet en los medios de comunicación en España. Sevilla: Comunicación Social, 2005.

SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespao: o perfil cognitivo. do leitor imersivo**. . São Paulo: Paulus, 2004.

SCHWINGEL, Carla. **Jornalismo digital de quarta geração: a emergência de sistemas automatizados para o processo de produção industrial no jornalismo digital**. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÔS, 15., 2005. Anais eletrônicos... 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/estudos2005.htm>. Acesso em: 7 abr. 2007.

SOJO, Carlos Abreu. Periodismo Iconográfico: ¿Es la infografía un género periodístico? Revista Latina de Comunicación Social, La Laguna, Tenerife, n. 51, jun.-sept. 2002. Disponível em: <http://www.ull.es/publicaciones/latina/2002abreujunio5101.htm>. Acesso em: 16 jun. 2004.

STOVALL, Jame Glen. **Infographics: a journalist's guide**. Massachusetts: Allyn and Bacon, 1997.

TEIXEIRA, Tattiana; RINALDI, Mayara. Promessas para o futuro: as características do infográfico no ciberjornalismo a partir de um estudo exploratório. In: 60. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2008, S. Bernardo do Campo. **Anais...** Brasília: SBPJor, 2008

VIZOSO, Ángel. El papel de la infografía en la versión online del diario Marca en el año 2017. **Libro de Comunicaciones del Vi Congreso Internacional de La Ae-ic. - 'comunicación y Conocimiento'** Sección: Producción y Circulación de Contenidos, Salamanca, v. 6, n. 1, p.1-24, 01 jul. 2018. Anual. Editado por Asociación Española de Investigación de la Comunicación. Disponível em: <https://bit.ly/2>. Acesso em: 12 jan. 2024

SUBMETIDO: 06/12/2023

APROVADO: 18/04/2024

RELAÇÕES ENTRE INOVAÇÃO E ENSINO: USO DE JOGOS DIGITAIS PARA ESTUDOS EM JORNALISMO ESPECIALIZADO

Relationships between innovation and teaching: use of digital games for studies in specialized journalism

Geraldo José Rodrigues Liska⁵
Universidade Federal de Alfenas - Unifal-MG

Resumo

Sabendo da importância da inovação digital no ensino e do uso de metodologias ativas cada vez mais necessárias na educação, apresentamos uma proposta de jogo digital para estudos em jornalismo especializado. Recorremos a Erbolato (1998), que explora como o jornalismo se adapta a diversas áreas do conhecimento. Também, utilizamos Gee (2003), Salen e Zimmerman (2004) e Steinkuehler e Duncan (2008), que destacam como os jogos podem ser ferramentas poderosas para o ensino e aprendizado no jornalismo. Kovach e Rosenstiel (2003) abordam a importância da precisão, veracidade e contexto na reportagem jornalística. Defendemos que é essencial para melhorar a qualidade das informações disponíveis ao público. Com o uso consciente e planejado, tanto a proposta apresentada como os jogos digitais de maneira geral podem ser uma ferramenta valiosa para estimular o interesse dos alunos, desenvolver habilidades jornalísticas e prepará-los para os desafios do campo jornalístico contemporâneo.

Palavras chave: Jornalismo especializado. Jogos Digitais. Inovação. Ensino. Educação jornalística

Abstract

Knowing the importance of digital innovation in teaching and the use of active methodologies that are increasingly necessary in education, we present a proposal for a digital game for studies in specialized journalism. We turn to Erbolato (1998), who explores how journalism adapts to different areas of knowledge. We also use Gee (2003), Salen and Zimmerman (2004) and Steinkuehler and Duncan (2008), who highlight how games can be powerful tools for teaching and learning in journalism. Kovach and Rosenstiel (2003) address the importance of precision, veracity and context in journalistic reporting. We argue that it is essential to improve the quality of information available to the public. With conscious and planned use, both the proposal presented and digital games in general can be a valuable tool to stimulate students' interest, develop journalistic skills and prepare them for the challenges of the contemporary journalistic field. Keywords: Specialized journalism. Digital games. Innovation. Teaching. Journalistic education.

Keywords: infographics, journalism, hyperinfographics, information design, visualization

Introdução

⁵ Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Doutor em Estudos Linguísticos pela UFMG.

Neste estudo, apresentamos uma proposta de jogo digital para estudos em jornalismo especializado. Temos, como questão problema: Como os jogos digitais podem contribuir no ensino de jornalismo, sobretudo o jornalismo especializado e para a divulgação científica?

A partir disso, tentamos verificar como o uso de jogos digitais podem contribuir para a consolidação do conhecimento e do saber-fazer jornalismo especializado, sobretudo o jornalismo e a divulgação científica no contexto das fake News.

Para isso, como graduado em Jogos Digitais, propusemos a construção do game “RPG Great News”. Nas perguntas, utilizamos as informações da seção “Não é bem assim” da revista Superinteressante, à qual temos acesso mediante assinatura.

Trabalhar com jogos digitais no jornalismo científico pode trazer uma série de benefícios e contribuir significativamente para a divulgação e compreensão da ciência. Os jogos são uma forma poderosa de envolver e educar o público, permitindo que as pessoas interajam de maneira ativa com o conhecimento científico de maneira lúdica e imersiva.

No contexto do jornalismo especializado, pode ser utilizado tanto por alunos e professores a fim de propiciar o engajamento, pois oferecem uma experiência interativa e envolvente, permitindo que os jogadores sejam protagonistas da história e tomem decisões que afetam o desenrolar do jogo. Isso estimula o engajamento do público, tornando a divulgação científica mais atraente e acessível. Além disso, através da jogabilidade, é possível simular processos científicos, explorar fenômenos complexos e visualizar dados de uma maneira que seja acessível e envolvente.

Nas próximas seções, teceremos considerações sobre nosso objeto de estudo e indicaremos a metodologia empregada nesta pesquisa, bem como o que esperamos como resultados encontrados a partir do uso de games para ensino de jornalismo especializado.

Referencial teórico

Defendemos também que os jogos digitais são conhecidos por sua capacidade de contar histórias de maneira envolvente e imersiva. Eles podem transportar os jogadores para mundos virtuais, apresentando narrativas cativantes e personagens interessantes. No jornalismo científico, isso possibilita a criação de jogos que abordam questões científicas relevantes por meio de histórias intrigantes. Ao se envolverem com a história e os personagens, os jogadores podem desenvolver um maior interesse pela ciência.

A partir de nosso problema de pesquisa, pensamos em investigar a utilização de jogos digitais nos componentes curriculares de jornalismo especializado em curso de graduação em Jornalismo com intuito de engajar ainda mais os estudantes e prepará-los para o mercado de trabalho.

Iniciaremos nossa investigação com levantamento bibliográfico sobre jornalismo especializado e, posteriormente, com uso de jogos digitais no ensino. Para falarmos de jornalismo especializado, recorreremos a Erbolato (1998), que explora como o jornalismo se adapta a diversas áreas do conhecimento, como política, economia, ciência e cultura, fornecendo ao leitor uma visão abrangente das diferentes vertentes do jornalismo especializado. Ele destaca a necessidade de profissionais qualificados e bem informados para cobrir esses campos com precisão e ética. Aborda também a evolução das técnicas de reportagem e escrita jornalística, ressaltando a importância da pesquisa e do aprofundamento temático. De acordo com o pesquisador, são grandes os desafios enfrentados pelos jornalistas especializados, como a necessidade de equilibrar a objetividade com a análise crítica e a contextualização das informações.

A história do jornalismo especializado remonta aos primórdios da imprensa e, ao longo do tempo, sua natureza e alcance evoluíram significativamente. Inicialmente, as publicações especializadas eram voltadas para setores específicos, como comércio, ciência ou política, e eram destinadas a públicos segmentados. Durante o século XX, o jornalismo especializado floresceu com o aumento da complexidade nas áreas como tecnologia, saúde, esportes, entretenimento e outras. Publicações especializadas dedicaram-se a cobrir notícias e desenvolvimentos nessas esferas de maneira mais aprofundada e focada do que os veículos de notícias generalistas.

A era digital trouxe mudanças significativas para o jornalismo especializado. A transição para o meio digital permitiu que essas publicações alcançassem públicos globais de maneira mais eficiente. As publicações especializadas ultrapassam as barreiras geográficas, alcançando um público global, com leitores de diferentes partes do mundo que podem acessar conteúdo especializado com facilidade, o que expande o alcance e a influência dessas publicações. Essa era permitiu também a inclusão de diversos formatos multimídia, como vídeos, infográficos, podcasts e interatividade online, o que enriquece a experiência do leitor e permite uma cobertura mais abrangente e envolvente dos temas especializados. As plataformas digitais oferecem oportunidades para maior interação e engajamento com os leitores. Comentários, fóruns online e redes sociais proporcionam espaços para discussão e participação ativa da audiência, criando uma comunidade em torno do conteúdo especializado. Por outro lado, a participação massiva nas plataformas de mídia social facilita a disseminação rápida de informações falsas. O jornalismo especializado precisa combater ativamente a propagação de notícias falsas, verificando informações e fornecendo contextos aprofundados para ajudar o público a distinguir entre notícias confiáveis e desinformação.

A Big Data e Análise de Dados trazem uma compreensão mais profunda do comportamento do leitor. As publicações podem utilizar análises de dados para personalizar o conteúdo, entender as preferências do público e ajustar suas estratégias de produção e distribuição. Por outro lado, sabemos que a área especializado pode levar a riscos de viés e polarização: A especialização pode levar a uma audiência segmentada que consome notícias alinhadas com suas próprias opiniões. Isso pode contribuir para a polarização e reforçar bolhas informativas. Os jornalistas especializados precisam se esforçar para equilibrar suas reportagens, apresentando uma variedade de perspectivas de maneira justa e imparcial. Por isso, mais ainda, defendemos um estudo cada vez mais adequado sobre jornalismo especializado e que, na medida do possível, possam ser aproveitadas metodologias ativas de aprendizagem. Sabemos o quanto são importantes, ainda mais no contexto de Fake News, a clareza, a concisão e a objetividade na escrita. Erbolato (2001) já discutia técnicas para captar

informações de fontes confiáveis e verificáveis, destacando a importância da apuração rigorosa, bem como o uso adequado de recursos visuais, enfatizando a responsabilidade dos jornalistas na divulgação de informações precisas e imparciais.

A utilização de jogos no ensino de jornalismo tem ganhado destaque como uma abordagem inovadora e eficaz para engajar os estudantes e promover o desenvolvimento de habilidades essenciais. Neste projeto, utilizamos Gee (2003), Salen e Zimmerman (2004) e Steinkuehler e Duncan (2008), que destacam como os jogos podem ser ferramentas poderosas para o ensino e aprendizado no jornalismo.

Primeiramente, James Paul Gee (2003; 2009) argumenta que os jogos oferecem ambientes ricos em desafios, feedback imediato e oportunidades de resolução de problemas, promovendo habilidades de pensamento crítico e colaboração. No contexto do jornalismo, os estudantes podem aprender a investigar, verificar informações e relatar de maneira precisa por meio de simulações de situações jornalísticas em jogos.

Katie Salen e Eric Zimmerman (2012) ressaltam a importância do design de jogos como uma forma de engajar os jogadores e criar experiências significativas. Ao aplicar os princípios de design de jogos no ensino de jornalismo, os educadores podem criar experiências de aprendizado envolventes que motivam os alunos a explorar tópicos complexos e desenvolver habilidades de pesquisa e redação.

Por fim, Constance Steinkuehler e Sean Duncan (2008) exploram como os jogos multiplayer online podem promover a construção de comunidades virtuais e colaborativas. No contexto do ensino de jornalismo, os jogos online podem ser usados para simular redações virtuais, onde os alunos colaboram na produção de notícias, replicando o ambiente de uma redação real.

Defendemos que a utilização de jogos no ensino de jornalismo oferece uma oportunidade emocionante para envolver os estudantes de maneira ativa e prática, promovendo o desenvolvimento de habilidades essenciais. Esses autores destacam como os jogos podem proporcionar ambientes ricos em desafios, oportunidades de aprendizado significativo e colaboração, tornando-se uma abordagem valiosa para o ensino de jornalismo no século XXI.

Além disso, em nosso levantamento teórico, defendemos que a pesquisa em jornalismo científico desempenha um papel fundamental no combate às notícias falsas, pois promove a divulgação precisa e responsável da informação científica, ajudando o público a tomar decisões informadas. Para isso, utilizamos Kovach e Rosenstiel (2003), que abordam a importância da precisão, veracidade e contexto na reportagem jornalística, princípios essenciais para combater notícias falsas; Tuchman (1978), que explora como os jornalistas moldam a narrativa noticiosa e como isso afeta a percepção do público sobre a realidade, destacando a relevância do rigor na divulgação científica; e Nelkin (1995), que examina como os meios de comunicação abordam questões científicas e como isso influencia a compreensão pública da ciência.

A importância desses estudos para o combate às notícias falsas reside na capacidade de promover um jornalismo científico responsável e de qualidade, que se baseia em evidências sólidas, métodos científicos rigorosos e uma abordagem ética. Quando os jornalistas aplicam esses princípios, eles ajudam a construir confiança com o público, tornando-o menos suscetível a informações enganosas e sensacionalistas.

Além disso, o jornalismo científico oferece uma plataforma para especialistas em ciência e pesquisa compartilharem seus conhecimentos diretamente com o público, reduzindo assim a disseminação de desinformação por meio de fontes não confiáveis. A divulgação precisa de informações científicas também capacita as pessoas a tomar decisões informadas sobre questões que afetam suas vidas, como saúde, meio ambiente e tecnologia.

Defendemos que é essencial para melhorar a qualidade das informações disponíveis ao público e, conseqüentemente, desempenha um papel crucial no combate às notícias falsas, promovendo uma sociedade mais informada e crítica.

Metodologia

Na parte de jornalismo especializado, que é o propósito deste projeto experimental, propusemos o jogo “RPG Great News” com intuito de fornecer investigações jornalísticas, em que os estudantes devem coletar evidências, seguir pistas e resolver problemas para revelar histórias importantes. Essa abordagem

permite que os estudantes desenvolvam habilidades de pesquisa, pensamento crítico e ética jornalística enquanto se envolvem em narrativas imersivas.

Por se mesclar informações verdadeiras e fake News, os estudantes podem experimentar situações éticas complexas comuns no jornalismo, como dilemas de privacidade, conflitos de interesse ou cobertura de eventos sensíveis, com intuito de desafiá-los a tomar decisões éticas e refletir sobre as implicações de suas escolhas, preparando-os para lidar com situações reais no futuro.

É importante destacar que não estamos propondo substituições de modelos de ensino, mas sim a integração de atividades. A utilização de jogos digitais deve ser complementar e integrada ao currículo existente, em vez de substituir completamente outras formas de ensino e aprendizagem. Os jogos devem ser projetados levando em consideração os objetivos de aprendizagem do curso de Jornalismo e serem acompanhados por atividades de discussão e reflexão para consolidar os conhecimentos adquiridos.

Para a criação do game, utilizamos a ferramenta Construct 3⁶, específica para desenvolvimento de jogos baseada em HTML5, que permite a criação de jogos 2D multiplataforma de forma relativamente simples e acessível. Ele utiliza uma abordagem baseada em eventos e a programação é feita principalmente por meio de lógica de eventos, o que torna a criação de jogos mais amigável para pessoas que não têm experiência em programação. Embora seja uma ferramenta versátil para criar jogos, ela pode ser utilizada de maneira eficaz no ensino de jornalismo especializado de várias maneiras, como a simulação de situações reais, criando cenários e simulações interativas que imitam situações do mundo real enfrentadas por jornalistas especializados.

Pensamos, para avaliar o conhecimento dos alunos, envolver questionários interativos na forma de narrativas interativas, nas quais os jogadores tomam decisões que afetam o desenvolvimento da história. Isso pode ser usado para ensinar como apresentar informações de maneira envolvente e imersiva. Os alunos podem ser confrontados com dilemas éticos e tomarem decisões que afetam o

⁶ Informações disponíveis em <https://www.construct.net/en>, acesso em 30/10/2023.

curso do jogo, o que ajuda a desenvolver um entendimento mais profundo da ética jornalística.

O Construct 3 pode ser uma ferramenta valiosa no ensino de jornalismo especializado, pois permite a criação de experiências educacionais interativas e envolventes que podem ajudar os alunos a entender e praticar conceitos e habilidades importantes no campo do jornalismo. Além disso, a natureza prática e a capacidade de simular situações do mundo real tornam essa ferramenta uma opção atraente para educadores que desejam tornar o ensino mais prático e envolvente.

Nas perguntas, utilizamos as informações da seção “Não é bem assim” da revista Superinteressante⁷. A título de exemplo, trabalhamos com dados da matéria intitulada ““Sars-CoV-2 veio de um animal, mostra estudo”. Não é bem assim...”⁸. No jogo, enquanto o jogador caminha pela cidade a fim de acessar uma empresa de jornalismo e se candidatar à vaga de emprego, precisa conversar com várias pessoas pelo local, que vão dar notícias sobre acontecimentos mundiais e averiguar se os fatos são verdadeiros ou falsos.

Pensamos em um jogo de RPG (Role-Playing Games) no ensino de jornalismo especializado, cuja abordagem pode ser inovadora e eficaz oferecendo uma série de benefícios significativos. Os jogos de RPG são conhecidos por sua capacidade de envolver os participantes de forma profunda e duradoura. No contexto do ensino de jornalismo especializado, os alunos podem se tornar personagens fictícias, jornalistas especializados em áreas como política, ciência, tecnologia ou cultura, e enfrentar desafios do mundo real. Isso aumenta o entusiasmo dos alunos e os incentiva a participar ativamente das atividades de aprendizado.

Eles permitem com que os alunos experimentem situações jornalísticas da vida real de maneira simulada. Eles podem conduzir entrevistas, escrever artigos, fazer pesquisa, lidar com fontes de informação e tomar decisões éticas, tudo como

⁷ Disponível no link

<https://super.abril.com.br/?s=%22n%C3%A3o+%C3%A9+bem+assim%22&orderby=date>, acesso em 30/10/2023.

⁸ Disponível em <https://super.abril.com.br/ciencia/sars-cov-2-veio-de-um-animal-mostra-estudo-nao-e-bem-assim/>, acesso em 30/10/2023

parte do jogo. Isso fornece aos alunos uma valiosa experiência prática que é fundamental para o aprendizado eficaz. Sabemos que o esse tipo de jornalismo exige habilidades críticas, como pesquisa aprofundada, análise, redação precisa e investigação. Os games permitem que os alunos desenvolvam e aprimorem essas habilidades de maneira significativa, enquanto lidam com tarefas desafiadoras dentro do contexto do jogo, incluindo a tomada de decisões éticas. Jogos como esse podem apresentar dilemas éticos aos alunos, forçando-os a pensar sobre questões morais e profissionais relacionadas à sua cobertura jornalística.

Tanto como alunos como professores, sabemos que é necessário realizar pesquisas extensivas para aprofundar nosso entendimento sobre o tópico que estamos cobrindo. Isso promove a motivação para a pesquisa e a busca por informações relevantes e confiáveis, habilidades cruciais para o jornalismo especializado.

Por fim, sabemos também que o campo do jornalismo está em constante evolução, com novas tecnologias e tendências emergindo constantemente. Jogos de RPG podem ser adaptados para refletir as mudanças na indústria, ajudando os alunos a se manterem atualizados e a se adaptarem a novos desafios e oportunidades.

Entendemos então a utilização de games no ensino de jornalismo especializado como estratégia pedagógica eficaz que combina aprendizado prático, desenvolvimento de habilidades críticas e éticas, engajamento dos alunos e preparação para a indústria jornalística em constante mudança. Essa abordagem inovadora contribui para a formação de jornalistas especializados bem-preparados e altamente qualificados.

Por fim, elegeremos o Apêndice A para a avaliação do game. A avaliação e usabilidade são aspectos cruciais para a evolução e eficácia da prática jornalística contemporânea, com intuito de fortalecer o entendimento sobre o próprio game e também fortalecer práticas de desenvolvimentos de jogos para envolver o público de maneira mais profunda do que os formatos tradicionais de notícias ou ensino de jornalismo. A gamificação pode tornar tópicos complexos mais acessíveis e interessantes, incentivando a participação ativa dos leitores/players.

Pretendemos também saber se a proposta apresentada poderá ser utilizada para que as pessoas possam aprender de forma ativa, experimentando os conceitos e cenários apresentados nas notícias. Isso é particularmente valioso em histórias que envolvem ciência, política e questões sociais complexas. A diversificação dos formatos jornalísticos é crucial para atender às preferências variadas do público. Jogos complementam o texto, áudio e vídeo como ferramentas para transmitir informações e podem ser importantes ferramentas para futuros jornalistas, considerando o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação.

No entanto, para que os jogos jornalísticos sejam eficazes, a avaliação e usabilidade desempenham papéis críticos, e é o que pensamos neste momento, como a precisão e imparcialidade das informações; a capacidade do público de interagir e aprender com eles; a interface do jogo deve ser intuitiva, a narrativa deve ser envolvente, e os controles devem ser acessíveis. A usabilidade é essencial para manter os jogadores engajados e garantir que a mensagem seja transmitida eficazmente.

Com as respostas do APÊNDICE A, poderemos quantificar se a avaliação e a usabilidade do RPGreat News garante que forma inovadora de contar histórias seja precisa, informativa, envolvente e eficaz. Defendemos, como já defendido ao longo deste trabalho, quando bem planejados e executados, os jogos jornalísticos podem desempenhar um papel significativo na expansão da educação e da conscientização pública sobre questões importantes e complexas.

Resultados e discussão

A integração de jogos digitais nos componentes curriculares de um curso de graduação em Jornalismo pode ser uma estratégia eficaz para engajar os estudantes e prepará-los para o mercado de trabalho.

Entre as possibilidades e aplicações, podemos criar jogos que simulem situações reais de redação jornalística, como escrever matérias de última hora, entrevistar fontes importantes ou redigir um artigo investigativo. Os estudantes podem praticar suas habilidades de escrita, tomada de decisões e gestão do tempo enquanto se familiarizam com as demandas da profissão.

Podemos também desenvolver games que envolvam atividades de edição e revisão de textos jornalísticos. Os estudantes podem aprimorar suas habilidades de identificar erros gramaticais, melhorar a clareza da escrita e tomar decisões editoriais. Essa prática pode ser especialmente útil para aprimorar a qualidade dos textos produzidos pelos estudantes

Considerações Finais

Em conclusão, a utilização de jogos digitais no ensino de jornalismo apresenta potencialidades significativas. Ao proporcionar engajamento, aprendizagem prática, feedback imediato e complementaridade com outras metodologias, os jogos podem contribuir para uma formação mais dinâmica e envolvente dos estudantes.

Pretendemos testar o jogo na prática com a participação de estudantes de jornalismo, a fim de considerarmos as limitações e garantir que os conteúdos e o desenvolvimento do jogo sejam integrados de maneira adequada ao currículo, assegurando que os aspectos fundamentais do jornalismo, como a ética e a prática real, não sejam negligenciados.

Acreditamos no uso do RPGreat News como ferramenta inovadora nesse sentido. Com o uso consciente e planejado, tanto a proposta apresentada como os jogos digitais de maneira geral podem ser uma ferramenta valiosa para estimular o interesse dos alunos, desenvolver habilidades jornalísticas e prepará-los para os desafios do campo jornalístico contemporâneo.

Referências

ERBOLATO, Mário. Jornalismo Especializado. São Paulo, Atlas. 1981.

ERBOLATO, Mário. Técnicas de Codificação em Jornalismo - redação captação e edição em jornal diário. 5 ed. São Paulo. Ática. 2002.

GEE, J. P. Bons videogames e boa aprendizagem. Revista Perspectiva, Florianópolis, v. 27, nº 1, p. 167-178, jan./ jun. 2009. Disponível em <http://www.perspectiva.ufsc.br>.

GEE, James Paul. What video games have to teach us about learning and literacy. Computers in entertainment (CIE), v. 1, n. 1, p. 20-20, 2003.

KOVACH, Bill, ROSENSTIEL, Tom. Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

NELKIN, Dorothy. Selling Science: How the press covers science and technology. New York: W.H. Freeman and Company, 1995.

SALEN, Katie; ZIMMERMAN, Eric. Regras do jogo: fundamentos do design de jogos (vol. 3). Editora Blucher, 2012.

STEINKUEHLER, Constance; DUNCAN, Sean. Scientific habits of mind in virtual worlds. Journal of Science Education and Technology, v. 17, p. 530-543, 2008.

TUCHMAN, Gaye. Making news: A study in the construction of reality. 1978.

SUBMETIDO: 06/12/2023

APROVADO: 18/04/2024

PERSPECTIVAS SOBRE A PESQUISA EM COMUNICAÇÃO NO BRASIL: MAPEAMENTO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E SUAS LINHAS DE PESQUISA

Perspectives on communication research in Brazil: Mapping of postgraduate programs and their lines of research

Ana Paula Lopes da Silva Rodrigues⁹
Universidade Federal de Viçosa - UFV-MG

Resumo

Conhecer o passado nos guia na jornada de planejar o futuro, pois somente entendendo de onde viemos, podemos traçar com sabedoria o caminho que desejamos percorrer. Para mirar o futuro do campo da Comunicação no Brasil, é preciso conhecer a história dos programas de pós-graduação em Comunicação, que tanto contribuem para o ensino, pesquisa e formação de pesquisadores no Brasil. O objetivo deste estudo é analisar a evolução dos cursos de mestrado e doutorado em comunicação no Brasil, explorando essa transformação sob a perspectiva das linhas de pesquisas realizadas em programas de pós-graduação. Para tal, utilizou-se como procedimentos metodológicos a revisão da literatura acadêmica e a análise de dados quantitativos e qualitativos coletados na Plataforma Sucupira. Por fim, identificou-se que as perspectivas de futuro para os programas de pós-graduação em Comunicação no Brasil incluem a expansão planejada e a descentralização para regiões menos especializadas, com foco na qualidade e na competitividade.

Palavras-chave: Comunicação, Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Plataforma Sucupira, Avaliação da Pós-Graduação, perspectivas de futuro.

Abstract

Knowing the past guides us on the journey to plan the future because only by understanding where we came from can we wisely chart the path we desire to tread. To glimpse into the future of the field of Communication in Brazil, it is necessary to understand the history of graduate programs in Communication, which greatly contribute to education, research, and researcher training in Brazil. The objective of this study is to analyze the evolution of master's and doctoral programs in communication in Brazil, exploring this transformation from the perspective of research areas conducted in graduate programs. For this purpose, methodological procedures included a review of academic literature and the analysis of quantitative and qualitative data collected from the Sucupira Platform. Finally, it was identified that the prospects for the future of graduate programs in Communication in Brazil include planned expansion and decentralization to less specialized regions, with a focus on quality and competitiveness.

Keywords: Communication, Graduate Programs in Communication, Sucupira Platform, Graduate Program Evaluation, future prospects.

⁹Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Viçosa(2014), mestrado em Letras pela Universidade Federal de Viçosa(2018). Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo e Editoração.
E-mail: analopesufv@gmail.com

Introdução

A prática jornalística é um pilar fundamental para o funcionamento saudável de qualquer democracia, sendo o jornalismo não apenas uma ferramenta de informação, mas também de questionamento e escrutínio das estruturas sociais e políticas. No Brasil, essa atividade desempenha um papel crucial na construção da opinião pública e no fortalecimento das instituições democráticas. Porém, a qualidade do jornalismo produzido está intrinsecamente ligada à formação dos profissionais que o exercem.

A formação em jornalismo passou por transformações ao longo das últimas décadas, refletindo tanto as mudanças tecnológicas quanto às demandas da sociedade. Nesse contexto, os programas de pós-graduação em jornalismo desempenham um papel crucial na pesquisa e no desenvolvimento da área, moldando não apenas o perfil dos jornalistas, mas também a própria concepção do que é o jornalismo em um mundo em constante mutação.

Este artigo tem como objetivo lançar luz sobre a evolução dos cursos de mestrado e doutorado em comunicação no Brasil, explorando essa transformação sob a perspectiva das linhas de pesquisas realizadas em programas de pós-graduação. Além disso, examinaremos as tendências emergentes no campo da pesquisa em jornalismo, identificando os principais temas, metodologias e desafios enfrentados pelos pesquisadores.

Para tanto, este estudo se baseia em uma revisão da literatura acadêmica e na análise de dados quantitativos e qualitativos. Acreditamos que essa abordagem nos permitirá oferecer uma visão panorâmica da trajetória dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) no Brasil e direcionar as promessas para futuras pesquisas e aprimoramento dos cursos de jornalismo no país.

Num momento em que a sociedade enfrenta desafios complexos e a informação desempenha um papel central na tomada de decisões, é fundamental compreender como o jornalismo e a comunicação social estão sendo moldados e aprimorados através da pesquisa acadêmica. Este estudo visa contribuir para a reflexão crítica sobre o presente e o futuro deste campo de estudos no Brasil,

destacando a importância da pesquisa em programas de pós-graduação como motor propulsor desse processo.

1. Reflexões preliminares: olhares de outros pesquisadores

O campo acadêmico da comunicação é definido por Lopes (2001, p. 48) como “um conjunto de instituições de nível superior destinado ao estudo e ao ensino da comunicação e onde se produz a teoria, a pesquisa e a formação universitária das profissões de comunicação”. A autora, baseando-se nas teorias de Pierre Bourdieu, identifica ainda três subcampos na área da comunicação: o científico, centrado na produção de conhecimento acadêmico; o educativo, educacional para a difusão desse conhecimento por meio do ensino universitário; e o profissional, focado na aplicação prática desse conhecimento e em suas interações com o mercado de trabalho. Em relação a essa última colocação, Otre (2015) aponta para a influência marcante do subcampo profissional sobre os subcampos científicos e educativos, diminuindo uma tendência significativa nos estudos em comunicação, onde a aplicação prática desempenha um papel substancial na direção da pesquisa e do ensino, o que interfere diretamente nas áreas de concentração e linhas de pesquisa criadas.

Muniz Sodré (2002), ao discutir o objeto do campo acadêmico da Comunicação, delineou três esferas de ações ou práticas que classificam o âmbito comunicacional. O primeiro espectro é a “veiculação”, envolvendo práticas empresariais relacionadas à mídia e à interação entre sujeitos sociais por meio de tecnologias de informação, como imprensa, rádio, televisão e publicidade. O segundo é a “vinculação”, compreendendo práticas de promoção e manutenção de vínculos sociais por meio de ações coletivas, diálogos e reciprocidade comunicacional entre indivíduos. A terceira esfera é a “cognição”, relacionada a práticas teóricas que observam e sistematizam as práticas de veiculação e as estratégias de vinculação. Nesse contexto, a Comunicação não é meramente uma disciplina, mas uma forma de contextualizar o conhecimento convencional sobre a sociedade, assumindo um papel crítico na sociabilidade, eticidade e nas práticas de socialização através da cultura. Portanto, a “ciência” da comunicação

representa uma abordagem multidisciplinar que promove uma "filosofia pública" voltada para a compreensão e a análise da interação social na sociedade contemporânea.

Quando se trata de meta-pesquisa sobre os programas de pós-graduação em Comunicação no Brasil, citar os estudos de Richard Romancini (2006) que fez um amplo estudo sobre o campo da comunicação no Brasil entre 1972 e 2005, trazendo reflexões sobre o Perfil Institucional, padrões de associação, pesquisa e produção das Ciências da Comunicação, entre outros aspectos. Até 2005, existiam 21 programas de pós-graduação em funcionamento reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) - em 2023, já são 62 programas reconhecidos. Na cronologia apresentada por esse autor, o primeiro curso de mestrado foi criado pela Universidade Estadual de São Paulo (USP), em 1972. Romancini relata ainda que o início da pós-graduação em Comunicação é caracterizado pelo papel das instituições públicas federais e estaduais, mas num segundo momento, inicia-se um movimento de criação de cursos por instituições privadas confessionais. Foi somente a partir de 2000 que o setor privado não-confessional começou a ofertar cursos, tendo sido o setor que mais cresceu desde então.

Em relação à produção científica desses programas, Kunsch (2002) fez um levantamento das teses de doutorado, dissertações de mestrado e teses de livre docência publicadas entre 1970 e 2000. Sobre esses estudos, a autora identificou que a grande maioria se tratavam de estudos descritivos ou ensaísticos. Em relação às metodologias aplicadas, Kunsch (2002) destaca que as dissertações e teses defendidas entre 1970 e o início dos anos 90 na maioria das vezes não descreviam a metodologia utilizada, mas em seu corpus de análise foram identificados os procedimentos de Estudo de Caso, Pesquisa Qualitativa, Pesquisa Quantitativa, Triangulação (quali-quantitativa), Análise de conteúdo, Análise documental e Biografia/História de vida.

Como conclusão, a autora afirma que o Brasil tem se destacado notavelmente em termos de produção acadêmica no campo da comunicação, comparando-se favoravelmente a países da América Latina e da Europa com produção semelhante. No entanto, para alcançar uma verdadeira consolidação e

reconhecimento nacional e internacional como comunidade científica, são necessárias ações concretas, como conscientização das universidades, investimento público e privado em pesquisa, cooperação entre centros de pós-graduação, intercâmbio internacional, rigor no ensino e produção de bases de dados especializadas. Apesar dos desafios, as perspectivas são promissoras e apontam para o crescimento e maior produtividade nessa área de estudo (KUNSCH, 2002). Quase duas décadas após as pesquisas de Romancini (2006) e Kunsch (2002), nos propusemos a revisitar o campo da comunicação, a fim de analisar os programas de pós-graduação em funcionamento em 2023 e pensar caminhos para o futuro da pesquisa nesta área de conhecimento.

2. Os programas de pós-graduação em comunicação no Brasil

A Plataforma Sucupira abrange um sistema de coleta de informações, análises e avaliações a serem utilizadas como base padronizadora do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). No ano de 2023, conforme informações dessa plataforma, existem no Brasil 62 Programas de pós-graduação e 95 cursos de pós-graduaçãoⁱ. Os dados foram coletados diretamente da Plataforma Sucupira, que divide os programas de pós-graduação em Mestrado Acadêmico (ME), Doutorado Acadêmico (DO), Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico (ME/DO), Mestrado Profissional (MP) e Doutorado Profissional (DP) e Mestrado Profissional e Doutorado Profissional (MP/DP), contabilizando também os cursos de pós-graduação oferecidos.

Para fazer a análise dos programas de Pós-graduação em comunicação, optou-se por observar três aspectos desses programas: (1) Distribuição geográfica e Avaliação da Capes; (2) Nomes dos programas e (3) Nomes e ementas das linhas de pesquisa. A partir destas informações coletadas em outubro de 2023 na Plataforma Sucupira e nos sites dos programas de pós-graduação, foi possível chegar aos resultados apresentados a seguir.

3.1 Análise da distribuição geográfica e Nota

Partindo da premissa de que realizar uma análise da distribuição geográfica dos programas de pós-graduação em Comunicação no Brasil permite garantir a equidade, promover o desenvolvimento regional, diversificar a pesquisa, fortalecer o sistema educacional e tornar a academia de Comunicação mais representativa e enriquecedora para a sociedade brasileira, na figura 1, é possível observar a distribuição geográfica desses programas de acordo com o estado ou a região brasileira.

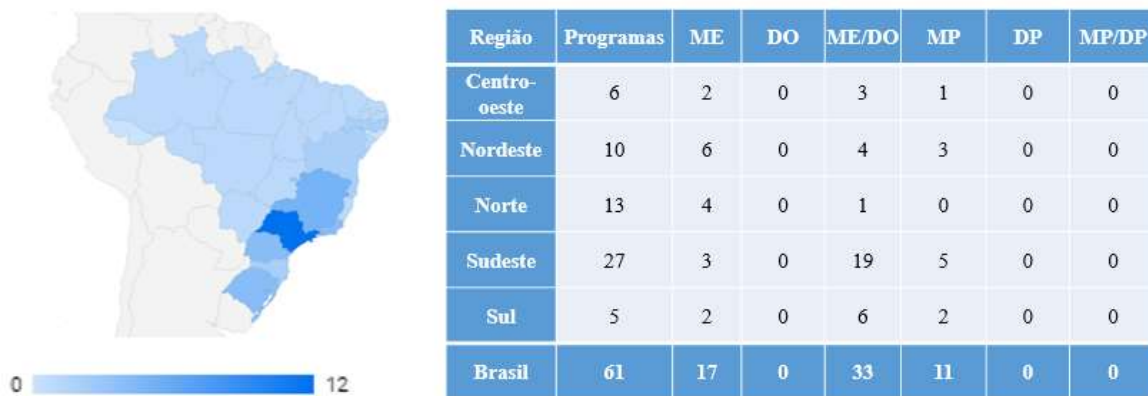


Figura 1 - distribuição geográfica desses programas por estado ou região brasileira.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Plataforma Sucupira.

Nesta pesquisa, optou-se por trazer as duas visualizações, pelo fato de que há uma discrepância do número de estados por região, o que pode ocasionar em interpretações duvidosas a respeito dessa distribuição geográfica. Repare que ao observar a tabela, a região Sudeste se destaca em número de Programas de Pós-graduação. O mesmo pode ser observado a partir do mapa. No entanto, em relação às regiões Nordeste e Sul, pode-se dizer que há mais programas na primeira (13) em relação à segunda (10), mas também é preciso lembrar que a região Nordeste do Brasil é formada por nove estados, enquanto a região Sul possui apenas três.

Assim, verifica-se que na realidade há maior concentração de programas na região Sul, uma vez que Rio Grande do Sul e Paraná possuem quatro programas cada e Santa Catarina, dois. Já em relação ao Nordeste, dois estados possuem dois

programas cada (Bahia e Pernambuco) e outros seis possuem apenas um programa cada (Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe). O estado que mais concentra programas é São Paulo, possuindo 12 Programas de Pós-graduação em Comunicação. Somente dois estados não possuem Pós-graduação em Comunicação: Alagoas (Nordeste) e Acre (Norte). Com isso, conclui-se que apesar de haver programas em praticamente todo o território brasileiro, ainda assim há concentração nas regiões Sul e Sudeste, o que ocorre também na maioria das áreas de conhecimento.

Além da localização, outro fator que influi no acesso aos programas é o valor do investimento. Enquanto as Instituições de Ensino Públicas oferecem cursos de Mestrado e Doutorado Acadêmicos gratuitos, em alguns casos, até possibilitando o financiamento dos estudantes através de bolsas garantidas pelas agências de fomento; Em Instituições Privadas, o investimento para fazer esses mesmos cursos geralmente é alto e inacessível a maior parte dos brasileiros. Em se tratando de mestrados profissionais, tanto em instituições públicas, quanto privadas, o candidato deverá saber que irá fazer um investimento alto, pois raramente abrem-se cursos gratuitos nesta categoria.

Para solucionar ou sanar parte deste problema, existem políticas públicas de ações afirmativas para programas de pós-graduação no Brasil. Segundo Venturini e Feres Júnior (2020), até janeiro de 2018, 26,4% dos programas de pós-graduação acadêmicos apresentavam algum tipo de ação afirmativa, sejam políticas decorrentes de decisões dos próprios programas, sejam criadas por determinação de leis estaduais ou de resoluções do Conselho Universitário válidas para todos os cursos de pós-graduação de uma determinada universidade. Os autores destacam ainda que 63,9% desses programas aplicam exclusivamente o sistema de cotas, no qual um percentual das vagas disponíveis é reservado para determinados grupos (pretos e pardos, indígenas, pessoas com deficiência, estudantes de baixa condição socioeconômica, quilombolas, pessoas transexuais e travestis e portadores de visto humanitário, também chamados de refugiados), citando como exemplo o programa de pós-graduação em comunicação da UFF:

Das vagas

Estão abertas 18 (dezoito) vagas para o Mestrado em Comunicação. 6 (quatro) destas vagas estão reservadas para cota étnico-racial (negros, pardos e índios). Caso não sejam preenchidas, as vagas desta reserva

serão destinadas aos demais candidatos. (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF, 2017, *apud* VENTURINI; JUNIOR, 2020, p. 889).

A Capes, além de uma agência de fomento que concede várias modalidades de bolsas e auxílios, se distingue das demais agências de fomento por também se tratar de um órgão de avaliação. Enquanto diretor de avaliação da Capes, Renato Janine Ribeiro (2007) declarou que a avaliação dos programas de pós-graduação tem múltiplas utilidades, pois ela assegura aos alunos de mestrado e doutorado acesso a cursos e orientações de alta qualidade, além de garantir a excelência dos programas, tendo o poder de encerrar cursos de baixa qualidade. Ribeiro (2007) afirma ainda que a avaliação é uma ferramenta econômica que permite o acompanhamento constante dos cursos, possibilitando o crescimento e aprimoramento contínuos. Além disso, auxilia no direcionamento de recursos de fomento para grupos de pesquisa mais eficazes, fornece análises relevantes às instituições avaliadas para aprimorar suas políticas internas e oferece orientação a graduados interessados em cursar mestrado ou doutorado. Assim,

Ela gera notas, que vão de 1 a 7. As notas (ou conceitos) 1 e 2 implicam o descredenciamento do curso. Seus diplomas deixam de ter validade nacional. Na prática, isso significa que o curso é fechado, embora a Capes não tenha papel de polícia. As notas 3 a 5 valem respectivamente “regular”, “bom” e “muito bom”. Além disso, há também os conceitos 6 e 7, que expressam excelência constatada em nível internacional. Somente os programas que têm doutorado podem aspirar às notas 6 e 7. (RIBEIRO, 2007, p. 1).

As avaliações até 2013 eram realizadas a cada três anos. Porém, a partir desse ano, passaram a ter edições quadrienais, sendo que a partir da edição 2013-2016, o processo de análise passou a se basear em dados informados pelos programas por meio da Plataforma Sucupiraⁱⁱ. A edição mais recente até a publicação deste artigo foi a Avaliação Quadrienal 2017-2020ⁱⁱⁱ, que teve seus resultados divulgados com atrasos em 19 de dezembro de 2022, devido às dificuldades impostas pela pandemia de Covid-19. Feitas essas considerações, a Figura 2 apresenta a Avaliação Capes dos programas de Pós-Graduação em Comunicação no Brasil.

Assim, embora não seja proposital, existe uma relação entre a localização geográfica e as notas atribuídas aos programas de pós-graduação no Brasil. Não se pode negar que Programas de pós-graduação localizados em regiões mais desenvolvidas do país, como o Sudeste e o Sul, historicamente tiveram uma

tendência a obter notas mais elevadas devido à disponibilidade de recursos, infraestrutura, corpo docente e parcerias acadêmicas. No entanto, essa tendência tem sido desafiada nos últimos anos, à medida que universidades em outras regiões do Brasil têm investido em pesquisa, infraestrutura e internacionalização, como o caso do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que obteve nota 6 na última avaliação. Assim, pode-se concluir que Programas de pós-graduação em regiões menos desenvolvidas têm demonstrado um notável avanço em termos de qualidade e impacto acadêmico.

Outro fator que merece ser destacado é a avaliação A, que abrange aqueles programas de pós-graduação que estão “Em Projeto”. Nessa classificação, quatro Mestrados Acadêmicos (ME) e quatro Mestrados Profissionais (MP). Isso demonstra que a pesquisa em comunicação permanece em expansão no Brasil, o que implica em diversos benefícios, como por exemplo a ampliação do conhecimento, o desenvolvimento regional (em caso de criação de programas em regiões menos favorecidas contribui para o desenvolvimento econômico e social local, ao atrair talento, investimentos e gerar conhecimento relevante para a região); Diversidade de Pesquisa, possibilidade de mobilidade acadêmica; maior competitividade Global; Formação de Recursos Humanos; Descentralização do Conhecimento, entre outros. Certamente, é preciso levar em conta que a criação de novos programas também requer investimentos em infraestrutura, corpo docente qualificado e recursos financeiros, bem como uma avaliação rigorosa para garantir a qualidade e a relevância das novas iniciativas. Portanto, é fundamental que a expansão seja realizada de forma planejada e estratégica, levando em consideração as necessidades da pesquisa e do desenvolvimento do país.

3.2 Análise dos nomes dos programas

O nome do programa de pós-graduação em geral não oferece muitos detalhes sobre o que é pesquisado nos cursos de mestrado e doutorado que ele abarca, no entanto pode dar indícios, por exemplo, da área de concentração estudada. No caso dos programas de pós-graduação em comunicação, 23 programas (41%) se intitulam simplesmente “Comunicação”. “Comunicação

Social” aparece em segundo lugar (com quatro programas, 7%) e “Jornalismo” em terceiro (com três programas, 5%). Um último nome que se repete é “Comunicação e Sociedade”, presente em dois programas (4%).

A associação entre Comunicação-Cultura, também é característica, já que aparece de diversas formas: “Comunicação e Cultura”, “Comunicação e Cultura Contemporâneas”, “Comunicação e Culturas Midiáticas” e “Comunicação, Cultura e Amazônia” (um programa cada). Neste caso é satisfatório perceber a distinção de demarcação regional entre os programas que trabalham cultura de forma generalizada e o programa da Universidade Federal do Pará (UFPA), que opta por evidenciar, já no nome do programa, a cultura amazônica como foco das pesquisas. O mesmo é observado na Universidade Federal de Roraima (UFRR), com o Programa de Pós-graduação em Comunicação, Territorialidades e Saberes Amazônicos.

Outros títulos identificados também abrangem temas diversos: “Ciências da Comunicação”, “Cinema e Audiovisual”, “Comunicação e Indústria Criativa”, “Comunicação e Inovação Social”, “Comunicação e Linguagens”, “Comunicação e Poder”, “Comunicação e Práticas de Consumo”, “Comunicação e Semiótica”, “Comunicação e Territorialidades”, “Comunicação Intercultural nas Organizações”, “Estudos da Mídia”, “Imagem e Som”, “Inovação na Comunicação de Interesse Público”, “Meios e Processos Audiovisuais”, “Mídia e Cotidiano”, “Mídias Criativas”, “Multimeios”, “Produção de Conteúdo Multiplataforma” e “Tecnologias, Comunicação E Educação”, cada um desses nomes aparece em um único programa, sem repetições.

Em suma, o nome de um programa de pós-graduação pode fornecer pistas iniciais sobre sua área de concentração e nível de ensino, mas para uma compreensão completa e precisa das oportunidades e foco de pesquisa oferecidos, é essencial analisar detalhadamente as linhas de pesquisa, corpo docente, estrutura curricular e demais informações disponíveis. Assim, a próxima etapa envolverá uma análise aprofundada das linhas de pesquisa.

3.3 Análise das Linhas de pesquisa

As linhas de pesquisa em um programa de pós-graduação em Comunicação desempenham um papel fundamental na estruturação e orientação da pesquisa acadêmica. Elas fornecem um foco claro, promovem a especialização, incentivam a interdisciplinaridade e facilitam a supervisão de pesquisas, contribuindo para a produção de conhecimento relevante na área. Além disso, atendem às necessidades da sociedade e da academia, enquanto são essenciais para a avaliação e o acompanhamento da qualidade da pesquisa no programa. Nesta análise, examinaremos mais detalhadamente o significado e a importância das linhas de pesquisa em programas de pós-graduação em Comunicação.

Cada programa de pós-graduação em comunicação possui duas ou três linhas de pesquisa. Para essa parte da análise, foi necessário acessar manualmente os sites de cada programa para coletar as linhas de pesquisa e suas respectivas descrições. A fim de identificar as principais tendências nessas linhas de pesquisa, optou-se pela análise de similaridade. Após a coleta dos títulos das linhas de pesquisa nos sites dos Programas de Pós-Graduação, com o auxílio do software Iramuteq, gerou-se um gráfico multidimensional, que posiciona termos semelhantes próximos uns dos outros, tornando mais evidentes relações e padrões ocultos. A figura gerada se apresenta a seguir:

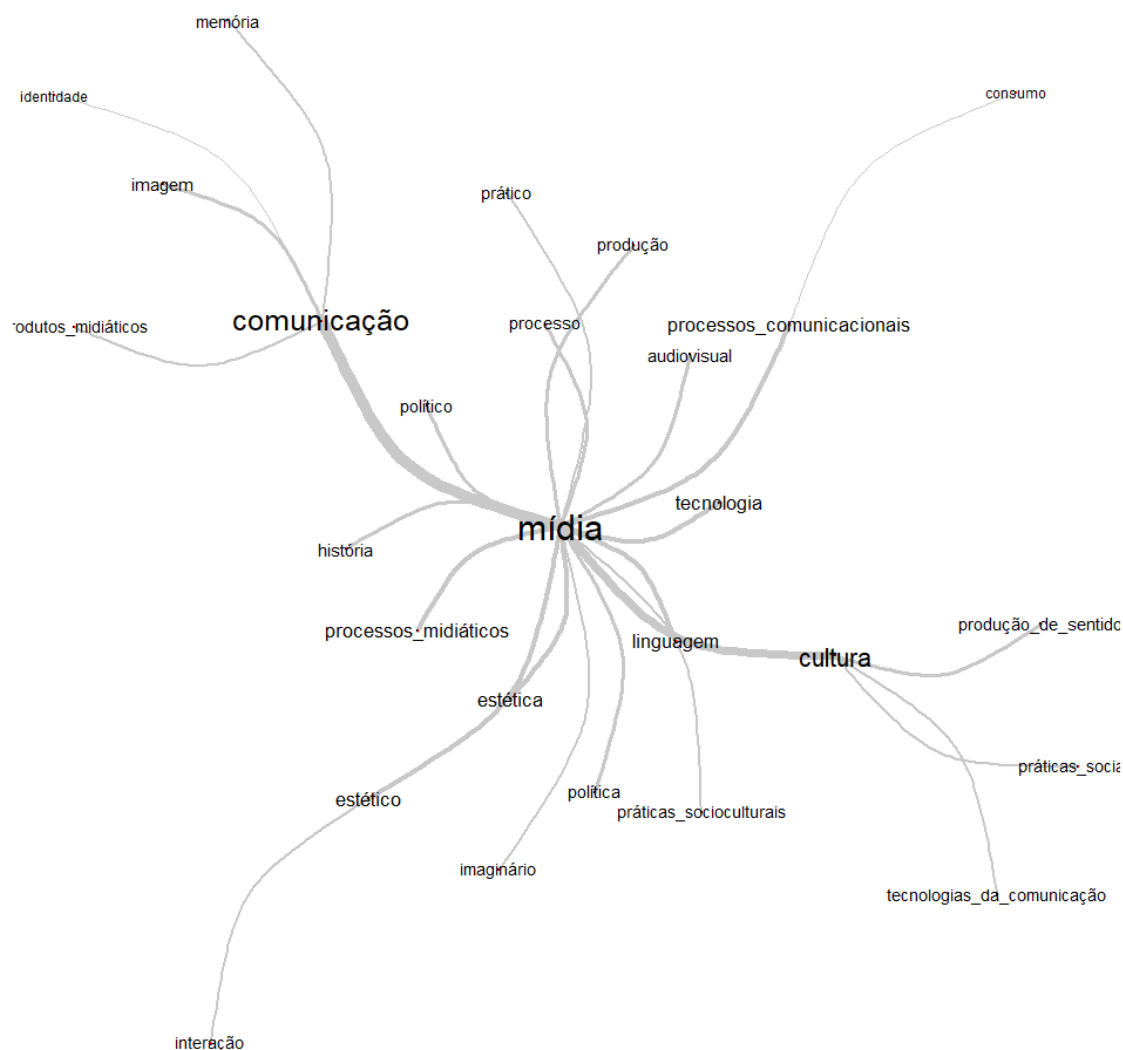


Figura 3. Análise de similaridade nas linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação em Comunicação no Brasil.

Fonte: Gráfico gerado pelo Iramuteq, a partir de dados da pesquisa.

Com base no gráfico gerado pelo Iramuteq (Figura 3), o eixo central desses programas caminha entre comunicação, mídia e cultura, sendo o principal foco a mídia. A partir da Mídia, surgem estudos historiográficos, teóricos e práticos sobre diversos subtemáticas: política, interações, imaginário, processos midiáticos e/ou comunicacionais, práticas socioculturais, de linguagem, consumo e de audiovisuais. Partindo da ligação mídia-cultura, ramificam-se estudos sobre produção de sentido, práticas culturais e tecnologias de comunicação e

informação (TIC). Já pela ramificação mídia-comunicação fluem estudos de identidade, memória, imagem e produtos midiáticos. De todo modo, neste grupo é possível verificar temas já consolidados dentro dos Estudos em Comunicação, ressalta-se que apesar de o gráfico apontar para diferentes direções, ele também atrai todos os temas para um grande universo de pesquisa que aglutina as temáticas em um único campo de conhecimento.

O software Iramuteq usou como critério mínimo para aparecer nessa árvore de similaridade três repetições do termo dentro do corpus. Assim, algumas linhas de pesquisa com tendências mais específicas foram invisibilizadas na figura 3, mas não se pode deixar de comentar nesta análise. Um primeiro aspecto estudado são as já citadas regionalidades e territorialidades, ou seja, os estudos que demarcam a relação entre a comunicação e a cultura local/regional de determinado território. Outro aspecto identificado é a tendência para estudos que envolvem o digital (redes sociais digitais, cultura digital, comunicação digital). Em ambos os casos, verifica-se que há uma linguagem própria e a produção de sentidos depende da compreensão dessas culturas específicas.

Por meio de uma visão panorâmica do levantamento dessas linhas de pesquisa, percebe-se que as três esferas de ações ou práticas de classificação dos objetos do campo acadêmico da Comunicação (veiculação, vinculação e cognição) permanecem atuais, ou seja, ainda é possível classificar as pesquisas a partir delas, apesar de que, em algumas linhas, essas características se misturem, ainda é possível identificar qual das três esferas se destaca majoritariamente dentro de cada linha de pesquisa. Assim, para analisar a descrição e ementa das linhas de pesquisa, optou-se por subdividi-las nas três esferas propostas por Sodré (2002), criando, com o auxílio do software Iramuteq, três nuvens de palavras apresentadas a seguir.



Figura 4 - Nuvens de palavras geradas a partir das descrições das linhas de pesquisa dos Programas de Pós-graduação em Comunicação.
Fonte: Gráfico gerado pelo Iramuteq, a partir de dados da pesquisa.

A partir das nuvens geradas, é possível identificar que, apesar de suas semelhanças, cada esfera é marcada por termos mais influentes. Na Veiculação, o foco está na produção, no jornalismo, na imagem, no produto, na linguagem. De fato, a comunicação estudada nessas linhas se desdobra sobre o processo de produção e circulação dos conteúdos midiáticos. Por outro lado, as linhas de Vinculação, trazem como foco a relação entre indivíduos, a cultura, a sociedade, a ação dos sujeitos. Entram aqui os estudos a comunicação associada a temas como poder, discursos, estudos hegemônicos e contra-hegemônicos e movimentos sociais, por exemplo. Por fim, a esfera da Cognição, abarca uma mescla entre a Veiculação e a Vinculação, dando destaque para a produção na mídia, mas também para o contexto de recepção e construção de sentidos. Neste grupo, estão incluídas pesquisas sobre representações sociais, memória, identidade, imagem, entre outros.

Perspectivas para o Futuro

Este artigo apresentou uma visão geral dos programas de pós-graduação em Comunicação no Brasil, considerando diferentes aspectos: distribuição geográfica, avaliação da CAPES, nomes dos programas e linhas de pesquisa. A distribuição geográfica revela que a região Sudeste concentra a maioria dos programas, seguida pelo Sul e Nordeste, enquanto algumas regiões, como o Norte,

têm menos representação. A análise da CAPES mostra que a maioria dos programas é avaliada como "regular", "bom" ou "muito bom", com apenas uma pequena porcentagem alcançando a excelência internacional. A criação de novos programas, inclusive aqueles em fase de projeto, contribui para a expansão da pesquisa em Comunicação no Brasil, beneficiando o desenvolvimento regional, a diversidade de pesquisa e a formação de recursos humanos.

Os nomes dos programas variam, mas muitos deles incluem termos como "Comunicação", "Mídia" e "Cultura", proporcionando uma ideia geral do foco das pesquisas. No entanto, a análise mais detalhada das linhas de pesquisa, por meio da análise de similaridade, revelou que a mídia é o principal foco, com estudos relacionados à política, interações, imaginário, práticas socioculturais, consumo e audiovisuais. Além disso, existem tendências para pesquisas sobre cultura regional, digital, identidade e poder. No geral, essa análise oferece uma visão abrangente dos programas de pós-graduação em Comunicação no Brasil, fornecendo informações valiosas para estudantes, pesquisadores e instituições interessadas no campo.

As perspectivas de futuro para os programas de pós-graduação em Comunicação no Brasil incluem a expansão planejada e a descentralização para regiões menos desenvolvidas, com foco na qualidade e na competitividade. A especialização e diversificação das linhas de pesquisa são essenciais, enquanto a integração com a sociedade e a internacionalização da pesquisa devem ser aprimoradas. Investimentos contínuos em infraestrutura e recursos são necessários para garantir a excelência dos programas, com ênfase na formação de recursos humanos de alta qualidade. Em resumo, os programas de pós-graduação em Comunicação devem buscar um equilíbrio entre expansão, qualidade e relevância para atender às demandas da pesquisa e da sociedade.

Referências

KUNSCH, Margarida. A produção científica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas nos Cursos de Pós-Graduação em Comunicação no Brasil (1970 a 2000). In: Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2002, Salvador-BA. *Anais [...]*. Salvador: Intercom, 2002. p. 1-30. Disponível em:

<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/fbb0aa136c820c4a204269a1f6818983.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.

LOPES, Maria Immacolatta Vassalo. *O campo da comunicação: reflexões sobre seu estatuto disciplinar*. Revista USP, v.1, n.48, p. 46-57, dezembro/fevereiro 2000-2001. São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/48/04-immacolata.pdf>

LOPES, M. I. V.; ROMANCINI, R.. A pós-graduação em comunicação no Brasil. In: KUNSCH, M. M. K.; MELO, J.M.de. (Org.). *Comunicação Ibero-Americana: sistemas midiáticos, diversidade cultural, pesquisa e pós-graduação*. 1 ed.São Paulo: Confibercom/ ECA-USP, 2012, v. 1, p. 189-209.

OTRE, M.A.C.. Quarenta Anos de Pesquisa Sobre Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária no Brasil: análise da produção discente na pós-graduação stricto sensu em comunicação. *Comunicação & Sociedade*, [S.L.], v. 37, n. 3, p. 5-41, 30 dez. 2015. Instituto Metodista de Ensino Superior. <http://dx.doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v37n3p5-41>.

ROMANCINI, R. *O campo da Comunicação no Brasil: institucionalização e capital científico*. 2006, 505 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Universidade de São Paulo.

RIBEIRO, R. J. *Para que serve a avaliação da Capes*. 2007. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/Artigo_18_07_07.pdf. Acesso em: 26 out. 2023.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VENTURINI, A. C.; FERES JÚNIOR, J. Política de ação afirmativa na pós-graduação: o caso das universidades públicas. *Cadernos de Pesquisa*, [S.L.], v. 50, n. 177, p. 882-909, set. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/198053147491>.

SUBMETIDO: 26/10/2023

APROVADO: 18/04/2024

RETOMADA EPISTÊMICA, BRANQUITUDE E COLONIALIDADE NOS CURRÍCULOS ACADÊMICOS DE COMUNICAÇÃO: UMA AUTOETNOGRAFIA EM RE-EXISTÊNCIA

Epistemic return, whiteness and coloniality in academic communication curricula: An Autoethnography in re-existence

Luan Matheus Dos Santos Santana¹⁰
Universidade Federal do Cariri - UFC-CE

Resumo

Neste artigo, desafio-me a investigar, a partir da minha experiência (que não é individual, mas coletiva), a bibliografia das disciplinas obrigatórias dos cursos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM-UFC), a fim de refletir acerca dos elementos da colonialidade e da branquitude ainda presentes nas matrizes teóricas dos cursos, bem como os processos de resistência epistêmica em curso. Por meio da autoetnografia, percorro caminhos “suleados” pela articulação coletiva do Coletivo de Estudantes Negros/as, Trans e Indígenas, conformado em maio de 2021, do qual faço parte. Foi possível, por meio da autoetnografia e de uma análise documental, comprovar a permanência de um referencial teórico marcadamente branco, masculino, cisgênero e ocidentalizado, mas também foi possível rememorar as transformações geradas a partir da intervenção e articulação do Coletivo, que propiciaram o início de um processo de retomada epistêmica no PPGCOM-UFC.

Palavras-chave: Colonialidade; Branquitude; Retomada Epistêmica.

Abstract

In this article, I challenge myself to investigate, based on my experience (which is not individual, but collective), the bibliography of mandatory disciplines of master's and doctoral courses in the Graduate Program in Communication at the Federal University of Ceará (PPGCOM- UFC), in order to reflect on the elements of coloniality and whiteness still present in the theoretical matrices of the courses, as well as the processes of ongoing epistemic resistance. Through auto-ethnography, I follow “souled” paths through the collective articulation of the Collective of Black, Trans and Indigenous Students, formed in May 2021, of which I am a part. It was possible, through self-ethnography and a document analysis, to prove the permanence of a markedly white, masculine, cisgender and Westernized theoretical framework, but it was also possible to recall the transformations generated from the intervention and articulation of the Collective, which led to the beginning of an epistemic recovery process at PPGCOM-UFC.

Keywords: Coloniality; Whiteness; Epistemic Resumption.

Introdução

¹⁰Jornalista, doutorando em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFC (PPGCOM-UFC), mestre em comunicação social pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFPI (PPGCOM - UFPI) e Especialista em Marketing e Mídias Digitais pela Faculdade Ademar Rosado (Pós FAR).
E-mail: luammatheu@gmail.com

Era 19 de Abril de 2021, data em que historicamente os povos indígenas no Brasil saem às ruas, entoam seus cantos e gritos silenciados pelos séculos de colonização e colonialidade. Dia em que as escolas fantasiam as crianças de “índios”^{iv} para dizer que respeitam seu passado, mas esquecem de ensinar que, no presente, os povos indígenas seguem sendo massacrados pelo poder econômico, pelo agronegócio e pelo modo de vida colonial. Foi exatamente nesse dia que, oficialmente, me tornei doutorando do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM-UFC). Eu não acredito mais em coincidências, aprendi com Nêgo Bispo (2015) que tudo é confluência, ou seja, uma “lei que rege a relação de convivência entres os elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se ajunta se mistura” (SANTOS, 2015, p. 89).

Naquele momento, de alguma forma, me ajuntei. Conflui meu propósito de pesquisar e fortalecer as iniciativas de comunicação desde os modos de vida originários e ancestrais, com a luta dos povos indígenas contra o PL 490.^v Naquele momento, confluímos no ambiente digital, seja nas aulas ou nas mobilizações políticas. Confluir é, portanto, perceber que nossas relações extrapolam as linhas da objetividade e da racionalidade moderna/colonial e que, em biointeração (SANTOS, 2015), nos mostram que somos parte de todo complexo, somos um pedaço pequeno de um mundo que é plural, místico e diverso.

Uma confluência posta e imposta por um distanciamento social. Nesse contexto, como sentir os sabores e dissabores, quando um vírus desconhecido nos tirou, por alguns momentos, até a capacidade de sentir os cheiros? Para muitos, tirou a possibilidade de viver. Por esse motivo, o ano de 2021 foi bem diferente. A pandemia da Covid-19 nos aprisionou em frente às telas dos computadores, celulares e televisões; o medo do vírus nos impôs novas rotinas de trabalho, estudo e interação social. Os gritos que ecoavam nas ruas, agora, buscam nas redes um caminho para não retroceder. Os debates acalorados em sala de aula agora dividem espaço com as tarefas domésticas. Trocamos os pés pelas mãos e caminhamos para a universidade com cliques dos dedos.

Naquele momento, entre o computador e meia dúzia de livros, tentava fugir da ansiedade sobre o futuro. A solidão talvez fosse o caminho mais provável,

diante de um programa de maioria branca e sem nenhuma política de ações afirmativas em execução. Os encontros e confluências me provaram o contrário e tornaram possível essa construção autoetnografia, que hoje me desafio a fazer, não de forma autocentrada, mas possibilitada por diversos encontros e colaborações.

Uma autoetnografia feita em tempos de distanciamento, portanto, com percepções particulares desse tempo. Aqui, desafio-me a refletir, a partir da minha experiência e dos meus companheiros e companheiras de programa ao longo dos dois últimos semestres (2021.1 e 2021.2), sobre a bibliografia das disciplinas obrigatórias dos cursos de mestrado e doutorado do PPGCOM-UFC, de que forma eles ainda reverberam um contexto fortemente “norteado” pela colonialidade do saber (LANDER, 2005) e pela branquitude (BENTO, 2020). Para tanto, além da autoetnografia, utilizamos a análise documental (SÁ SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009), como instrumento metodológico qualitativo.

Essa forma de análise se coloca como “[...] um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (SÁ SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 5). Aqui, vamos analisar a bibliografia das disciplinas obrigatórias dos cursos de mestrado e doutorado do PPGCOM-UFC: Estágio Docência; Fundamentos teóricos e metodológicos da comunicação; e Fundamentos epistemológicos da comunicação. Com isso, pretendemos conhecer as principais referências teóricas, epistemológicas e metodológicas adotadas oficialmente pelo programa, suas áreas de atuação, locais de fala e características étnico-raciais. A partir das referências disponibilizadas nas bibliografias, buscamos essas informações na Plataforma Lattes (para os pesquisadores brasileiros), em sites institucionais de universidades e Wikipédia (para os autores clássicos e estrangeiros).

Entretanto, a pesquisa documental tem um limite, seja ela quantitativa ou qualitativa da análise, que para o propósito deste trabalho pode não alcançar as compreensões necessárias. Nesse sentido, a autoetnografia chega como uma possibilidade de ampliar os horizontes analíticos e, assim, melhor compreender os fenômenos sociais e culturais relatados, a partir da experiência deste pesquisador. Dessa forma, a exposição do ‘Eu’ é uma forma de ir além, como nos lembra Adams,

Ellis e Jones (2015), de “nos levar a algum lugar onde não poderíamos chegar. Tem que ser essencial para o argumento, não um floreio decorativo, não uma exposição para o seu próprio bem” (ADAMS et al., 2015, p. 40).

Dessa forma, o que nos propomos aqui é apresentar uma análise que transita entre os documentos oficiais e experiências do “EU” e do “NÓS”, na medida em que dialoga com um coletivo formado por outros estudantes do PPGCOM-UFC. Buscamos na memória um recurso potente de compreensão dos fatos, assim como na autobiografia. Chang (2008) nos lembra que a memória de cada pessoa é como “um bloco de construção da autoetnografia porque o passado dá um contexto para o ‘eu’ no presente e abre a porta para as riquezas (analíticas) do passado” (CHANG, 2008, p.71).

Santos (2019) nos lembra que a auto-etnografia é um método que se sustenta a partir de três orientações básicas, a saber:

[...] primeira seria uma orientação metodológica - cuja base é etnográfica e analítica; a segunda, por uma orientação cultural - cuja base é a interpretação: a) dos fatores vividos (a partir da memória), b) do aspecto relacional entre o pesquisador e os sujeitos (e objetos) da pesquisa e c) dos fenômenos sociais investigados; e por último, a orientação do conteúdo - cuja base é a autobiografia aliada a um caráter reflexivo (SANTOS, 2019, p. 218).

Assim, é possível trazer à tona a perspectiva de estudantes negros/as, indígenas e trans, recém-ingressos no programa e que, de modo auto-organizado, passam a refletir sobre as políticas de ações afirmativas (as ausências), as práticas racistas presentes no programa, as ações transfóbicas e os epistemicídios latentes, em um lugar que se propõe a refletir a sociedade a partir dos fenômenos comunicacionais.

Da memória, resgato elementos que nos ajudam a melhor compreender esses fenômenos. Entrei na Universidade em 2009. O sonho de sair de uma cidade do interior para a capital veio acompanhado de muitos medos e entraves. Lembro da primeira volta pelos corredores da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Eu buscava me encaixar naquele mundo onde os egos estavam em constante conflito, em todo canto eu tentava entender e dimensionar aquela experiência, mas, por

algum motivo, não conseguia. Entender a universidade sempre foi um ponto importante pra mim, mas, de fato, conseguir isso se tornou um grande desafio. Aos poucos fui entendendo que esse desafio se dava porque o próprio conceito de Universidade estava (e ainda está) em constante transformação. Não há um consenso sobre o que seja universidade e qual seu papel, mas há caminhos possíveis e projetos em debate.

Por dentro dela eu pude perceber alguns elementos comuns, assim como identificar esses caminhos e conceitos em disputa. Hoje, concordo que as universidades, tal qual conhecemos (e como eu conheci há 13 anos), são frutos de um projeto colonial. Se voltarmos aos livros de história, vamos saber que, a princípio (e durante muito tempo), seus espaços eram destinados exclusivamente às elites, formada majoritariamente por homens brancos e descendentes de europeus. O saber era concentrado para um pequeno e seleto grupo da sociedade e, assim, tornando todo o resto refém das estruturas que ela produzia e proporcionava. No nosso caso brasileiro:

[...] ela foi criada não para atender às necessidades fundamentais da realidade da qual era e é parte, mas pensada e aceita como um bem cultural oferecido a minorias, sem uma definição clara no sentido de que, por suas próprias funções, deveria se constituir em espaço de investigação científica e de produção de conhecimento (FÁVERO, 2006, p. 19).

Fávero (2006) defende que existiam duas compressões acerca do papel das instituições: uma focada no desenvolvimento de pesquisa científica, outra que considerava ser prioridade a formação profissional. Fávero (2006), todavia, reconhece uma outra visão acerca das instituições universitárias, utilizando como parâmetro as produções da ABE - Associação Brasileira de Educação, em que a universidade, para ser digna dessa denominação, deveria tornar-se um foco de cultura, de disseminação de ciência adquirida e de criação da ciência nova (ABE, 1929 apud FÁVERO, 2006, p. 23).

Essa última dimensão é a que nos interessa mais, porque está diretamente associada a uma compreensão de universidade como centralidade de diversos processos sociais. Isso, por um lado, é importante, por outro é preocupante. As elites econômicas e políticas se utilizaram disso, ao longo da história, para

construir estruturas de dominação social e política. As universidades, por meio do conhecimento e interpretação da realidade, cumpriram um objetivo de homogeneizar os saberes a partir dessas perspectivas, elitistas e hegemônicas. Dessa forma, se universaliza não apenas o conhecimento, mas também os modos de ver o mundo, de organizar a sociedade e de compreendê-la. Passei a enxergar isso de forma mais nítida a partir da leitura de Ramón Grosfoguel (2016). Ele diz o seguinte:

A inferiorização dos conhecimentos produzidos por homens e mulheres de todo o planeta (incluindo as mulheres ocidentais) tem dotado os homens ocidentais do privilégio epistêmico de definir o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais. Essa legitimidade e esse monopólio do conhecimento dos homens ocidentais têm gerado estruturas e instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico, desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo. (GROSFOGUEL, 2016, s/p).

Esse texto de Grosfoguel (2016) nos diz muito sobre a formação das universidades e o projeto de ‘universalização’ do conhecimento, bem como sobre quem está autorizado a falar em nome dela. Estes são exatamente, em sua maioria, homens cis, brancos e oriundos do norte do mundo. O autor traz um questionamento fundamental para esse debate:

Como é possível que o cânone do pensamento em todas as disciplinas de ciências sociais e humanidades nas universidades ocidentalizadas (Grosfoguel, 2012) se baseie no conhecimento produzido por uns poucos homens de cinco países da Europa Ocidental (Itália, França, Inglaterra, Alemanha e os Estados Unidos)? (GROSFOGUEL, 2016, s/p).

Grosfoguel diz que isso se configura como um privilégio epistêmico, quando esses homens brancos ocidentais são autorizados a falar sobre tudo e seu pensamento é tido como superior ao do resto do mundo. Essa configuração é que justifica pensadores decoloniais à denominarem esse processo de colonialidade do saber (LANDER, 2005), na medida em que esse projeto/processo é construído para tornar legítimo o conhecimento eurocêntrico como universal e único. Compreender esse processo nos leva a outras indagações, uma principal: quem é

o responsável por isso, ou melhor, quem são os responsáveis? Onde eles estão e como podemos fazer para transcender esse processo que, como veremos mais à frente, ainda é vivo nas universidades? Se, como mostramos até aqui, os autorizados a construir o “cânone do conhecimento universal” são homens cis, brancos e nortenhos, talvez esteja aí um elemento central para nossa análise, compreensão e propostas de uma agenda concreta de superação desses processos.

A ocidentalização do mundo, ou seja, essa ideia que o homem branco europeu é o modelo universal de humanidade é, para Bento (2002), um pacto narcísico, em primeiro lugar (na medida em que se coloca como modelo universal), e, em segundo, uma projeção (na medida em que projeta no outro as mazelas que não é capaz de assumir, pois maculam o modelo). Trazendo esses elementos para o contexto racial, identificamos dimensões mais profundas e complexas, na medida em que “visam justificar, legitimar a ideia de superioridade de um grupo sobre o outro e, conseqüentemente, as desigualdades, a apropriação indébita de bens concretos e simbólicos, e a manutenção de privilégios.” (BENTO, 2002, p. 35). Esse processo, ainda hoje, desvia o foco dos debates raciais unicamente para as pessoas negras, em detrimento das pessoas brancas:

Evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio. Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa. Assim, tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social é uma saída de emergência permanentemente utilizada, embora todos os mapas que comparem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitem que entre os explorados, entre os pobres, os negros encontram um déficit muito maior em todas as dimensões da vida, na saúde, na educação, no trabalho. (BENTO, 2022. p. 28).

Um levantamento realizado pelo Estadão, com base no Centro da Educação Superior de 2019, revelou que menos de 3% das universidades brasileiras têm equidade racial^{vi}, ou seja, que espelham o percentual de pessoas negras nos estados onde funciona. Além disso, os/as docentes negros/as somam pouco mais de 15% dos professores/as nas universidades federais^{vii}, de acordo com estudo do Censo do Ensino Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Se é verdade que os currículos acadêmicos (veremos um exemplo mais a frente) ainda são compostos majoritariamente por pensadores/as

brancos/as; e se esses mesmos currículos são elaborados por professores e professoras também majoritariamente brancos/as, focalizar nas pessoas negras o único caminho de enfrentamento a esse problema é mais uma forma de opressão e aprofundamento do racismo. Ou seja, seria um erro estratégico centralizar nos intelectuais negros a completa responsabilidade de inverter essa lógica injusta. Seria, portanto, mais um processo completamente desigual e injusto.

Sousa (2021) define a branquitude como “um sistema social de posição de status, compreendendo também como uma localização da condição socioeconômica e estrutural de privilégios” (SOUSA, 2021, p. 32). Essa é, para a autora, a identidade-racial branca, caracterizada sobretudo pelo lugar de privilégios materiais e simbólicos.

Portanto, compreender a branquitude em si é extremamente necessário para que professores e professoras brancos/as possam ser parte ativa do processo de inversão dessas lógicas de desigualdade. Assim como perceber a colonialidade do saber é também perceber o quanto ela é branca e como a branquitude se configura como uma dimensão outra a ser refletida e compreendida, para fins de superação desse processo. Nesse sentido, Figueiredo e Grosfoguel (2009) falam da negação do racismo nos espaços acadêmicos brasileiros, na medida em que se coloca o racismo com algo abstrato, portanto, sem culpados evidentes.

Isso, na verdade, é uma forma que a branquitude achou para se eximir da culpa, negar o racismo em si e apontar em um outro abstrato, inexistente. Bento (2002) nos lembra que a responsabilidade das pessoas brancas nesse processo segue negligenciada e que é preciso inverter essa lógica. Para Figueiredo e Grosfoguel (2009), essa é uma dimensão fortemente impulsionada pela colonialidade do poder.

[...] os brasileiros estão convencidos da existência do preconceito e da discriminação raciais, mas, na maioria das vezes, eles não acreditam que isto afete mais profundamente a vida daqueles que são discriminados, menos ainda que comprometa o desempenho escolar das crianças e jovens negros, as suas expectativas de vida e, efetivamente, as escolhas profissionais e as chances de obter bons trabalhos. Não só o Brasil é um país em que existe racismo sem que haja racistas, como o racismo é visto como algo abstrato. Quase todos concordam com a existência das desigualdades

raciais, mas é quase impossível constatar o racismo existente em nossa sociedade. (FIGUEIREDO; GROSFUGUEL, 2009, p. 229).

Assim, a colonialidade do saber e a branquitude se configuram como parte de um mesmo processo, cujo objetivo e ação são articulados, essencialmente, a partir da colonialidade do poder, ou seja, do estabelecimento de um grupo superior e outro inferior. Na universidade isso se materializa pelos epistemicídios, racismo epistêmico e pela predominância das teorias ocidentalizadas.

Escritas estas linhas mais teóricas e conceituais, apresento agora a análise da bibliografia das disciplinas obrigatórias do PPGCOM-UFC, parte do processo de construção deste artigo. Para Gil (2012), a bibliografia é a parte onde “devem ser apresentadas as sugestões de leituras que deverão ser feitas para aprender os conteúdos” (GIL, 2012, p.29). Assim, são instrumentos de mediação das produções acadêmicas e o público leitor, responsáveis pela formação de bibliotecas imateriais, “nas quais encontraram aplicação diferentes cânones bibliográficos, determinados também por motivações ideológicas” (BALSAMO, 1998, p. 13).

O programa estabelece uma bibliografia com referências teóricas para duas disciplinas obrigatórias (Fundamentos Teóricos e Epistemológico da Comunicação, e Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Comunicação) e para uma atividade obrigatória (Estágio Docência). As demais atividades e disciplinas obrigatórias são de bibliografias livres, definidos pelos docentes, orientadores e orientandos.

Os fundamentos, sejam epistemológicos ou metodológicos, são centrais para a condução dos projetos de pesquisa. São guias gerais para os processos empíricos, esquemas teóricos para desvendar, investigar e compreender a realidade social, em nosso caso, a partir dos fenômenos da comunicação. As presenças e ausências nessas bibliografias “fundamentais” dizem muito sobre a tradução da realidade e a interpretação que damos a ela. Não se trata aqui de verdade ou mentira, mas de perspectivas interpretativas.

As três bibliografias disponíveis dão conta de formatar uma condução teórica composta por 38 pesquisadores/as, sendo que um deles teve que ser descartado por impressão na referência e outros três se repetem em duas das três bibliografias analisadas. Eles estão divididos da seguinte forma: 27 homens e 10 mulheres; 23 brasileiros, 11 europeus, 2 norte-americanos e 1 colombiano; 33 com

Lembramos aqui de Rosemberg (2005), que explica que esse processo nem sempre foi assim, uma vez que “o critério de descendência vigorou no Brasil, em determinados momentos históricos” (ROSEMBERG, 2005, p. 94). Mas como dizer

quem é branco, amarelo, pardo, indígena ou preto? Não vamos entrar no mérito da autodeclaração necessariamente, mas em alguns elementos fenotípicos que nos inclinam a caracterizar determinada pessoa como branca ou não-branca (os não brancos, podem ser, portanto, pardos, indígenas, pretos). Como nos lembra Osório (2004), o que interessa é a “carga de traços nos indivíduos do que se imagina, em cada local, ser a aparência do negro. Pardos têm menos traços, mas estes existem, pois se não fosse assim não seriam pardos, e sim brancos” (OSÓRIO, 2004, p. 114).

Em relação ao termo branco, vale destacar que, ao pé da letra, branco é a neve, o leite e o açúcar. A pele de nenhuma pessoa, nem mesmo as albinas, chega a esse tom. Todavia, há elementos estético, fenotípicos capazes de fazer essa definição:

Na cor da pele de qualquer indivíduo da chamada raça branca ou caucásica transparece sempre entre o alvo e o róseo um amarelado ou morenado mais leve nos povos septentrionais, mais fortes nas gentes do meio-dia. Conseguiram comprovar como eram importantes e em qual ordem vinham os seguintes elementos, na definição de cor: tipo de cabelo, formato do nariz e formato dos lábios. (SAID-ALI, 1931 apud PETRUCCELLI, 2007, p. 21).

Olhos claros, cabelos lisos e alourados, peles alvas, narizes e lábios afinados. Características comuns que, para essa análise de aparência (levando em consideração essas características fenotípicas), nos possibilitaram identificar, entre os 37 autores/as, presentes nas bibliografias analisadas, apenas 4 que apresentavam características de pessoas não-brancas. Isso quer dizer que mais de 80% dos/as autores/as, que embasam o pensamento comunicacional do programa, são brancos. Isso, para nós, diz muito sobre o racismo epistêmico e a forma como a branquitude se ocupa dos lugares de poder para lá permanecer entres os seus.

Quem seleciona os autores que vão compor os currículos dos cursos? Refletir sobre isso nos mostra que a branquitude segue seu projeto de poder e dominação nos espaços acadêmicos, ainda que guiadas pelas subjetividades introjetadas e não necessariamente por uma articulação direcionada. Fazem isso na medida em que mantem determinados cânones nortecentrados no topo da condução e construção do conhecimento, inviabilizando por consequência, diversos

pensadores não-brancos e epistemologias não-ocidentais dos currículos acadêmicos. Aqui, apresentamos um exemplo específico, mas não é difícil imaginar que em um país onde menos de 3% das Universidades possuem equidade racial, esse cenário seja apenas uma exceção. Ao contrário, nos parece ser a regra.



Imagem 1 - autores/as presentes nas bibliografias das disciplinas obrigatórias do PPGCOM/UFC (Produção própria)

Assim, é possível, mais uma vez, comprovar que o projeto de elaboração do “sujeito universal” mantém seu curso. Esse sujeito é um homem, cisgênero, branco e ocidentalizado. Embora, em uma visão geral das três bibliografias, os pesquisados Europeus aparecem em menor número, ao analisar apenas a bibliografia da disciplina “Fundamentos Teóricos Epistemológicos da Comunicação”, ou seja, aquele que trata da construção do conhecimento comunicacional, vimos que 62,5% das referências são europeias e norte-americanas.

Aqui não negamos a autonomia docente, tampouco afirmamos um engessamento das referências bibliográficas nessas disciplinas. Nesse sentido, é possível que parte dessas referências não seja adotada pelos docentes responsáveis pelas disciplinas ou, da mesma forma, que esses mesmos docentes adotem outras bibliografias também nortenhas, eurocêntricas ou embranquecidas. Todavia, o que é importante afirmar aqui é que, oficialmente,

são esses referenciais que o programa externa como cânones de um pensamento comunicacional, reforçando, material e simbolicamente, aquilo que chamamos de colonialidade do saber e, em nosso caso, intrinsecamente atravessado pelo projeto de poder da branquitude.

Esse processo de mudança do foco na questão racial, aqui apresentada por meio de Cida Bento (2020), como fundamental ao refletir sobre a branquitude, ainda parece caminhar a passos lentos, sobretudo no Brasil, onde essas discussões têm ganhado força mais recentemente. O que não é novo e parece estar mais acelerado são os processos de resistências dos sujeitos racializados (negros e indígenas), que na academia tem se ampliado, principalmente, em razão das políticas de ações afirmativas que possibilitaram, por exemplo, que em 2019, pela primeira na história, o número de estudantes negros fosse superior ao número de estudantes brancos^{viii}. Entre 2010 e 2019, o número de estudantes negros/as nas universidades brasileiras cresceu quase 400%, segundo levantamento do site Quero Bolsa, feito a partir dos dados do IBGE.^{ix}

Isso tem mobilizado alguns debates importantes. Se os saberes e as ciências dos nossos ancestrais foram ignorados pelos espaços acadêmicos ocidentalizados, se os mais velhos (mestres e mestras do saber) foram convertidos em ignorantes aculturados, como parte do projeto colonial, coube a nós, seus descendentes, retomar tudo o que nos foi roubado e reparar esse processo/projeto de apagamento epistêmico. As retomadas, agora, se dão em diversos campos, sejam sociais, políticos, tecnológicos, econômicos ou mesmo epistêmicos. Aqui vou me ater a um caso muito particular, de uma experiência pessoal fruto de um processo coletivo, construído a muitas mãos, percebido a muitos olhos, mentes e corações indignados, e em retomada epistêmica.

No dia 26 de abril de 2021, eu fui adicionado a um grupo (em um aplicativo de whatsapp) de pós-graduandos do PPGCOM-UFC, que reunia estudantes de diversas turmas de mestrado e doutorado. Hoje, com 101 integrantes, o grupo é um espaço de trocas, diálogos e partilha dos estudantes. Algumas vezes é um divã terapêutico, outras é um palco de guerra, mas sempre é um espaço de troca entre os/as estudantes. Em tempos de pandemia, tornou-se ainda mais importante.

Naquele ano, uma nova leva de estudantes chegou ao programa, com projetos de pesquisas ousados, desafiadores da lógica colonial e do racismo estrutural. Eu estava nesse meio, mesmo sem saber. Aos poucos, os encontros foram acontecendo, as confluências se conformando e os laços se estreitando. Não demorou para que esse grupo começasse, individual e coletivamente, a trazer suas inquietações e questionamentos.

A primeira grande tensão, lembro, foi com relação ao Edital de Bolsas/2021. Não havia, no formulário socioeconômico, nada relacionado à raça/etnia como critério para concessão das bolsas (como se fôssemos todos iguais). A raça foi, como nos tempos da colonização, apagada. A justificativa dada à ausência foi tão bizarra quanto reveladora: “não tem, porque nunca houve essa demanda; não atentamos para isso”. Falar em ausência de demanda em um estado onde 72,5% da população é negra^x, é mais um sintoma do racismo estrutural nos espaços acadêmicos.

No dia 13 de Maio de 2021, dia dos pretos velhos e dos 133 anos da abolição da escravidão negra no Brasil (mais uma vez lembro que, como ensina Nego Bispo, coincidências não existem, confluências sim) eu me juntei a um grupo de jovens pesquisadores, também em um grupo do aplicativo Whatsapp. Fomos, um a um, nos conhecendo, nos encontrando por meio daquilo que nos aproximava e dos convites abertos feitos no grupo geral dos discentes, como esse:

Boa noite. Após algumas conversas sobre a ausência de dados e recortes de cor/raça e gênero como critério para a seleção de Bolsas ofertadas pelo programa, Conversamos [*optei por suprimir os nomes citados*] no privado e pensamos que seria interessante criarmos um movimento “negro, indígena e transvestigênera” com representantes e discussões para cada pauta (porque não somos todos iguais), na intenção de somar forças aos movimentos propostos. A primeira reunião acontecerá nessa quinta-feira (06/05) às 18:30, via Google Meet. (COLETIVO, 2021).

Assim, aos poucos, fomos conformando o que hoje chamamos apenas de COLETIVO, o primeiro do programa que se propôs a pensar questões étnicas, raciais e de gênero. Somos homens, mulheres, negros e negras, travestis, indígenas, LGBTQIA+, somos corpos dissidentes pensando perspectivas diversas de ser e fazer comunicação em um mundo marcadamente branco e colonial. Nos

juntamos sem misturar quem somos, para sobreviver ao caos; como estratégia de fortalecimento coletivo, de permanência acadêmica e, sobretudo, de resistência e re-existência.

Nossos projetos de pesquisas passeiam por diferentes caminhos teóricos, metodológicos e epistemológicos, que nem de longe dialogam com a bibliografia proposta pelo programa (a exceção, talvez, de Muniz Sodré). Nossas pesquisas falam de travestilidade e cinema, fotografia e representação indígena, construção do negro do cinema, cultura regional e novas tecnologias, a representação das mulheres negras na mídia, o jornalismo policialesco e a violação dos direitos humanos, o jornalismo alternativo, o pensamento decolonial e contracolonial, as epistemologias da caatinga, entre outras.

Buscamos e nos aportamos em intelectuais indígenas, negros e negras, nos feminismos plurais de Djamila Ribeiro, no pensamento anticolonial e decolonial aplicado às imagens e à comunicação, com Jurema Werneck, Erick Torrico Villanueva, Silvia Rivera Cusicanqui. Os caminhos teóricos necessários para nossas análises não estavam contemplados e, por isso, tivemos que nos movimentar, provocar, debater. Dialogamos desde outros lugares de fala, trouxemos para roda pensadores e pensadoras com Fanon, Dussel, Freire, Cida Bento, Lélia, Bell Hooks, Aldre Lorde, Villanueva, Krenak, Werneck, Cusicanqui, Letícia Carolina, Fran Baniwa, Francy Silva, Jota Mombaça, Maldonado-Torres, Grosfoguel, Mignolo, Vergueiro, Quijano, Whash, Spivak... ufa! Nenhum deles/as estava nas bibliografias e, pela lógica de uma universidade branca, dificilmente estariam por serem intelectuais negros/as, indígenas, trans e decoloniais.

Em quase um ano de existência do Coletivo, mesmo período de permanência nossa no programa, experienciamos cenários diversos, nos articulamos coletivamente para fortalecer as pautas que nos atravessam diretamente, articulamos e dialogamos com o Colegiado e o Corpo Discente sobre questões importantes e ausências graves no programa. Enfrentamos, juntos ou às vezes sozinhos, casos de racismo, xenofobia e transfobia nas salas de aulas. Mas o silêncio dessa vez não imperou e os debates (e embates) sempre aconteciam.

Mais recentemente, como estratégia acadêmica e epistêmica, formamos o RETOMADA - Núcleo de Estudo em Decolonialidade e Comunicação Insurgente. O

Núcleo é um convite “a juntar mão com mão e, em roda, reescrever as histórias silenciadas pelo colonialismo, colonialidade e pelo capitalismo contemporâneo”^{xi}. Esse também é o primeiro Núcleo de Estudos com finalidade específica de debater questões epistemológicas no campo da decolonialidade dentro do programa.

Considerações parciais

Não há como afirmar que esse movimento político, epistemológico e acadêmico desempenhado pelo Coletivo tenha movido (ainda que minimamente) as estruturas coloniais e da branquitude ainda presentes na universidade e, conseqüentemente, no programa. Todavia, é inegável que esses movimentos provocaram um debate e abriram um caminho de retomada epistemológica, quer seja pelos novos projetos de pesquisa que desafiam o modo moderno/colonial de ver o mundo, quer seja pela articulação coletiva ou mesmo pelos posicionamentos (individuais ou não) em sala de aula.

Não por coincidência, mas talvez por confluência, o debate decolonial perpassou diversas disciplinas no período letivo 2021.2, como a disciplina obrigatória de “Fundamentos Metodológicos”, e as disciplinas optativas de “Comunicação e Cidadania”, “Relatos do Real”, “Semiótica”, “Filosofia da Fotografia”, além de uma disciplina específica proposta pelo Professor Edgard Patrício, intitulada “Comunicação e Decolonialidade” e ministrada por integrantes do Coletivo, em forma de Estágio Docência.

Essa disciplina, por sinal, está sendo ponto de partida para a conformação de um outro grupo de pesquisa, específico em Jornalismo e Decolonialidade, que deve ser conformado em breve. Resistir, apenas, não foi suficiente, além de ser extremamente cansativo. Era preciso existir, provar que nossa existência é real e concreta; portanto, é preciso provar que os conhecimentos dos nossos ancestrais (povos originários e escravizados) são ciência, da mesma forma que a ciência ocidental se autoproclamou. Esse movimento, que é coletivo, afetivo e político, é também uma retomada epistêmica para a re-existência dos corpos subalternizados.

REFERÊNCIAS

ADAMS, at al. **Autoethnography: Understanding Qualitative Research Series**. New York, NY: Oxford University Press, 2015.

BENTO, M. A. **Pactos narcísicos do racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Tese de Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BALSAMO, L. **La bibliografía: historia de una tradición**. Gijón: Trea, 1998.

BENTO, M. A. **Branquitude: racismo e antirracismo**. Cadernos Ibirapitanga, 2020.

COLETIVO. **Convite ao Coletivo**. Whatsapp: Grupo PPGCOM UFC, 2021.

CHANG, H. **Autoethnography as method**. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, Inc, 2008.

FÁVERO, M. L. A. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educar, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR.

FERREIRA, A. H. **Classificação racial no Brasil, por aparência ou por origem? 36º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 2012.

FIGUEIREDO, Ângela; GROSGOUEL, Ramón. **Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário**. Sociedade e Cultura, vol. 12, núm. 2, julio-diciembre, 2009, pp. 223-233.

GROSGOUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI**. Dossiê: Decolonialidade E Perspectiva Negra • Soc. estado. 31 (1) • Jan-Apr 2016

LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. septiembre, 2005.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE**. In: BERNARDINO, Joaze et alii **Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade**. Rio de Janeiro:DP&A Editora, 2004.

PETRUCCELLI, José Luis. **A cor denominada - Estudos sobre a classificação étnicoracial**. Rio de Janeiro:DP&A, 2007.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Vocabulário racial na legislação brasileira de promoção da igualdade racial**. São Paulo: FCC/mimeo, 2005.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.** Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, Ano 1, n.1, Jul., 2009.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações.** Brasília: INCTI/UnB, 2015

SANTOS, Silvio M. A. **Experiências de Desigualdades Raciais e de gênero. Narrativas sobre situações de trabalho em um fast fashion.** Tese (doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2019.

SOUSA, Antônio Fábio Macedo de. **Um lugar muito de brancoll : performances de classe e raça na Praça das Flores em Fortaleza / Antônio Fábio Macedo de Sousa.** - 2021.

SUBMETIDO: 05/03/2024

APROVADO: 18/04/2024

COVID-19: A DETECÇÃO DE FAKE NEWS POR PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS NO BRASIL

Covid-19: the detection of fake news by public school teachers in Brazil

Diego de Deus¹¹

Associação Brasileira de TV Universitária

Adinan Carlos Nogueira¹²

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG

Resumo

Este estudo teve o objetivo de demonstrar a habilidade que professores de ensino médio de duas escolas públicas de uma cidade de cerca de 15 mil habitantes, no sul de Minas Gerais, possuem em identificar uma *fake news* a respeito da Covid-19, além de averiguar a habilidade que possuem em checar informações na internet. Trata-se de um estudo exploratório, que recorta, complementa e analisa dados inicialmente trazidos pela pesquisa intitulada “A identificação de *fake news* por alunos e professores: um experimento em escolas públicas no Brasil”. O método foi dividido em duas partes: na primeira, 27 professores responderam a um questionário e, na segunda, cinco deles passaram por entrevistas. Notou-se que a especialidade de ensino de cada professor demonstra diferenças no modo que lidam com o tema e que os docentes que se dedicam às áreas de linguagens e ciências sociais possuem maior facilidade em identificar uma notícia falsa, e maior habilidade em checar determinada informação que possa parecer duvidosa.

Palavras-chave: Literacia; Redes Sociais; *Fake news*; professores; Covid-19.

Abstract

This study aimed to demonstrate the ability that high school teachers from two public schools in a city of around 15 thousand inhabitants, in the south of Minas Gerais, have in identifying fake news regarding Covid-19, in addition to investigating the ability they have to check information on the internet. This is an exploratory study, which cuts, complements and analyzes data initially brought by the research entitled “The

¹¹Mestrando em Comunicação pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH/PPGCOM-UFMG. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É integrante da Rede SIMM: Rede de Pesquisa em Semiótica, Interações e Materialidades Midiáticas. Também integra o Grupo de Pesquisa Mídia, Semiótica e Pragmatismo - Mediação (UFMG/CNPq). Possui graduação em Jornalismo pelo Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino (UNIFAE). É produtor e roteirista do documentário “Democracia da Desinformação”. Atua como editor-adjunto da revista acadêmica da Associação Brasileira de TV Universitária (ABTU).
E-mail: diegodeus.bot@gmail.com

¹² Possui graduação em Publicidade e Propaganda pela Fundação Armando Álvares Penteado (1992), pós-graduação em Gestão Estratégia de Marketing pela PUC-MINAS, e mestrado em Administração e Desenvolvimento Organizacional - Superintendência Nacional da CNEC (2007). É doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade Lusófona (Lisboa/Portugal). Também é diretor da Agência Cervantes Montenegro, professor assistente IV da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e professor na Unifae.
E-mail: adinan@agenciacervantes.com

identification of fake news by students and teachers: an experiment in public schools in Brazil”. The method was divided into two parts: in the

+

++ first, 27 teachers responded to a questionnaire and, in the second, five of them underwent interviews. It was noted that the teaching specialty of each teacher demonstrates differences in the way they deal with the topic and that teachers who dedicate themselves to the areas of languages and social sciences have greater ease in identifying fake news, and greater ability to check certain information that may seem doubtful.

Keywords: fake news, teachers, Covid-19, literacy, social networks.

Introdução

Com o desenvolvimento das redes sociais on-line, criou-se formas de se comunicar e métodos de acesso à informação (Delmazo; Valente, 2018). Neste cenário, no entanto, figuram-se as chamadas *fake news*, ou, simplesmente notícias falsas, em uma tradução literal para a Língua Portuguesa. O termo que se popularizou principalmente a partir das eleições norte-americanas de 2016 (Allcott; Gentzkow, 2017) tem como propulsor a alta facilidade que as plataformas digitais de comunicação oferecem para a criação, circulação e alcance de informações possivelmente fraudulentas por parte de seus usuários (Spinelli; Santos, 2018).

De fato, desde que o assunto ganhou força no cenário internacional foi notado que a temática tem atravessado diversos debates e eventos ao redor do mundo, como é o caso do *Brexit*, no Reino Unido, quando discursos falaciosos eram compartilhados e até mesmo apropriados pela ala política e de apoiadores do movimento separatista do Reino Unido da União Europeia (D’Ancona, 2018). Além do *Brexit*, também é possível citar as eleições nacionais do Brasil, em 2018 (Ribeiro; Ortelado, 2018) e em 2022 (Tavares; De Souza; De Oliveira, 2022), além da pandemia de COVID-19, a nível mundial, com incessantes informações falsas a respeito da doença (Naeem; Bhatti; Khan, 2020) que endossou, inclusive, o negacionismo científico sobretudo no que diz respeito à utilização de vacinas para o combate à doença (Paes, 2022).

Conforme Duffy e Tandoc (2020), um dos principais motivos pelos quais as *fake news* se tornaram tão relevantes no cenário contemporâneo, diz respeito ao potencial risco que podem oferecer às instituições democráticas, bem como aos

cidadãos. Isso porque a obstrução do acesso à informação em fontes fidedignas pelo público também é capaz de criar conflitos interpessoais - os discursos de ódio são um exemplo disso (Araújo, 2021), à medida em que determinados grupos ou indivíduos sofrem danos morais e até mesmo físicos devido às informações falsas - potencializando o cenário desinformativo observado atualmente (Ismailova; Wolfengagen; Kosikov; Maslov; Dohrn, 2020)

No contexto da pandemia de Covid-19, o jornalismo como um todo, se preocupou em repassar informações fidedignas ao público (Lopes; Araújo; Magalhães; Sá, 2020). Para Kucinski (2000), o grande desafio do jornalismo em uma crise de saúde coletiva é o de lidar com o excesso de informações e não com a falta desses dados como muitos imaginam e como se fez presente em outras pandemias ao longo da história, quando o desenvolvimento dos meios de comunicação ainda era limitado em relação às condições atuais.

Harari (2020) destaca que o jornalismo e, em especial o de saúde, em momentos de crise, possui um papel ainda mais importante para criar uma certa proteção aos cidadãos com um papel pedagógico de orientações. Ao considerar uma base de informações e eficácia no método de informar, a partir de orientações preventivas ou medicamentosas com a mediatização de profissionais da área de saúde para com a população. Assim, cria-se uma boa coordenação entre informações científicas (aquelas faladas por médicos, enfermeiros e cientistas de modo geral) e órgãos públicos para o emprego de campanhas informativas e medidas e orientação junto à população (Harari, 2020) de modo a refutar toda informação maliciosa que tem o intuito de causar danos à saúde coletiva.

Para ilustrar o cenário de desinformação na pandemia de coronavírus, isto é, o de compartilhamento de notícias falsas pelas redes digitais, a associação civil sem fins lucrativos, AVAAZ - uma comunidade on-line de mobilização social que existe desde 2007 - realizou uma pesquisa ainda em maio de 2020, que demonstrou que em pouco mais de três meses desde a declaração de pandemia por parte da Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 110 milhões de pessoas já tinham acreditado em uma notícia falsa acerca do coronavírus, no Brasil (Mayara, 2020). Este dado representa sete a cada dez brasileiros que tiveram contato e, posteriormente, acreditaram em uma notícia fraudulenta a respeito da pandemia;

quer seja dos modos de contaminação, quer seja de tratamentos curativos, entre outros.

Da mesma forma, Barcelos, Muniz, Dantas, Júnior, Cavalcante e Faerstein (2021), fizeram um levantamento entre os dias 11 de março (data que marcou a declaração de pandemia) e 30 de junho, que identificou 329 *fake news* relacionadas à COVID-19. Os autores tiveram como fonte o site de notícias G1 (vinculado ao grupo Globo) e também o site do Ministério da Saúde, que buscavam desmentir as informações falsas que circulavam. Outro dado importante, diz respeito ao local onde estes conteúdos estavam presentes: principalmente o Whatsapp e o Facebook. A partir destes dados, sugere-se baixos níveis de competências e habilidades no que diz respeito ao modo de lidar com o excesso de informações e os meios os quais são utilizados para se informar por parte da população, justamente pelo alto número de pessoas que acreditavam nesse tipo de informação.

Com base nisso, é possível citar a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que elaborou um Currículo de Alfabetização Midiática e Informacional para a Formação de Professores. O documento foi desenvolvido desde 2008 e revisado por especialistas de diversos países até a sua publicação em 2013, em Português e 2011 em Inglês. As diretrizes previstas no currículo partem de dois tópicos: 1) trabalha as matrizes curriculares e competências com a Alfabetização Midiática e Informacional de maneira ampla e perspectivas gerais do assunto com os professores e; 2) propõe módulos centrais e complementares do currículo. Conforme o documento, a “formação de Professores representa o componente de uma abrangente estratégia para fomentar sociedades alfabetizadas em mídia e informação e para promover a cooperação internacional” (Wilson et al., 2013, p. 11).

Além disso, no Brasil, existem diretrizes nacionais estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC - documento normativo fornecido pelo Ministério da Educação, do Brasil, que serve como referência obrigatória para a formulação de currículos escolares e para propostas pedagógicas direcionados a escolas públicas e privadas) desde 2018, de que o tema *fake news* deve ser trabalhado como objeto de interesse na educação básica brasileira,

principalmente na disciplina de Língua Portuguesa. Questões que, quando colocadas em um contexto epidêmico, ganham ainda mais relevância no combate à desinformação e qualidade de informações à população.

Por isso, este estudo teve o objetivo de verificar a habilidade que professores, enquanto educadores e referência no aprendizado, de ensino médio de duas escolas no Brasil, possuem em identificar e checar informações falsas a respeito da pandemia de Covid-19; bem como explorar se tais questões foram trabalhadas junto aos alunos em sala de aula para transmitir tal conhecimento a um público tão suscetível como é o de adolescentes cuja idades variam de 15 a 18 anos, (idade média dos discentes os quais os professores voluntários deste estudo lecionam) pensando no trabalho em prevenção às informações falsas como uma ferramenta pedagógica em sala de aula.

1. Fake news e literacias: Definições e contribuições para o desenvolvimento de competências frente às informações falsas

Conforme Allcott e Gentzkow (2017), é possível definir como *fake news* todo e qualquer conteúdo que foi construído intencionalmente para ser falso e ser compartilhado com um objetivo: geralmente, para causar danos a algo ou alguém. Além disso, os autores afirmam que uma *fake news* precisa ser logicamente plausível, isto é, precisa parecer verdade para que ganhe esta percepção do público ou de quem a recebe para que, assim, possa atingir o objetivo inicial para o qual foi criada. Essa perspectiva se assemelha à de Conroy, Rubin e Chen (2015), que compreendem as *fake news* como um conteúdo que possui o signo de notícia, mas que é comprovadamente falso, construído também com o objetivo de enganar o leitor.

Por outro lado, a ideia de *fake news* é criticada por Wardle e Derakhshan (2017). Na visão dos autores, o termo não é capaz de abranger toda a complexidade do fenômeno desinformativo e acaba por reduzi-lo a simples informações falsas. A expressão também passou a ser apropriada de maneira leviana, sobretudo, por políticos em todo mundo que, ao se depararem com uma informação que para eles é desagradável, tiram a credibilidade (no caso de uma

informação verdadeira) e as rotulam como *fake news*, mesmo se a informação em questão seja verdadeira (Alzamora; Andrade, 2019).

Deste modo, Wardle e Derakhshan (2017) apontam para três tipos de conteúdos que possuem teor desinformativo: *disinformation* (desinformação), referindo-se às informações falsas criadas premeditadamente e direcionadas a um objetivo e com o intuito de causar dano; *misinformation* - apesar de não haver uma tradução literal, alguns autores brasileiros trabalham com a ideia de desinformação não intencional (Recuero, 2019; Alvim; Zilio; Carvalho, 2023) - quando o conteúdo fraudulento é compartilhado de forma impensada e impulsionada pelos algoritmos presentes na lógica e organização das plataformas digitais e; *malinformation* (informação maliciosa) quando uma informação verdadeira é utilizada com o intuito de causar dano a algo ou alguém. Neste caso, é possível citar informações retiradas de contexto, por exemplo, quando uma informação verdadeira é veiculada em um contexto falso e ressignificada em uma narrativa e compartilhada com o intuito de legitimá-la como verdadeira (Wardle; Derakhshan, 2017)

Com base nisso, os autores categorizam sete tipos de conteúdos potencialmente desinformativos, são eles: 1) contexto falso e 2) manipulação de contexto, isto é, quando um conteúdo verdadeiro é colocado em um contexto falso e/ou manipulado; 3) sátira ou paródia, que apesar de não ter a intenção de desinformar, ainda possui potencialidade enganadora; 4) conteúdo enganoso objetivado em causar danos a um tema ou pessoa; 5) conteúdo manipulado, quando uma informação verdadeira é usada para enganar as pessoas; 6) conteúdo impostor quando as fontes são falsas; 7) conteúdo criado e integralmente falso criado sob a intenção de desinformar e causar dano.

Conforme Santaella (2019), uma das principais características da desinformação na contemporaneidade e da dificuldade de as pessoas lidarem com este fenômeno, diz respeito ao excesso de informações advindas de múltiplas fontes (confiáveis ou não), dificultando a clara percepção e identificação de conteúdos potencialmente falsos. Em meio a isso, Loureiro e Rocha (2012) chamam a atenção para o papel da literacia de informação, pois entendem que, em paralelo ao processo de evolução e de adaptação dos métodos de acesso às

informações, ela deve ser trabalhada a fim de capacitar as pessoas a lidarem com as novas ferramentas de comunicação digital, para que precisamente estas saibam lidar frente ao problema da desinformação recorrente a esses processos.

O termo literacia tem sua origem na literatura anglo-saxônica (*literacy*) e diz respeito a um conjunto de habilidades de leitura e de escrita, que permite a identificação de palavras, o conhecimento da ortografia e, principalmente, a aplicação de conhecimentos textuais aos processos linguísticos e cognitivos de compreensão (Moraes, 2013). De maneira mais específica, indo além destas habilidades, Pedroso (2012) trabalha a noção de literacia da informação. Na perspectiva do autor, trata-se de é uma competência essencial que permite ações eticamente corretas do indivíduo a partir do modo como interage frente aos meios de comunicação e informação. Taylor (1986) também diz que a literacia de informação parte do conjunto de conhecimentos e de habilidades que os indivíduos devem ter a fim de se comportarem de forma eficaz em meio a uma sociedade rica em informação (De Deus; Nogueira, 2022).

Finalmente, destaca-se as contribuições de Potter (2021) quanto à literacia midiática neste contexto. Este tipo de literacia diz respeito à uma conjuntura de perspectivas desenvolvidas ao longo da vida dos indivíduos que os permite aplicar os conhecimentos obtidos com base na interpretação de mensagens (informações) disponibilizadas em qualquer tipo de mídia: on-line ou off-line.

Ainda segundo o autor, o processo de desenvolvimento de habilidades com os meios de comunicação digital - da literacia midiática em si - é um processo contínuo de e, sendo assim, Potter (2021) estabelece a sua teoria a partir de oito níveis de estágio: 1) aquisição de fundamentos: ocorre nos primeiros anos de vida do indivíduo, aprendizagem de forma e cor, expressão facial e sons naturais; 2) aquisição de linguagem: ocorre entre dois e três anos de vida, com o reconhecimento de algumas “personagens”; 3) aquisição de narrativas: entre os três e cinco anos de vida, ficção e não ficção de perspectivas; 4) desenvolvimento do ceticismo acerca do que adquire como informação: entre cinco e nove anos de idade; 5) desenvolvimento intensivo: logo após o estágio anterior (muitos indivíduos tendem a estagnar neste estágio pelo resto da vida), pela forte motivação para procurar informação sobre determinadas temáticas e, muitas, que

apenas reforcem percepções já pré-motivadas; 6) experimentação exploratória: quando a inserção aos dispositivos midiáticos ocorre; 7) apreciação crítica: um dos estágios mais importantes, pois será neste momento que o indivíduo terá o conhecimento, ou seja, as habilidades a lidarem com os dispositivos midiáticos digitais e, 8) responsabilidade social: momento em que o indivíduo possui a capacidade de ter uma avaliação crítica de todos os tipos de mensagens (e informações) oriundas e compartilhadas no ecossistema midiático digital, por meio dos meios digitais de comunicação.

Por isso, acredita-se que a presente discussão contribua sobremaneira para o combate à desinformação na contemporaneidade, de modo a desenvolver nos indivíduos, principalmente os mais jovens (Naeem; Bhatti; Khan, 2020), competências e habilidades que possam ajudá-los a lidar com a alta “oferta” informacional atualmente e o próprio papel da mídia e de fontes de informação, assim, limitando os efeitos que a desinformação pode trazer para a vida em sociedade.

2. Método

Este é um estudo de natureza exploratória com levantamentos quantitativos e qualitativos, com a participação de amostras não-probabilísticas e a utilização de questionários on-line, além da realização de entrevistas em profundidade on-line com os voluntários. Os estudos de cunho exploratório podem ser realizados como experimentos baseados em investigações empíricas (Marconi; Lakatos, 2021). Já para Novelli (2006), as amostras quantitativas não-probabilísticas reúnem critérios intencionais e de conveniência por parte dos investigadores, neste caso, levantar o que ocorre com o ensino médio das escolas participantes no desenvolvimento da literacia midiática e de informação junto aos professores.

Creswell e Creswell (2017) afirmam que as pesquisas qualitativas são importantes para definir as variáveis obtidas por meio de um levantamento quantitativo alcançado pela mesma investigação. Nogueira (2019) conclui que os estudos qualitativos são relevantes e proporcionam uma melhor compreensão do problema abordado.

Assim, o experimento foi feito junto a professores de duas escolas públicas que oferecem o ensino médio na cidade de Botelhos, município escolhido por conveniência para a realização da pesquisa, localizado no sul do estado de Minas Gerais. Conforme o censo realizado em 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade possui 14.828 habitantes, com o Índice de Desenvolvimento Humano em 0,702 e uma taxa de escolarização entre 6 e 14 anos em 96,7.

O presente estudo descreve, no primeiro momento, os dados quantitativos da pesquisa intitulada “A Identificação de *Fake News* por Alunos e Professores: Um Experimento em Escolas Públicas no Brasil (De Deus; Nogueira, 2022) para, posteriormente, aprofundar os resultados com a realização de um estágio qualitativo com alguns dos professores que participaram da pesquisa supracitada.

A pesquisa de De Deus e Nogueira (2022) fez um levantamento quantitativo com alunos e professores das mesmas escolas que participaram das discussões presentes neste trabalho. A proposta dos autores foi avaliar qual o nível de aproveitamento dos respondentes em identificar informações falsas sobre diferentes assuntos, como política e saúde pública. Destaca-se que para este artigo foram recortados, especificamente, somente os dados relacionados à informação falsa acerca de um surto de contaminação de COVID-19 entre animais domésticos e humanos.

Dessa forma, o presente estudo foi dividido em duas partes; na primeira, 27 professores divididos entre as disciplinas de História, Geografia, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Física, Educação Física, Biologia, Filosofia e Química responderam a um questionário a respeito de suas percepções a respeito das *fake news*, bem como se já trabalharam de forma didática o tema em sala de aula junto aos alunos - dados recortados do trabalho de De Deus e Nogueira (2022). Desta amostra, 77,8% foram do sexo feminino e 22,2% do sexo masculino, sendo 62,9% com idade até 40 anos e 81,4% com idade até 50 anos (De Deus; Nogueira, 2022). A partir dos dados quantitativos, os investigadores fizeram um convite para que os docentes participantes da primeira amostra participassem também da segunda fase de estudo que foi realizado por meio de entrevistas on-line. É neste estágio que novos resultados aparecem e novas discussões emergem.

Cinco dos professores com idades entre 29 e 53 anos se voluntariaram, cujas disciplinas que lecionam são: Língua Portuguesa, Geografia e Biologia. Cada entrevista durou no máximo 45 minutos. Nelas, os docentes foram questionados a respeito do modo como lidam com as *fake news*, principalmente que envolvam a pandemia de COVID-19 e como trabalham (se trabalham) o assunto junto aos alunos em sala de aula.

Além disso, eles também passaram por um teste de verificação de *fake news*: foi-lhes apresentado uma notícia que dava conta de um estudo norte-americano que constatou o surto de contaminação de COVID-19 entre animais domésticos e humanos em alguns países asiáticos e casos de mortes por esse tipo de contaminação no Brasil. A informação foi construída conforme características comuns de uma *fake news* citados por Wardle e Derakhshan (2017), como: a não citação de outras fontes, comentários de “especialistas” sobre o surto, mas sem apresentação de seus nomes ou credenciais acadêmicas; erros informacionais geográficos e erros ortográficos.

Como principal fundamento, levou-se em conta informações da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), instituto de pesquisa do Governo Federal Brasileiro, que disponibiliza em seu portal esclarecimentos de boatos da possibilidade de contaminações por COVID-19 entre animais domésticos e humanos. Para isso, o médico veterinário Paulo Lisboa, pesquisador do Instituto de Comunicação e Informação em Saúde (ICICT), da Fiocruz, afirma em uma publicação:

Não há evidência ou estudos nesse sentido. Os poucos animais infectados parecem ter adquirido a infecção dos seus donos, pelo contato direto, e não o inverso. Tampouco há evidência de que animais sejam vetores mecânicos ou possam carregar o vírus, ou que o vírus possa se replicar nos animais. (Lisboa, 2020, s/p)

Ademais, também foi apresentada aos professores uma outra notícia falsa que, agora, mostra em uma imagem acompanhada de uma legenda, do Prêmio Nobel Luc Montaigner, em que ele diz que todas as pessoas vacinadas contra COVID-19 morrerão em dois anos. No entanto, a mesma informação foi desmentida pelas principais agências de checagem de informação do Brasil, como “Fato ou Fake”, “Aos Fatos” e “Agência Lupa” (Afonso; 2021; Domingos, 2021; Pacheco, 2021). A seguir, é possível ter acesso aos instrumentos utilizados:

Notícia 1:

“Pesquisadores norte-americanos, confirmam que o coronavírus pode ser transmitido entre animais domésticos e humanos; os sintomas se agravam

De acordo com o relatório científico publicado no último dia 23 de maio, pela Universidade de Harvard, na Califórnia, é possível a contaminação de Covid-19 entre animais domésticos e seus donos. Segundo os cientistas, a doença adquirida por essa forma de contaminação tende à (*sic*) agravar os sintomas nos seres humanos, mesmo que o paciente não esteja no grupo de risco da doença.

O relatório ainda diz, que isso ocorre devido a deformações que ocorrem no material genético (RNA) do vírus, após entrar em contato com o organismo do animal. Desta forma, se relacionando com outros micro-organismos presentes na corrente sanguínea do animal e se tornando em material estranho ainda mais prejudicial para o ser humano. Para um dos pesquisadores, o isolamento social ajudou para que um surto ainda mais violento da doença não ocorresse. Isso por que (*sic*), os números de passeios com os animais em locais públicos e com aglomerações caiu muito durante a pandemia, assim evitando o contato dos pets com pessoas ou superfícies possivelmente contaminadas.

Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), já foram registradas 158 mortes em todo o mundo causada pela contaminação entre animais domésticos e humanos. No Brasil, foram confirmadas apenas duas mortes por esse tipo de contaminação. Mas, países como Tailândia, Irã, Filipinas e Mongólia, possuem as situações mais críticas de casos e mortes causadas por essa contaminação.

Os pesquisadores que realizaram esta primeira etapa do estudo, buscam agora, uma solução para que os animais não se contaminem, a fim de diminuir o número de pessoas contaminadas principalmente nos países em que a situação é mais preocupante.”

Notícia 2

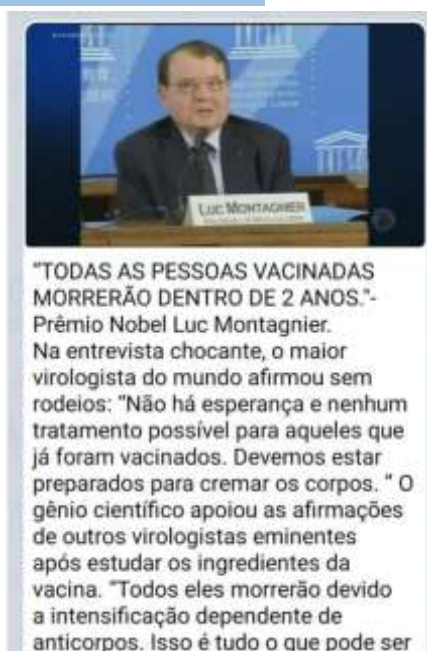


Figura 1: Notícia falsa que afirma: “Todas as pessoas vacinadas morrerão dentro de dois anos”

Fonte: Internet (2022)

Por fim, para a análise de dados, as respostas quantitativas foram descritas por frequência absolutas e relativas, por serem elementos categóricos. Além disso, os testes qui-quadrado e Exato de Fisher também foram aplicados para comparar as respostas dos estudantes. Em todas as análises foi considerado o nível de significância de 5%. As análises foram realizadas com auxílio do programa R, que é uma linguagem de programação para análise de dados. Esse software disponibiliza grande variedade de técnicas estatísticas e gráficas, sendo muito utilizado pelos estatísticos. Já as respostas qualitativas foram gravadas durante as entrevistas com a devida autorização por parte do voluntário e analisadas incessantemente pelos investigadores.

3. Resultados e discussão

Análise descritiva quantitativa

Como descrito no método, no primeiro estágio desta investigação foi feito um levantamento descritivo quantitativo a partir de respostas obtidas junto aos 27 professores que responderam a um questionário on-line (De Deus; Nogueira, 2022). Com base nos dados, obteve-se vários diagnósticos a respeito de suas percepções acerca das *fake news*, bem como o possível emprego pedagógico do tema com os alunos em sala de aula. Além disso, os docentes também avaliaram a notícia falsa que dava conta do surto de COVID-19 entre animais domésticos e humanos.

Com relação à pergunta “Você se diz capaz de reconhecer uma *fake news*?”, apenas 22,2% dos professores afirmaram serem capazes, do mesmo modo que outra parcela de 22,2% dos docentes disseram que sim, porém, que não possuem certeza em terem esta habilidade. No entanto, a maior parte dos entrevistados (55,6%) afirmou que talvez seja capaz de identificar e classificar uma notícia como sendo falsa. Isto é, a maioria dos entrevistados não possui certeza se são capazes de reconhecer uma notícia falsa e, portanto, suscetíveis aos possíveis danos causados pela desinformação (De Deus; Nogueira, 2022).

Ao terem acesso à notícia fraudulenta do surto de contaminação de Covid-19 entre animais domésticos e humanos, a maioria dos professores soube identificar e classificá-la como falsa, com 59,3% das respostas (De Deus; Nogueira, 2022). Por outro lado, ainda, sim, notou-se uma parcela de 40,7% dos docentes que acreditaram na notícia apresentada (De Deus; Nogueira, 2022). Estes dados, portanto, sugerem baixo nível de literacia de informação por parte dos professores, por se tratar de uma informação até então desconhecida pelo público - precisamente pela sua falsidade - mas que chamou a atenção para um possível novo método de contaminação da doença.

No âmbito pedagógico e escolar, os professores foram questionados se o tema *fake news* já foi trabalhado como objeto de discussão em sala de aula junto aos alunos de ensino médio. Como diagnóstico, notou-se que 74,1% dos professores declararam ter levado a temática para ser discutida nas aulas realizadas, independente da disciplina lecionada por cada entrevistado (De Deus; Nogueira, 2022). Por outro lado, 11,1% afirmaram que jamais trabalharam a temática em aula e outros 14,8% disseram não se lembrar se tais discussões ou atividades acerca do tema ocorreram (De Deus; Nogueira, 2022).

Para finalizar o estágio quantitativo do estudo, dentre os professores que afirmaram discussões ou atividades a respeito de *fake news* na seara escolar, foi perguntado de que maneira avaliaram o entendimento dos alunos quando o assunto foi trabalhado em aula. Para isso, foi conferido a eles uma escala de 1 a 5, partindo de péssimo (1) e chegando a ótimo (5). Nenhum professor afirmou que os alunos tiveram um entendimento “ótimo”. Contudo, 44,4% classificaram como “regular” a compreensão dos alunos a respeito do tema e apenas 18,5%

classificaram como “bom” (De Deus; Nogueira, 2022). O diagnóstico aponta baixo nível de literacia por parte dos docentes no sentido de transmitir de forma prática os possíveis conhecimentos que possuem a respeito do assunto, ou mesmo, falta de confiança em suas próprias habilidades pedagógicas para tratar de um tema ainda pouco explorado no ambiente onde estão.

Análise qualitativa

Com base nos dados coletados na fase quantitativa do estudo, foi proposto, então, uma análise mais profunda da temática junto a cinco professores que participaram de entrevistas on-line e detalharam as percepções acerca das *fake news* e da metodologia adotada em sala de aula na abordagem do tema - entre os docentes que afirmam tal acontecimento. Foram entrevistados cinco professores; dois da área de Linguagens, dois de Humanas e um de Biológicas.

Quanto à pergunta: **O que são *fake news* para você e como elas podem afetar a sociedade?**

Notou-se que, para os professores, *fake news* são conteúdos construídos de forma sistemática e intencional por quem as criam e são danosas à sociedade de toda maneira, principalmente pelo fato de uma mentira carregar a simbologia de uma notícia real.

“São mentiras muito bem contadas. Elas são montadas sempre com um objetivo. É uma forma de não contar a verdade para as pessoas e de enganá-las. Na nossa escola, durante a pandemia, por exemplo, inventou-se casos positivos de alunos, de professores, enquanto, eram somente casos suspeitos. Pareciam que não queriam voltar às aulas.” (Resposta do docente de Linguagens)

“São notícias falsas colocadas ao público como a própria verdade. Inclusive, muitas vezes, utilizadas como estratégia de comunicação, por exemplo, na propaganda; onde as empresas criam uma imagem irreal ao produto somente para convencer as pessoas a comprá-lo. Porém, isto também varia de acordo com público, quer dizer, algumas pessoas são mais capazes de identificar tal mentira e não acreditar nela, enquanto outras não têm essa habilidade. Na pandemia, vimos como elas podem afetar as pessoas ensinando a elas curas milagrosas; no campo das políticas, enfim, pode impactar vários setores da sociedade” (Resposta do docente de Humanas)

“São notícias falsas envolvidas com algum tipo de interesse e que são repassadas ao público. Elas podem causar danos extremos. Na pandemia, elas desencorajaram as pessoas a se vacinarem, atrapalhando a campanha de imunização, mas incentivaram as pessoas a tomarem medicamentos sem comprovação científica; a política é outro campo

sólido para isso, pois há muito interesse envolvido.” (Resposta do docente de Biológicas)

“São notícias construídas fora da realidade. Acho interessante, pois muitas vezes as pessoas não acreditam puramente em dada informação falsa, mas confiam em quem passa, por exemplo, um parente, um ídolo ou uma pessoa importante do ambiente de trabalho ou do bairro. E elas podem afetar as pessoas de vários modos, pois, para elas, aquela mentira é uma verdade.” (Resposta do docente de Linguagens)

“São mais do que notícias falsas; são conteúdos montados intencionalmente com o interesse em agredir a imagem de alguém ou de proteger determinada posição. O que é diferente, por exemplo, da notícia errada, que pode acontecer quando um jornalista se equivoca e passa uma informação que não é exata. Com relação ao impacto, o maior exemplo é o nazismo e o que Goebbels e Hitler fizeram na Alemanha. As *fake news* têm um forte impacto político e em um processo eleitoral” (Resposta do docente de Humanas)

Quanto à pergunta: **O que você leva em conta ao avaliar uma notícia como falsa?**

Observou-se também que os professores levam em conta, entre outros elementos, a linguagem empregada pelo texto ou por quem anuncia a notícia passiva de ser falsa. Os professores também fizeram observações a partir das imagens que acompanham o conteúdo que, de alguma forma, podem servir para endossar a percepção de veracidade que a notícia apresentada tem o objetivo de passar. Porém, ainda existem certas dificuldades ao analisarem determinado conteúdo.

“A linguagem, se existe sensacionalismo, o tipo de vocabulário empregado seja em texto ou vídeo. Quando o conteúdo é acompanhado por imagens, eu sempre me atento à qualidade da imagem., nitidez, pixelagem, etc.” (Resposta do docente de Linguagens)

“Quando ela é muito impactante, sempre desconfio. Pois quem criou ela tem o objetivo de impactar as pessoas para que essas pessoas compartilhem o conteúdo e a mentira ganhe a proporção de uma verdade”. (Resposta do docente de Humanas)

“Tenho muita dificuldade. Por isso, toda informação que eu recebo eu pesquiso em outros lugares para me certificar se é verdade ou não”. (Resposta do docente de Linguagens)

“Se é algo que impacta, eu desconfio. Recentemente, no caso da Joice Hasselmann¹³, eu desconfiei muita da história contada e da imagem que circulava dela pela internet. Por isso, procurei por outros sites para

¹³ A deputada brasileira acordou no dia 18 de julho de 2021, caída ao chão do próprio apartamento, com vários hematomas pelo corpo. A parlamentar não soube informar o que houve. O caso passou a ser investigado e foi descartada a possibilidade de agressão. Disponível: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/08/13/joyce-hasselmann-policia-do-df-diz-que-deputada-caiu-da-propria-altura.ghtml>

obter mais informações sobre o caso.” (Resposta do docente de Humanas)

“Eu sempre desconfio quando o título chama a atenção”. (Resposta do docente de Biológicas)

Quanto à pergunta: **Você já trabalhou *fake news* de forma didática em sala de aula?**

Diagnosticou-se, ainda, que o tema *fake news* jamais foi proposto de forma didática, isto é, nunca existiu uma preparação e um método, tampouco uma metodologia pedagógica criada ou pesquisada por parte dos professores para que a temática fosse levada a sala de aula e trabalhada com os alunos como uma ferramenta de reflexão sobre os impactos da desinformação na sociedade atual.

“Sim, mas não de maneira didática e nem houve um direcionamento por parte da BNCC para isso. Penso que a temática devesse ser mais atribuída à disciplina de linguagens, como Língua Portuguesa. Quando levei o assunto para sala de aula, foi para discutir a respeito de questões agrárias. Na época, havia tido uma forte geada¹⁴ em Guaxupé e muitas pessoas havia dito que nevou na cidade. Então, expliquei aos alunos que, por condições geográficas e físicas, era impossível nevar em Minas Gerais. Também já falamos rapidamente sobre *fake news* em política, mas, nada aprofundado.” (Resposta do docente de Humanas)

“Existe uma diretriz da BNCC, mas nada muito especificado. *Fake news* é colocada dentro da globalização, modernidade, como uma das temáticas do cotidiano contemporâneo, mas nada que aborde especificamente o tema. Neste sentido geral, já levei aos alunos.” (Resposta do docente de Humanas)

“Peguei alguns ‘ganchos’ para falar sobre vacinas e drogas, os impactos que isto traz para as pessoas em saúde pública. Nunca preparei uma aula ou fui orientado(a) a fazer isto.” (Resposta do docente de Biológicas)

“Sim, uma vez. Foi para a produção de texto. Pedi aos alunos que escrevessem a respeito do tema, mas não me lembro exatamente qual foi o propósito da atividade. Porém, vêm algumas diretrizes da BNCC em livros didáticos que citam *fake news*, mas não de forma específica que traga uma reflexão aprofundada.” (Resposta do docente de Linguagens)

¹⁴ Em julho de 2021, inverno no hemisfério sul provocou fortes geadas que destruíram lavouras de café na região do Sul de Minas. Devido à grande repercussão do caso, boatos de que havia nevado na região passaram a circular pelas redes sociais. Disponível em: <https://correiosudoeste.com.br/noticia/2370/FORTES-GEADAS-NO-BRASIL-ATINGEM-CINTUR%C3%83O-DO-CAF%C3%89-E-PREJUDICAM-SAFRAS>

Quanto à pergunta: **Como você avaliou o entendimento dos alunos a respeito de suas explicações?**

Entre os professores que trabalharam o tema em aula - mesmo que de maneira não aprofundada - também afirmaram que os alunos tiveram um bom entendimento do assunto. Porém, foram ressaltadas, por exemplo, dificuldades quanto ao modelo público de ensino no Brasil que, de acordo com uma das respostas dada, impossibilita um aproveitamento satisfatório quanto ao entendimento da temática.

“Levando em conta o modelo de ensino que temos é impossível todos os alunos entenderem tudo. Uma sala com 40 estudantes, em média 10 alunos conseguem compreender bem essas explicações até por se tratar de um tema tão atual.” (Resposta do docente de Humanas)

“Eles conseguiram compreender bem, eles estão nesse ambiente digital, sabem o que são *fake news* e possuem certa noção do que elas podem fazer com as pessoas. Porém, noto que eles nunca checam a notícia em outros lugares.” (Resposta do docente de Linguagens)

“Eles tiveram um bom entendimento pois este é um assunto que chama a atenção deles e porque é algo do dia a dia. Quando algo é colocado na realidade deles, facilita o entendimento seja de qualquer assunto.” (Resposta do docente de Humanas)

Não obstante, observou-se que os professores de diferentes disciplinas e áreas de conhecimento apontaram dispositivos específicos que podem ser trabalhados na promoção à reflexão sobre *fake news* bem como compreender o assunto e seus efeitos.

Quanto à pergunta: **Dentro de sua disciplina, o que pode ajudar no trabalho pedagógico do tema *fake news* em sala de aula?**

O pensamento crítico e uma boa interpretação de texto foram apontados pelos docentes, o que se relaciona precisamente às habilidades das literacias de informação e midiática.

“Principalmente o pensamento crítico, um olhar cético, desconfiado sobre o que se vê. Pensar em possibilidades dentro da realidade e dentro daquilo que já se sabe como informação, como a ciência. Na pandemia isto ficou evidente.” (Resposta do docente de Humanas)

“Discutindo e apresentando exemplos de *fake news* e dos diferentes tipos de mentiras que podem ser contadas perante a sociedade.” (Resposta do docente de Humanas)

“Interpretação de texto e dos sinais, tanto verbais quanto visuais. Sabemos que as *fake news* não são somente textos. O treinamento sobre a linguagem e interpretação são essenciais.” (Resposta do docente de Linguagens)

“Estou muito ligado (a) à saúde. Penso que se trazer casos de como mentiras disfarçadas de notícias podem prejudicar a saúde coletiva, pode ser um bom motivo para que eles se atentem e tenham responsabilidade sobre tudo o que se recebe e compartilha.” (Resposta do docente de Biológicas)

Teste de verificação e checagem de informação

No último estágio deste estudo, foi apresentado aos professores a notícia falsa do surto de contaminação de Covid-19 entre animais domésticos e humanos e foi pedido a eles que avaliassem a autenticidade da notícia, bem como os motivos para chegarem a tal conclusão.

Quanto às perguntas: **É uma fake news? O que levou você a chegar nesta conclusão?** De modo geral, quatro dos cinco professores da fase qualitativa afirmaram se tratar de uma *fake news*. Contudo, verificou-se diferentes argumentos que justificaram a afirmação, como; a linguagem vaga, erros ortográficos notados e a não veiculação do fato em veículos tradicionais de credibilidade no Brasil e no mundo.

“É uma *fake news*. Não ouvi falar dessa informação. O texto é bem feito, tem características de uma notícia real, mas o fato de não ter sido colocado em meios como a TV, me desconfia.” (Resposta do docente de Humanas)

“É uma notícia real. A Covid é uma doença nova, pouco se sabe dela e a cada dia se descobre algo novo. O texto é bem escrito e tem lógica aos argumentos utilizados.” (Resposta do docente de Linguagens)

“É falsa. Existem erros ortográficos, a linguagem é vaga, não caracteriza um linguajar conciso como o jornalístico, não cita pesquisadores específicos e também não ouvi falar desta informação.” (Resposta do docente de Linguagens)

“Falsa. Se fosse no início da pandemia me convenceria. O texto cita 158 mortes, penso que se tivesse chegado a este ponto, algo já deveria ter sido mencionado pela imprensa como um todo.” (Resposta do docente de Biológicas)

“Não é verdadeira. Não há estudo que aponte isto. O texto não cita autores da pesquisa e a linguagem me parece leviana, um tanto quanto vaga.” (Resposta do docente de Humanas)

Quanto à pergunta: **De que modo você realizou a pesquisa?**

Por fim, foi enviada, via aplicativo de mensagem aos professores, a *fake news* que dava conta dos efeitos letais da vacinação contra Covid-19 dentro do

período de dois anos. Os professores, por conta própria, fizeram a pesquisa na internet e utilizaram o *Google* como ferramenta. Notou-se, ainda, que a editoria de checagem de fatos “Fato ou Fake”, ligada ao Grupo Globo, foi a que mais se fez presente entre os resultados, mesmo que, todos os professores afirmaram não ter o conhecimento do que é uma editoria ou agência de verificação de informação. O jornal brasileiro Estado de São Paulo também foi citado, porém, tendo credibilidade sob a perspectiva de um docente e descredibilidade na de outro professor. Dessa forma, quatro deles tiveram êxito em encontrar a informação checada e, portanto, desmentida, enquanto o outro docente apresentou dificuldades em realizar a tarefa.

“Eu digitei todo o título que aparece na imagem e fui direcionado (a) ao “Fato ou Fake.” (Resposta do docente de Humanas)

“Digitei o nome do pesquisador que aparece na imagem e adicionei a palavra ‘vacina’. Encontrei em sites como o ‘Fato ou Fake’ e ‘Estado de São Paulo’. E acredito na falsidade da informação pela credibilidade que estes dois sites têm.” (Resposta do docente de Linguagens)

“Escrevi todo o título da notícia e encontrei a checagem no ‘Fato ou Fake’”. (Resposta do docente de Biológicas)

“Digitei somente o nome do pesquisador, mas não consegui encontrar a checagem desta notícia. Apenas encontrei no ‘Estado de São Paulo’, mas não confio neste jornal pois acho ele tendencioso, e a notícia não é a mesma sobre as vacinas.” (Resposta do docente de Linguagens)

“Digitei o nome do pesquisador e encontrei no G1.” (Resposta do docente de Humanas)

Considerações finais

Este estudo demonstrou a necessidade de uma maior atenção por parte de políticas públicas educacionais que promovam o tema *fake news* em escolas, principalmente em meio a uma pandemia, tema este, referenciado diversas vezes pelos voluntários deste levantamento e utilizado como objeto de discussão. Assim, no primeiro momento, faz-se necessário uma melhor capacitação dos professores da rede de ensino para que estes possam levar o tema a jovens alunos tão imersivos no ambiente digital, para que eles tenham uma preparação dentro da própria escola e um bom desempenho de suas ações nos ambientes digitais.

Observou-se que os docentes das disciplinas de linguagens, como Língua Portuguesa e Ciências Sociais como Geografia, tiveram maior êxito em apontarem elementos que caracterizam a *fake news* usada no experimento como sendo falsa.

Além do mais, se mostraram mais efetivos ao realizarem a checagem de uma informação pela internet. Em contrapartida, com relação à faixa-etária, aqueles que apresentam idade mais elevada dentro do recorte feito, tiveram maior dificuldade ao realizar esta atividade em específico.

Esta investigação também reconhece a amostra, justamente pela limitação quantitativa no primeiro momento e de características do voluntariado, no segundo. Dessa forma, faz-se interessante o desenvolvimento de estudos similares como a este em realidades distintas sob o ponto de vista econômico, social e cultural em escolas públicas no Brasil, mas também em outras nações, levando a discussão em sala de aula com criação de programas voltados para o desenvolvimento de habilidades midiáticas e combate à desinformação. Assim, para que haja uma delimitação, novos apontamentos e diagnósticos, além de novas linhas de estudos que possam ser elucidadas a partir da problemática apontada neste artigo.

Referências

AFONSO, N. **É falso que vencedor do Prêmio Nobel disse que vacinados irão “morrer em dois anos”**. Lupa Uol, 10 de junho de 2021. Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/06/10/verificamos-vencedor-nobel-vacina>. Acesso em: 27 dez. 2023.

ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of Economic Perspectives*, 31 (2), p. 211-236, 2017. Disponível em: <https://web.stanford.edu/~gentzkow/research/fakenews.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2020.

ALVIM, F. F.; ZILIO, R. L.; CARVALHO, V. O. Desinformação: o que é, o que não é e quando. *Revista do TER-RS*, n. 52, 2023.

ALZAMORRA, G.; ANDRADE, L. A dinâmica transmídia de *fake news* conforme a concepção pragmática de verdade. *MATRIZES*, São Paulo, 13 (1), p. 109-131, 2017 DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v13i1p109-131>. Acesso em: 21 jun. 2021.

ARAÚJO, C. A. Ávila. Infodemia, desinformação, pós-verdade: o desafio de conceituar os fenômenos envolvidos com os novos regimes de informação. *The International Review of Information Ethics*, Edmonton, Canada, v. 30, n. 1, 2021. DOI: 10.29173/irie405.

BARCELOS, T. N.; MUNIZ, L. N.; DANTAS, D. M.; JUNIOR, D. F. C.; CAVALCANTE, J. R.; FAERSTEIN, E. Análise de fake news veiculadas durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. *Revista Panamericana de Salud Pública*, n. 45, v. 65, 2021. DOI: [10.26633/RPSP.2021.65](https://doi.org/10.26633/RPSP.2021.65). Acesso em: 26 dez. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. Base nacional comum curricular: ensino médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

CONROY, N.; RUBIN, V. & CHEN, Y. Automatic deception detection: Methods for finding fake news. **Association for Information Science and Technology**, Saint Louis, p. 6-10, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1002/pa2.2015.145052010082>. Acesso em: 25 mar. 2023.

CRESWELL, J.; W. CRESWELL, J. D. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. Sage publications, 2017.

D'ANCONA, M. Pós-verdade / Matthew D'ancona; [tradução Carlos Szlak]. - 1. Ed. - Barueri: Faro Editorial, 2018.

DE DEUS, D.; CARLOS NOGUEIRA, A. . A identificação de fake news por alunos e professores: um experimento em escolas públicas no Brasil. **Culturas Midiáticas**, [S. l.], v. 16, p. 21, 2022. DOI: 10.22478/ufpb.2763-9398.2022v16n.61652. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/cm/article/view/61652>. Acesso em: 27 dez. 2023.

DELMAZO, C. & VALENTE, J. Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. **Media & Jornalismo**, Lisboa, 18, (32), p. 155-169, 2018. DOI: https://doi.org/10.14195/2183-5462_32_1. Acesso em: fev. 2023.

DOMINGOS, R. É #FAKE que Nobel de Medicina disse que todos que tomarem vacina contra Covid morrerão em dois anos. Fato ou Fake, 27 de maio de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/05/27/e-fake-que-nobel-de-medicina-disse-que-todos-que-tomarem-vacina-morrerao-em-dois-anos.ghml>. Acesso em 27 dz. 2023.

DUFFY, A.; TANDOC, E. & LING, R. Too good be true not share: the social utility of fake news. **Taylor & Francis Online**, 23 (13), p. 1965-1979, 2020 DOI: <https://doi.org/10.1080/1369118X.2019.1623904>. Acesso em: 27 mar. 2022.

HARARI, Y. **Notas sobre a pandemia: e breves lições para o mundo pós-corona-vírus**/ Yuval Noah Harari; tradução Odorico Leal. - 1º ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ISMAILOVA, L.; WOLFENGAGEN, V.; KOSIKOV, S.; MASLOV, M.; DOHRN, J. Semantic models to indicate pos-truth with fake news channels. **Procedia Computer Science**, Moscou, 169, p. 297-303, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.procs.2020.02.182>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877050920303057?via%3Dihub#section-cited-by>. Acesso: 26 dez. 2023.

KUCINSKI, B. Jornalismo, saúde e cidadania. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** [online], v. 4, n. 6, p. 181-186, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832000000100025> . Acesso em: 27 out. 2021.

LISBOA, P. Covid-19: pesquisador esclarece quais cuidados devem ser tomados com os animais domésticos. Entrevista concedida à Fundação Oswaldo Cruz, PH de Noronha,

junho de 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/covid-19-pesquisador-esclarece-quais-cuidados-devem-ser-tomados-com-os-animais-domesticos>.

LOPES, F; ARAÚJO, R. A. M.; MAGALHÃES, E. O.; SÁ, A. M. T. de. Covid-19: jornalistas assumem orientação dos cidadãos pela primeira vez em Portugal. **Revista Fontes Documentais**, v. 3, p. 183-191, 2020. Disponível em: <https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/index.php/fontesdocumentais/article/view/637>

LOUREIRO, A. & ROCHA, D. **Literacia Digital e Literacia da Informação - Competências de uma era digital**. In: MATOS, João Felipe. et al (Eds.) Atas do ticEDUCA2012 - II CONGRESSO INTERNACIONAL TIC E EDUCAÇÃO, p. 2726-2738, Lisboa, dez. 2012. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. ISBN 978-989-96999-8-4. <https://repositorio.ipsantarem.pt/handle/10400.15/758>. Acesso em: 14 mar. 2021.

MARCONI, M. & LAKATOS, E. **Fundamentos da metodologia científica**. 9. ed., São Paulo: Atlas, 2021.

MAYARA, J. **Coronavírus: fake news atinge 110 milhões de brasileiros**. Estado de Minas, 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/bem-viver/2020/05/21/interna_bem_viver,1149424/coronavirus-fake-news-atinge-110-milhoes-de-brasileiros.shtml. Acesso em: 25 abr. de 2022.

MORAIS, J. **Criar leitores: para professores e educadores**. São Paulo, Manole, 2013.

NAEEM, S.; BHATTI, R. & KHAN, A. An exploration of how fake news is taking over social media and putting public health at risk. **Health Information and Libraries Journal**, p. 2-7, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/hir.12320>. Acesso em: 15 abr. 2022.

NOGUEIRA, A. C. **O papel da literacia em saúde: compreensão e produção de mensagens de e-saúde para a autogestão da pessoa com diabetes**. Tese de doutorado, Departamento de Ciências da Comunicação, Universidade Lusófona, Lisboa, 2019. Disponível em: <https://recil.ensinulusofona.pt/handle/10437/11594>. Acesso em: 25 abr. 2022.

NORONHA, P. H. **Covid-19: pesquisador esclarece quais cuidados devem ser tomados com os animais domésticos**. Fundação Oswaldo Cruz, 22 de junho de 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/covid-19-pesquisador-esclarece-quais-cuidados-devem-ser-tomados-com-os-animais-domesticos>. Acesso em: 30 mar. 2022.

NOVELLI, A. Pesquisa de opinião. In: Duarte, Jorge, Barros, Antônio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PACHECO, P. **Virologista não disse que vacinados contra Covid-19 morrerão em dois anos**. Aos Fatos, 2 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/virologista-nao-disse-que-vacinados-contracovid-19-morrerao-em-dois-anos/>. Acesso em: 27 dez. 2023.

PAES, F. A. O. **De. Desinformação científica no Twitter: fixação de crenças em torno da cloroquina durante a pandemia da covid-19**. 2022. 153 folhas.

Dissertação (Comunicação Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PEDROSO, F. M. P. **Literacia da Informação. Um Projeto de Intervenção no âmbito dos comportamentos informacionais dos adolescentes.** Dissertação de mestrado, Departamento de Ciências da Educação e do Patrimônio, Universidade Portucalense, 2012. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/333478/1/Pas-sos_JulioCesarFerreiraDos_M.pdf. Acesso em: 25 abr. 2022.

POTTER, W. **Media literacy.** 10. ed. University of California, Santa Barbara, 2021.

R CORE TEAM. **R: A language and environment for statistical computing.** R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria, 2023.

RECUERO, R. da C. Disputas discursivas, legitimação e desinformação: o caso Veja x Bolsonaro nas eleições brasileiras de 2018. **Comunicação Mídia e Consumo**, [S. l.], v. 16, n. 47, p. 432-458, 2019. DOI: 10.18568/cmc.v16i47.2013. Disponível em: <https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/2013>. Acesso em: 27 dez. 2023.

RIBEIRO, M. M., ORTELLADO, P. O que são e como lidar com as notícias falsas. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 15, n. 27, p. 71-83, 2018.

SANTAELLA, L. (2019). **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** / Lucia Santaella, - Barueri, SP: Estação das Letras e Cores.

SPINELLI, E. M.; SANTOS, J. A. JORNALISMO NA ERA DA PÓS-VERDADE: fact-checking como ferramenta de combate às fake news. **Revista Observatório**, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 759-782, 2018. DOI: 10.20873/uft.2447-4266.2018v4n3p759. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/4629>. Acesso em: 26 dez. 2023.

TAYLOR, R. Value-added processes in information systems. Norwood, N.J: Ablex Publishing, 1986. DOI: <https://doi.org/10.1002/leap/10034br3>. Acesso em: 22 fev. 2021.
TAVARES, L. P.; SILVA, G. de S.; OLIVEIRA, D. L. de. Checagem de fatos no Twitter: desinformação nas eleições do Brasil em 2022: DISINFORMATION IN THE 2022 BRAZILIAN ELECTIONS. **Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, [S. l.], v. 21, n. 47, 2023. DOI: 10.5902/2175497772251.

WARDLE, C. & DERAKHSHAN, H. (2017). Information Disorder: Toward and interdisciplinary framework for research and policy making. *Council of Europe Report*. <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c>.

WILSON, C. GRIZZLE, A. TUAZON, R. AKYEMPONG, K. CHEUNG, C. K. Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores. **UNESCO**, (2013). 194 p. ISBN: 978-85-7652-176-1. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000220418>.

SUBMETIDO: 01/03/2024

APROVADO: 18/04/2024

ⁱ Informações da Plataforma Sucupira, coletadas em outubro de 2023. Vale destacar que o site apresenta a seguinte mensagem: “Atenção: As informações e números apresentados em “Cursos avaliados e reconhecidos” estão passando por reformulação e podem apresentar inconsistências. “Disponível em:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativos.jsf?areaAvaliacao=31 & areaConhecimento=60900008>. Acesso em 07 out. 2023.

ⁱⁱ Cf. Primeira Avaliação Quadrienal da CAPES começa em 3 de julho. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/primeira-avaliacao-quadrienal-da-capes-comeca-em-3-de-julho>. Acesso em 19 out. 2023.

ⁱⁱⁱ Cf. Resultado da Avaliação Quadrienal 2017-2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/avaliacao-quadrienal/resultado-da-avaliacao-quadrienal-2017-2020>. Acesso em 19 out. 2023.

^{iv}

A opção por manter o termo “índio” (e não substituir por indígena, que é o termo correto) é apenas para fazer referência à forma como o dia é ensinado na maioria das escolas e de como a colonialidade das linguagens ainda conduz a memória coletiva.

^v

Saiba mais sobre o PL 490 aqui: <https://apiboficial.org/2021/06/28/nota-tecnica-da-apib-sobre-o-pl-490/>.

^{vi}

Disponível aqui: <https://www.estadao.com.br/infograficos/educacao/universidades-incluem-mais-alunos-negros-mas-so-3-tem-equidade-racial-entre-professores,1209742#:~:text=Desigualdade-,Universidades%20incluem%20mais%20alunos%20negros%2C%20mas%20s%C3%B3%203,t%C3%AAm%20equidade%20racial%20entre%20professores&text=Levantamento%20feito%20pelo%20Estad%C3%A3o%20mostra,racial%20da%20regi%C3%A3o%20onde%20est%C3%A1>.

^{vii} Disponível aqui: <https://www.apufsc.org.br/2020/11/20/professores-negros-sao-158-dos-docentes-de-universidades-federais-2/>.

^{viii} Disponível aqui: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/11/13/pela-primeira-vez-negros-sao-maioria-nas-universidades-publicas-diz-ibge.ghtml>.

^{ix} Disponível aqui: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-11/cresce-total-de-negros-em-universidades-mas-acesso-e-desigual#:~:text=Aumento%20de%20400%25&text=Os%20negros%20chegaram%20a%2038,negros%20n%C3%A3o%20chega%20a%2030%25>.

^x Dados do Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece).

^{xi}

Veja aqui: <https://ppgcom.ufc.br/pt/nasceu-um-nucleo-de-estudos-retomada>

A PAUTA É CRIME: ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO TELEJORNALISMO DE TANGARÁ DA SERRA

The agenda is a crime: Analysis of the representation of black people in
Tangará da Serra telejournalism

Julia Ribeiro Bezerra^{xi}

Felipe Collar Bernie^{xi}

Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat-MT

Resumo

O texto apresenta um panorama de como são mobilizadas pessoas pretas e pardas no telejornalismo de Tangará da Serra (MT), através de análise comparativa documental entre dois programas televisivos, Cidade Agora, da emissora TV Vale (afiliada à Record TV) e Olho Vivo na Cidade, da Cidade Verde, canal local sem afiliação. Além de explicitar características do jornalismo local, atravessando os conhecimentos de Peruzzo (2005) e inserindo-o no contexto do jornalismo praticado na região do Médio Norte mato-grossense. O artigo tem cunho descritivo visto que as informações sobre o local são escassas, é baseado também em pesquisas de campo e pesquisa observacional para trazer com maior clareza a realidade da cidade. Ademais, desejamos tratar questões como racismo, machismo, outras formas de discriminação e preconceito e a relação da verdade e mídia.

Palavras-chave: Telejornalismo; Jornalismo Local; Racismo; Realidade Local; Opinião Pública.

Abstract

The text presents an overview of how black and brown people are mobilized in the telejournalism of Tangará da Serra (MT), through comparative documentary analysis between two television programs, Cidade Agora, TV station Vale (affiliated to Record TV) and Olho Vivo na Cidade, of the Green City, local channel without affiliation. In addition to explaining characteristics of local journalism, crossing the knowledge of Peruzzo (2005) and inserting it in the context of journalism practiced in the middle north region of Mato Grosso. The article has a descriptive nature since the information about the place is scarce, it is also based on field research and observational research to bring more clearly the reality of the city. In addition, we wish to address issues such as racism, sexism, other forms of discrimination and prejudice and the relationship of truth and media.

Keywords: Television Journalism; Local Journalism; Racism; Local Reality; Public Opinion.

Introdução

Nosso esforço busca fomentar reflexões sobre as práticas jornalísticas da imprensa de Tangará da Serra (MT), neste exercício particular desde o telejornalismo^{xi}. Analisar como pessoas pretas e pardas - população negra - são mobilizadas em coberturas telejornalística quando o assunto são crimes, tendo como objeto de referência um estudo comparativo dos programas *Cidade Agora*, da emissora TV

Vale (afiliada à Record TV) e *Olho Vivo na Cidade*, da Cidade Verde, canal local sem afiliação.

A decisão metodológica sobre a escolha desses dois programas nasce de uma possibilidade de acesso mais facilitada aos arquivos, bem como reflete em uma tentativa de olhar para espaços de veiculação distintos, pois um dos programas é transmitido ao meio-dia e outro a noite. Ambos os programas possuem por característica aspectos envolvendo um jornalismo sensacionalista.^{xi}

Para o exercício de análise, nós utilizamos um recorte dos programas veiculados entre os dias 11 e 15 de setembro de 2023. Realizamos a observação a partir dos programas salvos nas plataformas digitais do YouTube e Facebook, disponibilizados após a exibição. Para um estudo mais assertivo, consideramos notícias de crime as que envolvem diretamente pessoas indo contra o Código Penal brasileiro (CP) de 1940, como homicídios, roubos, furtos etc. e outras leis que instituem crimes, dado que o CP tem mais de oitenta anos. Como base teórica nós fizemos mão de Peruzzo (2005), Mello (2010), Silva (2013), Távora e Alencar (2022) e legislações brasileiras.

Este estudo vem de uma inquietação a partir do acompanhamento de perfis de Instagram que fazem publicações, em tentativas jornalísticas, sobre a cidade. Uma vez que Tangará da Serra está localizada no interior do estado de Mato Grosso - a aproximadamente 242 km de Cuiabá, capital mato-grossense -, e tem características fortes do jornalismo local, criou-se o interesse em adentrar no jornalismo televisivo visando as questões raciais. Mais adiante, com base na análise dos dois programas, percebemos também questões de gênero, que serão explicitadas no tópico “Análise dos Programas Telejornalísticos”.

2. Jornalismo e telejornalismo local

Cicilia Peruzzo (2005) explica que o jornalismo local existe desde a comunicação de massa, de modo que rádios, TV's e jornais, inicialmente possuem uma abrangência local onde uns alcançam nível nacional e outros não. Entretanto, isso não significa que estejam ausentes dos meios de comunicação, uma vez que há um espaço da programação resguardado para a produção local. Esse jornalismo

trata a verdadeira realidade de um lugar na medida em que o que é produzido parte dos acontecimentos daquela área, especialmente quando se trata de conteúdo noticioso, também remete a ideia de participação popular local da produção até o consumo, na qual os temas tratados são os que afetam diretamente a vida das pessoas que vivem naquela localidade, já que acontecimentos locais quase sempre não ganham nenhum destaque na imprensa nacional.

As pautas são selecionadas a partir da proximidade, o que faz mais sentido para o consumidor da notícia. A informação de proximidade, permite um olhar mais claro para o fato sem as interferências que existiriam em uma comunicação de massa.

“As pessoas acompanham os acontecimentos de forma mais direta, pela vivência ou presença pessoal, o que possibilita o confronto entre os fatos e sua versão midiática de forma mais natural.” (Peruzzo, 2005, p. 78). López Garcia (apud Peruzzo, 2005) diz que são nesses espaços que ocorre a aprendizagem social e onde a personalidade social é construída, resultando em um ambiente para debates realistas, diretos, considerando as vivências pessoais e gerando mais pertencimento, que é algo importante para o ser humano em sociedade.

Não necessariamente a comunicação local é comunitária, uma vez que empresas de comunicação regionais, que tem filiais locais, podem ter práticas comerciais comunitárias, e nem toda comunicação comunitária é local, já que ela não precisa lidar com temas exclusivamente locais. As principais diferenças neste sentido vêm dos vínculos sociais, os conteúdos abordados e a forma de produção (Peruzzo, 2005).

De acordo com o Atlas da Notícia (2023), existem dez emissoras ativas em Tangará da Serra, contudo, de acordo com pesquisa de campo existem apenas cinco. Essas dez emissoras são na realidade razão social e nome fantasia. Mediante pesquisa temos que:

Tabela 1: Veículos de comunicação do segmento “Televisão” em Tangará da Serra

Razão Social	Nome Fantasia e afiliação	Informações adicionais
Tv Monte Serra	Antigo SBT	Não está mais ativa
MVR Comunicação	Bem TV (SBT)	Ativa

Televisão Chapada dos Parecis	Tv Vale (Record)	Ativa
Terra Comunicação	Tv Centro América (Globo)	Ativa
Televisão Cidade Verde	Tv Cidade Verde (emissora)	Ativa
K S N F Ramos	Rede Tv Tangará (Rede Tv)	Ativa
Itamarati - Agropecuária		Não foi identificada na pesquisa de campo

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

A partir da tabela vemos que quatro das cinco TV's do município são afiliadas, o que significa que receberam a concessão da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) para repassar a programação de uma emissora, mas obrigatoriamente precisam ter uma produção regional. Somente uma, a Tv Cidade Verde, que é uma emissora, esta produz e transmite sua programação. Entendemos assim que o jornalismo de Tangará da Serra vai receber em seus programas televisivos matérias advindas da sede, que nem sempre traduzem a realidade do município, uma vez que a maioria das TV's são afiliadas.

O jornalismo local tem características peculiares, na qual as inclinações políticas são visíveis e afetam a informação, estas podem ser tratadas tendenciosamente ou omitidas, ocasionando uma perda de qualidade na notícia veiculada (Peruzzo, 2005).

No município, alguns veículos de comunicação contêm essa característica. Para demonstrar trazemos um caso como exemplo. A equipe da Secretaria Municipal de Meio Ambiente realizou uma ação de fiscalização em uma igreja que já acumulava denúncias por perturbação do sossego (crime previsto no artigo 42 do Decreto-Lei Nº 3.688/41^{xi}) no órgão municipal, Polícia Militar e até no Ministério Público. A fiscalização do município ao realizar a ação investigativa e sigilosa, constatou pelo decibelímetro a perturbação do sossego, a Polícia Militar apreendeu os equipamentos sonoros da igreja e os responsáveis pelo estabelecimento, de momento, entenderam a atitude tomada.

Posteriormente, começaram a circular, principalmente em perfis de Instagram contendo “notícias” da cidade, algumas desinformações, dizendo que a ação realizada na igreja pela equipe de fiscalização era um ato de intolerância religiosa por parte do governo municipal. A repercussão do assunto na internet foi tão grande que ganhou espaço nos veículos tradicionais de comunicação, este movimento é explicado pela teoria do agendamento de Maxwell McCombs e Donald Shaw, na qual a opinião pública é orientada pela ênfase dada a algum assunto em sociedade (McCombs, 2009). A Prefeitura Municipal chegou a manifestar-se por meio de coletiva de imprensa para explicar o ocorrido, pois em alguns programas de televisão o acontecimento foi tratado tendenciosamente, corroborando com a versão de intolerância religiosa. Toda essa situação se deu devido ao momento político e as forças políticas em confronto.

Além disso, o tratamento incorreto da informação também sofre influência por conta das ligações políticas com os proprietários dos veículos de comunicação e interesses econômicos dos mesmos (Peruzzo, 2005). Na Rede TV - Tangará da Serra, temos a relação política *versus* proprietário, o dono do veículo já foi deputado estadual, por exemplo, e tem seu nome especulado para a administração do Município, então os interesses econômicos e políticos entram em confronto com a informação, criando uma possibilidade de existir interferências no que é noticiado, principalmente quando são pautas sobre o executivo.

De acordo com o levantamento “Donos da Mídia”, realizado pelo coletivo Intervenções, a quantidade de políticos ligados às propriedades familiares de mídia cresce a cada eleição, no ano de 2022, foram identificados 45 candidatos políticos nesta situação em quatorze estados brasileiros mais o Distrito Federal, destes, 38 são homens, 33 são brancos e 33 milionários. Nas eleições de 2018, o levantamento foi realizado em dez estados mais o Distrito Federal, e constatou 34 candidatos donos de mídia (Tarso, 2022). Um aumento de aproximadamente 32% nas eleições de 2018 para as de 2022.

Agentes públicos que detêm concessões de radiodifusão colocam em risco o próprio direito à informação garantido pela Constituição. Esses empreendimentos podem limitar a circulação livre de informações de acordo com interesses políticos dos seus donos e acionistas, impedindo o exercício da liberdade de

expressão através do ocultamento de informações relevantes para o desenvolvimento da cidadania e da democracia. [...] Esses atores identificam na política e na mídia uma forma de continuar seus balcões de negócios tributários do coronelismo e das práticas coloniais (Tarso, 2022).

Cicilia Peruzzo (2005) apresenta outra prática muito comum da mídia local, a utilização de *releases* por parte da assessoria de imprensa/comunicação da prefeitura ou advindas de instituições privadas, levando ao jornalismo declaratório - aquele que tem como base apenas as informações passadas pela fonte -, a valorização das fontes oficiosas e o reaproveitamento de pautas por diversos veículos.

Esta também é uma realidade em Tangará da Serra, nos jornais impressos, aparecem os créditos das produções, então se vê o uso das matérias provenientes da prefeitura que são tratadas superficialmente pelo veículo de comunicação. Também é comum a reutilização de pautas pelas televisões, um veículo cobre a mesma pauta que o outro e as produções da grade da manhã costumam ser reexibidas na grade noturna.

Uma complexidade do jornalismo local é a estrutura, ela tem lacunas explicadas pela escassez de profissionais qualificados e/ou equipe reduzida. Muitos repórteres não são formados em jornalismo, bem como apresentadores. Também existe uma alta rotatividade de pessoal entre os veículos por motivo da carência de mão de obra qualificada.

Olhando para a questão da apuração e cobertura o panorama não é muito positivo, pois circulam diversas notícias falsas e desinformações, principalmente em grupos de WhatsApp que em alguns casos é até noticiado nos meios de comunicação tradicionais.

Este cenário oportuniza a reprodução de matérias advindas das sedes, ou seja, a grande imprensa, que visando o local, pode não ser tão relevante.

Nessas condições o jornalismo local deixa de explorar seu imenso potencial de trabalhar com a informação isenta e atender a todos os setores que perfilam a vida de uma “comunidade”. Perde, assim, uma oportunidade de mercado, a de trabalhar com competência a informação de proximidade, que é a razão de ser da imprensa local (Peruzzo, 2005, p. 81).

Outra discussão é do jornalismo local existir para suprir demandas específicas de uma população mas ser tomado por conteúdos mais publicitários e menos jornalísticos, visto que é preciso recursos advindos de *merchandisings* para manter sua produção (Peruzzo, 2005).

De acordo com Wenderberg (2023), em pesquisa realizada para o Atlas da Notícia, na região Centro-Oeste, o modelo tradicional de venda de publicidade para empresas públicas e privadas ainda é predominante, contudo, os veículos de comunicação tiveram perda de lucratividade nesse modelo de negócio com o advento das redes sociais, visto que qualquer pessoa pode impulsionar seu conteúdo através do tráfego pago pela internet.

Ainda assim, é muito comum no município o uso do telejornalismo para publicidade, por exemplo, o programa “Tangará 40 Graus” da TV Cidade Verde interrompe a programação do almoço para ofertas de diversas lojas e supermercados, bem como o telejornal “Cidade Agora” da TV Vale Record que publicita lojas, clínicas odontológicas, entre outros. Em noticiários radiofônicos e jornais impressos também acontece.

Se essas características, na conjuntura atual da imprensa de Tangará da Serra, forem fortalecidas podem comprometer a longo prazo a produção do jornalismo local, levando a um desgaste e desvalorização da imagem dos veículos de comunicação do município enquanto fonte de informação confiável.

3. Histórico dos Veículos

É importante destacar que por se tratar de veículos de comunicação locais as informações se tornam escassas e é necessário realizar um trabalho de campo, dirigindo-se diretamente às televisões para resgatar informações.

3.1 TV Vale

A Tv Vale - Tangará da Serra é afiliada da Record TV, rede de televisão que pertence ao grupo Record, além desta, faz parte do conglomerado de mídia a Record News, um canal focado em jornalismo, o portal de notícias, R7, o serviço de *streaming* Play Plus, entre outros.

Fundada em 1953 por Paulo Machado de Carvalho, com sede em São Paulo, a TV Record estreou com um programa musical. Cerca de 30 anos depois, a rede de televisão já não gerava mais lucro e nem audiência e após diversas tentativas de venda para empresários, o fundador da Igreja Universal, Edir Macedo, junto a Odenir Vieira decidiram adquirir a rede de televisão em 1989 (Zorzi, 2018).

Houve uma transformação na grade da emissora - programas e linha editorial - após a nova fase. De acordo com o R7 (2019), são 108 emissoras da rede Record, espalhadas em 27 estados, contando com o Distrito Federal.

No centro-oeste, a Record TV conta com 10 emissoras, Mato Grosso é o estado com mais afiliadas. São elas: TV Vila Real em Cuiabá, TC Cidade em Rondonópolis, TV Conquista em Lucas do Rio Verde, Real TV em Sinop, TV Sorriso em Sorriso e TV Vale em Tangará da Serra.

Nos outros estados temos o Mato Grosso do Sul, com a Rede MS em Campo Grande; Goiás, com a Record TV Goiás na capital Goiânia e TV Sucesso na cidade de Jataí; e Distrito Federal, com a Record TV Brasília em Brasília (R7, 2023).

Silvio Delmondes foi o fundador da TV Vale Tangará da Serra, em 2002. O carro chefe da emissora era o “Balanço Geral” veiculado no horário de almoço. De acordo com a diretora de jornalismo da TV Vale, atualmente o sinal da TV abrange duas cidades vizinhas, Campo Novo do Parecis e Nova Olímpia, dois distritos de Tangará da Serra - Progresso e Joaquim do Boche - e o distrito de Deciolândia (pertencente a cidade de Diamantino), também alcança o Assentamento Antônio Conselheiro e a Gleba Triângulo, ambos zona rural em Tangará.

A TV Vale de Tangará da Serra conta atualmente com 16 colaboradores e produz os programas “Cidade agora” no horário do almoço (carro chefe) e “Cidade alerta” exibido no fim da tarde. O canal não tem base quantitativa de telespectadores.

3.2 TV Cidade Verde

A TV Cidade Verde faz parte da Rede Cidade Verde e possui sede em Tangará da Serra. Foi fundada nos anos 2000 por Luiz Carlos Beccari, tendo como carro chefe o programa “Tangará 40 Graus”, que se mantém até hoje, exibido

durante o almoço, batendo o recorde de audiência no município neste horário. Entretanto, o canal não tem quantidade de telespectadores registrada.

De acordo com informações cedidas pela equipe da TV, o sinal alcança 120 km em linha reta, além de toda a área urbana da cidade. Abrange os distritos de Deciolândia (Diamantino - MT), Progresso, Joaquim do Boche e São Jorge (Tangará da Serra), e também a zona rural no Assentamento Antônio Conselheiro e Gleba Triângulo.

A emissora conta com cerca de 18 colaboradores entre cinegrafistas, apresentadores, repórteres entre outros, que trabalham para produzir tudo que é veiculado, os programas são: Na Cozinha com Márcia Kappes (nível estadual), Olho Vivo na Cidade e Tangará 40 Graus.

4. ANÁLISE DOS PROGRAMAS TELEJORNALÍSTICOS

Ao todo foram analisados 10 programas, de 11 a 15 de setembro de 2023, que serão tratados por dia. Foram cinco do programa **Cidade Agora** da TV Vale - Record, apresentado no horário do almoço (10h50 às 13h), com duas horas e dez minutos diários que misturam informação, *merchandising* e entretenimento. Durante o tópico será nomeado de **PG1**. E cinco do programa **Olho Vivo na Cidade**, da TV Cidade Verde, ele é exibido no horário noturno, das 19h às 20h, onde além dos *merchandisings* ele tem como quadro principal a “Ronda Policial”. Durante o tópico será chamado de **PG2**.

O crime tem espaço importante no jornalismo de Tangará da Serra, bem como a publicidade. Poucos programas são puramente jornalísticos, muitos fazem a parte de jornalismo e se misturam com entretenimento para o telespectador. “A questão criminal, portanto, ocupa uma posição estratégica na mídia, uma vez que o sangue sempre aumenta as vendas.” (Mello, 2010, p. 114). O tratamento dos acontecimentos, que pode ser sensacionalista, misturando realidade com o imaginário, cria uma necessidade de ver o delito, pois atrai curiosidade, aumentando o interesse do público. Consequentemente, as propagandas têm visibilidade e as chances de gerar efeitos positivos é maior, levando em consideração a influência do público através do discurso midiático (Mello, 2010).

No dia 11 foram veiculadas no PG1, três matérias sobre crimes e apenas uma com autor. A matéria fala sobre um furto na Exposerra (Art. 115 do Código Penal), na qual o apresentador se refere ao suspeito como “criminoso, aproveitadores e golpistas” (falando de quem furta). Na imagem, vemos um homem aparentemente^{xi} branco de meia idade, sentado na delegacia com o rosto coberto. No PG2, teve apenas uma matéria sobre crime, a mesma veiculada no PG1, do homem que furtou na Exposerra. Nesta, o apresentador adjetiva o suspeito o chamando de “mala”, as imagens também não mostram seu rosto.

Aqui nesta situação vemos o reaproveitamento de pauta, característica do jornalismo local, que se também for coberta pelos outros veículos de comunicação do município podem gerar a situação de mimetismo (imitação) midiático. Quando “todos se manifestam igualmente e afirmam as mesmas coisas, não resta mais nada a fazer, senão ser admitir esse discurso como único e verdadeiro” (Mello, 2010, p. 112). Assim, não restando dúvidas sobre o discurso realizado pela TV, o telespectador acaba aceitando o julgamento do apresentador do PG2 e concordando com a adjetivação dele como verdadeira, quando a teoria deveria ser colocada em prática e mantida na apresentação do programa um discurso neutro, apesar dos seus julgamentos individuais.

No dia 12 de setembro o PG1 exibe apenas uma matéria sobre crime ambiental, porém não envolve pessoas. Já no PG2, eles trazem um caso de Cuiabá (MT) de um homem que morreu ao tentar passar por baixo de um portão, que caiu e perfurou seu tórax. O apresentador ao chamar a matéria diz “*me dá imagens dessa história, de um ladrão, possível ladrão que tentou furtar uma empresa*”, de acordo com a matéria, as autoridades ainda estavam investigando o motivo do homem estar naquela propriedade privada, se era furto de fios ou se estava apenas repousando a noite.

A verdade das informações também é maquiada pelos jornalistas quando estes imprimem a essas as suas impressões, sensações e opiniões [...] ao ponto de se imaginar que a informação principal não é o que se passou, porém, como o jornalista nos diz o que se passou (Mello, 2010, p. 112).

Ao utilizar a palavra “ladrão”, o jornalista-apresentador da TV Cidade Verde já nos mostrou seu pré-julgamento, mesmo que em um ato falho, já que

tentou se corrigir por estar em um programa ao vivo. Entretanto, o receptor da mensagem já adere que aquela pode ser uma verdade, e vai sendo levada a fé durante a matéria, pois o delegado responsável pelo caso diz que o homem é “*a princípio, um usuário de drogas*”.

Os estereótipos cumprem seu papel e, neste momento, o telespectador já forma a sua opinião sobre o caso, não dando um benefício da dúvida para aquele sujeito, que agora está morto. As imagens da reportagem contribuem com a criação da verdade no imaginário de quem vê. Um homem preto, retinto, com o rosto à mostra, abaixo de um portão com pontas cravado no seu tórax e sua mão direita segurando a base do portão, quase como tentando segurá-lo.

Mesmo com informações preliminares, Mello (2010) explica que a imprensa pode usar da prerrogativa de liberdade de informar para presumir culpas, uma vez que em casos criminais não é de bom tom a inocência fazer parte da notícia.

No dia 13, foi exibido no PG1 duas pautas sobre crimes, a primeira sobre tráfico na praça do Jardim Califórnia em Tangará da Serra (Art. 33 da Lei 11.343/2006^{xi}), na qual as quatro pessoas que foram conduzidas à delegacia têm seus rostos borrados, dois deles, aparentemente, são negros e a segunda é sobre o desfecho de um homicídio (Art. 121 do Código Penal), que mostra a vítima aparentemente branca, morta, sem borrão. O PG2 apresenta uma tentativa de feminicídio (Art. 121, §2, inciso VI do Código Penal^{xi}) e mostra o rosto do suspeito, aparentemente preto, sendo preso. A outra matéria fala sobre um homicídio praticado por um policial penal, a vítima é um homem aparentemente preto que é exposto sem vida às imagens.

A terceira matéria envolve duas mulheres brigando em um bar, na qual uma acerta marteladas na cabeça da outra que se encontra no hospital (Art. 129 do Código Penal - Lesão Corporal) e a suspeita é dirigida à delegacia. Na matéria, o repórter fala em num tom cômico e utiliza das palavras “piseiro, vuco vuco e corre corre” para descrever a situação da briga. Além do mais, o programa da TV Cidade Verde mostra o rosto da suspeita na delegacia não uma, mas quatro vezes. Ao final, o apresentador fala com o rosto da mulher na tela “*Ainda bem que ela não tava com o martelo na mão, ‘rapai’ que mulher ‘braba véi’, ‘minino’ do céu, tá me dando medo dela olhar pra mim desse jeito*”, também em tom zombeteiro.

Mello (2010) explica que o sensacionalismo é algo ligado ao exagero de instigar emoções, intensificando o momento de passar a informação, além de trocar o essencial pelo supérfluo ou pitoresco. Isso demonstra que por se tratar de uma briga em um bar por duas mulheres o caso não pode ser visto com seriedade, mas sim como divertimento e o machismo contribui para que a mulher seja ridicularizada. Nem o repórter, nem o apresentador - diga-se de passagem, dois homens, aparentemente brancos -, levam em consideração a gravidade do momento, visto que uma das mulheres se encontra ferida no hospital. Mais que isso:

O sigilo do inquérito é o estritamente necessário ao êxito das investigações e à preservação da figura do indiciado, evitando-se um desgaste daquele que é presumivelmente inocente. Objetiva-se, assim, o sigilo aos terceiros estranhos à persecução e, principalmente à imprensa, no intuito de serem evitadas condenações sumárias pela opinião pública, com a publicação de informações probatórias, que muitas vezes não se sustentam na fase processual (Távora; Alencar, 2023, p. 137-138).

Figura 1: Mulher suspeita de cometer a violência contra a outra, rosto sem borrão



Fonte: TV Cidade Verde. Reprodução: Facebook.

Ou seja, enquanto não for realizado o julgamento final, aquele que não cabe mais recursos da decisão, todo cidadão que supostamente praticou algo ilegal é inocente, até que se prove o contrário. Expor a pessoa desta forma é assinar a

“sentença”, ligar ela a este acontecimento para sempre, podendo causar danos irreversíveis à imagem do sujeito influenciando em vários âmbitos da sua vida tanto pessoal quanto profissional, tendo o aval da opinião pública. Podemos pontuar a questão do tratamento errôneo e prática jornalística antiética, utilizando como exemplo o caso da Escola Base^{xi} de São Paulo.

A mídia, a justiça, querendo me fuzilar
Virei notícia, primeira página
Um paparazzi focalizou a minha lágrima [...]
Me chamava de assassino aquilo inflamou
Tumultuou, nunca vi tanto carnicheiro
Me crucificaram me julgaram no país inteiro
Pena de morte, se tiver sorte
Cadeira elétrica se fosse América do Norte
Opinião pública influenciada
Era um réu sem direito a mais nada
O meu mundo tinha desabado
Na lei de Deus fui julgado, na lei do homem condenado
(A vítima, 2002).

A situação retratada na canção acima, lançada em 2002 pelos Racionais MC's, mesmo com mais de 20 anos escancara o racismo estrutural e a realidade da população negra e pobre, que é quem mais sofre com as desigualdades sociais. De acordo com o IBGE (2020), cerca de 38% das pessoas em condição de pobreza no Brasil são pretas ou pardas e principalmente mulheres (Saraiva, 2020), vale lembrar também que a população negra é a mais encarcerada no país, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) divulgou que em 2022, somavam-se 68,2% presos pretos ou pardos (Bocchini, 2023) nos presídios brasileiros.

De acordo com pesquisa de campo, as televisões de Tangará da Serra não costumam pedir autorização às pessoas para expor sua imagem quando inseridas nesta situação de suspeitas. Para decidir se a imagem será divulgada com ou sem censura é um processo que passa por todas as pessoas da equipe (produtor, repórter, cinegrafista, editor de vídeo, editor de texto, editor de imagens e editor chefe) e a linha editorial do veículo de comunicação. Apenas são resguardadas crianças ou menores de idade. Sobre as vítimas é indicado não mostrar o corpo, é uma decisão ética por conta da família, contudo, vemos que na realidade não é assim, a comprovação são essas imagens de setembro de 2023 de ambas TV's.

Não foi encontrado no YouTube o programa do dia 14 de setembro da Cidade Agora da TV Vale - Record. Mas, foi encontrado do programa Olho Vivo na

Cidade, foram três matérias sobre crime, sendo duas pautas reaproveitadas do dia 13/09 e uma sobre um furto de uma caminhonete, em que o suspeito levado à delegacia é aparentemente branco e tem o rosto coberto nas imagens.

Já no dia 15 de setembro, o PG1 exhibe matérias que não envolvem crimes e o PG2, sustenta o programa com *merchandising* e música, levando um cantor ao estúdio, não há a exibição de nenhuma matéria informativa ao cidadão. Ao todo são 27 minutos com publicidade de e 55 minutos de conversa e música.

Com isso vemos que atualmente a informação não tem grande força como obtentora de lucros, o sistema televisivo “se movimenta em função das exigências do comércio e da concorrência do mercado, que fazem do ganho, ou do interesse, seu imperativo supremo” (Mello, 2010, p. 110). Deste modo, entendemos que esse programa não tinha notícias para transmitir à população, mas manteve-se no ar em prol do lucro, e tem a abertura para tal uma vez que não se considera totalmente jornalístico.

Temos na Tabela 2 uma relação de pessoas brancas com e sem o borrão nas imagens e negros com e sem borrão, como estavam sendo retratados na matéria, se suspeitos ou vítimas e qual foi a televisão que veiculou o caso.

Tabela 2: Relação cor, situação e censura de imagem

Branco com borrão	Branco sem borrão	Negros com borrão	Negros sem borrão
Furto Exposerra - Suspeito - TV Vale e Cidade Verde	Homicídio - Vítima - TV Vale	Tráfico Califórnia - Suspeito - TV Vale	Furto Cobre - Suspeito (morto) - TV Cidade Verde
Furto Caminhonete - Suspeito - TV Cidade Verde			Tentativa Feminicídio - Suspeito - TV Cidade Verde
			Briga Mulheres - Suspeita - TV Cidade Verde
			Homicídio Policial Penal - Vítima - TV Cidade Verde

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Assim vemos dois casos que envolvem pessoas brancas como suspeitas na qual o borrão é aplicado, ambos exibidos pela TV Cidade Verde e um pela TV Vale, e um caso com uma vítima branca, onde não é aplicado o borrão, exibido pela TV Vale.

Já quando olhamos para as pessoas negras, temos três casos exibidos somente pela TV Cidade Verde em que as pessoas estão em papel de suspeito e não tem seu rosto coberto e apenas um caso que a pessoa se encontra como vítima, também com o rosto sem borrão.

Apenas um caso envolvendo pessoas negras com o rosto borrado em situação de suspeitos é exibido pela TV Vale.

Considerações Finais

Devo explicitar novamente que por tratar do jornalismo local de Tangará da Serra, uma cidade no interior do estado de Mato Grosso, o trabalho se tornou descritivo em grande parte, pois não há registros suficientes para responder todos os questionamentos. Visto este cenário, o artigo exigiu uma análise documental, pesquisa de campo e pesquisa observacional para ser executado com a maior fidedignidade possível dentro da situação existente.

Levando em consideração os conteúdos e análise apresentada, a partir da Tabela 2, constatamos que o tratamento de pessoas negras (pretas e pardas) na imprensa tangaraense não conta com o benefício da dúvida. Além disso, vemos essa realidade mais no programa Olho Vivo na Cidade da TV Cidade Verde do que no programa Cidade Agora da TV Vale - Record. Deste modo entendemos que em ambas as TV's, a imagem da vítima não é preservada, o corpo é mostrado na situação que se encontra, indo contra aquela orientação ética de respeito a imagem e respeito a família da pessoa que perdeu a vida.

Em outra resolução vemos três casos que englobam pessoas negras, em situação de suspeitos, e apenas um caso cobrindo o rosto, diferente das pessoas brancas em situação de suspeita, em que nos dois casos o rosto é borrado. O benefício da dúvida e proteção da imagem da pessoa negra não existe neste cenário, fortalecido principalmente pela TV Cidade Verde.

É importante dizer que essas pessoas, no momento da veiculação da matéria, estão expostas a sofrer outros tipos de julgamentos como o homem que supostamente estaria furtando fios de cobre e a mulher que brigou no bar. Preconceitos, racismo, machismo e estereótipos ganham espaço e a opinião pública escolhe a “verdade” que acredita, participando do julgamento público destas pessoas na mídia.

Esquece-se a mídia (e aí não por acaso, mas propositadamente pelo único motivo de que não lhe seria rentável) de estabelecer, na notícia, qualquer relação entre a criminalidade e suas possíveis causas, tais como outros problemas sociais (desemprego, má distribuição de renda, educação ineficiente e de baixa qualidade) e econômicos (Mello, 2010, p. 115).

Nem sempre as práticas racistas são explícitas, tanto no dia a dia como na mídia, muitas vezes a ação discriminatória se dá às avessas, com comentários, olhares, gestos e omissão. Portanto compreendemos, inclusos neste país racista estruturalmente, que é extremamente necessário o debate desses temas que implicam a violência física e simbólica^{xi} do povo negro em todos os espaços possíveis (Silva, 2013), uma educação antirracista na educação pública e privada, desde a educação infantil até a graduação, para que cresçam pessoas livres de preconceitos e se tornem profissionais habilitados para lidar com o mundo diverso em que vivemos e as diferenças existente no mercado de trabalho. Além disso, a imprensa tem papel fundamental nesta luta uma vez que a sociedade brasileira tem uma grande relação com os meios de comunicação.

Esperamos que este estudo possa agregar a história do jornalismo em Tangará da Serra, expandir os olhares sobre temas como racismo, preconceitos, verdade e mídia, além de servir de base para futuras pesquisas da área, aprofundando este tema ou com novos enquadramentos.

REFERÊNCIAS

ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Espreme que Sai Sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus, 1995.

ATLAS DA NOTÍCIA. Dados e estatísticas: Tangará da Serra. 2023. Disponível em: <<https://www.atlas.jor.br/dados/app/>>. Acesso em: 15 de nov. 2023.

A VÍTIMA. Intérprete: Racionais MC's. Compositor: Edi Rock. In: Nada Como um Dia Após o Outro Dia. Racionais MC's. São Paulo: Zimbabwe Records, 2002. (7:20m)

BOCCHINI, Bruno. **População negra encarcerada atinge maior patamar da série histórica.** Agência Brasil, 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/populacao-negra-encarcerada-atinge-maior-patamar-da-serie-historica>>. Acesso em: 10 de dez. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei N° 2.848, de 07 de Dezembro de 1940.** Código Penal. Rio de Janeiro, RJ, 1941. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 27 de nov. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei N° 3.688, de 3 de Outubro de 1941.** Lei das Contravenções Penais. Rio de Janeiro, RJ, 1941. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm>. Acesso em: 15 de nov. 2023.

BRASIL. **Lei N° 13.104, de 09 de Março de 2015.** Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF, 1941. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>. Acesso em: 27 de nov. 2023.

BRASIL. **Lei N° 11.343, de 23 de Agosto de 2006.** Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília, DF, 1941. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm>. Acesso em: 27 de nov. 2023.

MCCOMBS, Maxwell. **A Teoria do Agendamento, a mídia e a opinião pública.** Tradução de Jacques A. Wainberg. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MELLO, Carla Gomes de. **MÍDIA E CRIME: LIBERDADE DE INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA E PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA.** Revista de Direito Público, Londrina, v. 5, n. 2, p. 106-122, ago. 2010.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências.** Comunicação & Sociedade. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a. 26, n. 43, p. 67-84, 1o. sem. 2005.

R7. **Emissoras da Rede.** 2023. Disponível em: <<https://recordtv.r7.com/recordtv-emissoras/rede>>. Acesso em: 23 de nov. 2023.

R7. **Fique por dentro das emissoras da Rede.** 2019. Disponível em: <<https://recordtv.r7.com/recordtv-emissoras/fique-por-dentro-das-emissoras-da-rede-07102019>>. Acesso em: 23 de nov. 2023.

SARAIVA, Adriana. **Trabalho, renda e moradia: desigualdades entre brancos e pretos ou pardos persistem no país.** Agência IBGE Notícias, 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29433-trabalho-renda-e-moradia-desigualdades-entre-brancos-e-pretos-ou-pardos-persistem-no-pais>>. Acesso em: 10 de dez. 2023.

SILVA, Natasha Ísis Rodrigues da. **RACISMO NA MÍDIA E A REPRESENTATIVIDADE (OU NÃO) DE MV BILL.** Monografia (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo) - Escola de Comunicação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 53 p.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de Processo Penal e Execução Penal** - 17. ed. reestrut., revis e atual - São Paulo: Ed. JusPodivm, 2022. 1.696 p.

TV CIDADE VERDE TANGARÁ DA SERRA. **OLHO VIVO NA CIDADE 11-09-2023.** Facebook, 11 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://www.facebook.com/tvcidadeverdetga/videos/218496034240136>>. Acesso em: 15 de nov. 2023.

TERSO, Tâmara. **Políticos Donos da Mídia violam a Constituição e fragilizam a democracia.** Le Monde Diplomatique Brasil, 2022. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/politicos-donos-da-midia-violam-a-constituicao-e-fragilizam-a-democracia/>>. Acesso em: 09 de dez. 2023.

TV CIDADE VERDE TANGARÁ DA SERRA. **OLHO VIVO NA CIDADE 12-09-2023.** Facebook, 12 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://www.facebook.com/tvcidadeverdetga/videos/633748008593211>>. Acesso em: 15 de nov. 2023.

TV CIDADE VERDE TANGARÁ DA SERRA. **OLHO VIVO NA CIDADE 13-09-2023.** Facebook, 13 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://www.facebook.com/tvcidadeverdetga/videos/1388970468324347>>. Acesso em: 15 de nov. 2023.

TV CIDADE VERDE TANGARÁ DA SERRA. **OLHO VIVO NA CIDADE 14-09-2023.** Facebook, 14 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://www.facebook.com/tvcidadeverdetga/videos/319304494091356>>. Acesso em: 15 de nov. 2023.

TV CIDADE VERDE TANGARÁ DA SERRA. **OLHO VIVO NA CIDADE 15-09-2023.** Facebook, 15 de setembro de 2023. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/tvcidadeverdetga/videos/332954992460852>>.
Acesso em: 15 de nov. 2023.

TV VALE RECORD TV. **Cidade Agora TGA 11/09/2023**. YouTube, 11 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xvztQYvghG4&ab_channel=TVValeRecordTV>. Acesso em: 15 de nov. 2023.

TV VALE RECORD TV. **Cidade Agora TGA 12/09/2023**. YouTube, 12 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EXgE7MFlu9E&ab_channel=TVValeRecordTV>. Acesso em: 15 de nov. 2023.

TV VALE RECORD TV. **CIDADE AGORA TGA 13/09/2023**. YouTube, 13 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Sbyxmcjelu0&ab_channel=TVValeRecordTV>. Acesso em: 15 de nov. 2023.

TV VALE RECORD TV. **Cidade Agora TGA 15-09-2023**. YouTube, 15 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=znbWkgk4n0c&ab_channel=TVValeRecordTV>. Acesso em: 15 de nov. 2023.

WERDEMBERG, Angela. **Diminui a quantidade de iniciativas jornalísticas na região Centro-Oeste**. Atlas da Notícia, 2023. Disponível em: <<https://www.atlas.jor.br/v6/diminui-a-quantidade-de-iniciativas-jornalisticas-na-regiao-centro-oeste/>>. Acesso em: 16 de nov. 2023.

ZORZI, André Carlos. **Record 65 anos: conheça a origem e a história da emissora de TV**. Estadão, 2018. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/emails/tv/record-65-anos-conheca-a-origem-e-a-historia-da-emissora-de-tv/>>. Acesso em: 23 de nov. 2023.

SUBMETIDO: 18/12/2023

APROVADO: 18/04/2024

JORNALISMO ONLINE A PARTIR DE PLATAFORMAS NO-CODE

Online journalism from no-code platforms

Eduardo Fernando Uliana Barboza^{xi}
Universidade Tuiuti do Paraná - UTP - PR

Resumo

Nesse novo ambiente digital, movido pela instantaneidade das informações e pelas constantes transformações nas linguagens tecnológicas utilizadas nos processos comunicativos, as plataformas no-code, com suas interfaces intuitivas e de fácil operação, despontam como ecossistemas amigáveis para a produção de conteúdo jornalístico online. Apresentar e discutir essas plataformas enquanto novas possibilidades de formato e de transmissão do conteúdo jornalístico multimidiático são os objetivos deste artigo que traz também diversos exemplos de plataformas de interface gráfica voltadas para o usuário e como podem ser aproveitadas no jornalismo.

Palavras-chave: Jornalismo online; Plataformas de comunicação; NTICs; No-code; Usabilidade.

Abstract

In this new digital environment, driven by the instantaneity of information and the constant transformations in the technological languages used in communication processes, no-code platforms with their intuitive and easy-to-operate interfaces are emerging as user-friendly ecosystems for the production of online journalistic content. The aim of this article is to present and discuss these platforms as new possibilities for the format and transmission of multimedia journalistic content, which also includes various examples of user-oriented graphic interface platforms and how they can be used in journalism.

Keywords: Online journalism; Communication platforms; NICTs; No-code; Usability.

Introdução

Atualmente, uma das principais discussões realizadas por pesquisadores, professores e profissionais do mercado jornalístico em eventos acadêmicos e profissionais da área da Comunicação, é o rumo do jornalismo e a sua adequação a um novo contexto tecnológico comunicacional. Na verdade, essa discussão se divide em duas: forma e conteúdo. Em termos de formato, como seria o melhor design da notícia para meios de comunicação em multiplataforma, que são acessados só por meio de computadores, mas também por dispositivos móveis como tablets, smartphones, smartwatches e aparelhos de TV conectados? E como seria o conteúdo jornalístico mais adequado a esse novo contexto, que tem como alvo um novo tipo de audiência, que não só é receptor da notícia, mas também a

produz e veicula por meio das redes e mídias sociais online e diversas ferramentas de comunicação disponíveis na web?

Essas duas indagações, tão generalistas movimentam este trabalho, que propõe discutir, dentro desse universo das Novas Tecnologias da Comunicação e Informação (NTIC), novas possibilidades de formato e de transmissão do conteúdo jornalístico no século 21, a partir da utilização de plataformas de desenvolvimento sem código (em inglês No-code development platform) que possibilitam que pessoas sem conhecimento de programação criem softwares, aplicativos e sites usando, para isso, interfaces gráficas amigáveis. O foco deste trabalho será o emprego dessas plataformas no-code na produção de sites jornalísticos e conteúdos multimidiáticos.

1. A evolução do jornalismo online

As primeiras iniciativas jornalísticas online começaram com a popularização da web, oferecendo aos usuários um sistema fácil de pesquisa para procurar as informações desejadas. Isso transformou profundamente a forma de se fazer jornalismo, resultando no desenvolvimento do jornalismo online que

pode ser funcionalmente diferenciado de outros tipos de jornalismo, utilizando a sua componente tecnológica como fator determinante em termos de uma definição (operacional). O jornalista on-line tem de tomar decisões a respeito de qual formato ou formatos de mídia melhor convêm para a transmissão de uma história (multimedialidade), considerar as opções para as respostas do público, interagir ou até mesmo personalizar certas matérias (interatividade), e pensar em maneiras de conectar a reportagem a outras reportagens, arquivos, recursos e assim por diante através de hiperlinks (hipertextualidade). (DEUZE, 2003, p. 20)

Caracterizado como um mix das mídias tradicionais, com as vantagens visuais da televisão, a mobilidade do rádio, a capacidade de detalhamento e análise do jornal impresso e da revista, o jornalismo online resulta em um meio multimidiático. “A multimídia pode oferecer texturas múltiplas para o jornalismo. Por exemplo, você pode ouvir o depoimento da testemunha ocular enquanto lê o relatório do jornalista” (WARD, 2006, p. 23).

Na concepção de Barbosa (2013), a evolução dos meios de comunicação e das modalidades de jornalismo está vinculada diretamente aos aparatos tecnológicos desenvolvidos ao longo do tempo.

A tecnologia sempre foi um fator preponderante para o aprimoramento dos procedimentos da produção jornalística, do trabalho dos profissionais, da oferta informativa, dos modelos dos produtos e dos formatos dos conteúdos, assim como permitiu vencer distâncias para que a velocidade de circulação das notícias pudesse superar as barreiras geográficas e temporais e chegar até o público, satisfazendo as necessidades de informação da sociedade. (BARBOSA, 2013, p.38)

Rodrigues (2009) argumenta que, devido à constante evolução tecnológica, buscar definições para o jornalismo online pode acabar tornando-se um processo permanente e necessário. “Em um cenário de mudanças trazidas pelas NTIC, as conceituações para esse campo profissional se tornam contingentes e provisórias” (RODRIGUES, 2009, p. 30).

Logo, a Internet, como ferramenta de comunicação, proporciona aos veículos de comunicação digitais características como instantaneidade, interatividade e a não-linearidade.

Segundo Pinho (2003), diferente das mídias tradicionais, a velocidade de disseminação da Internet transforma o jornalismo online em uma superestrada da informação - imediata e instantânea. Ward (2006, p. 5) acrescenta que esse é um caminho sem volta: “O acesso onipresente à informação digitalizada, usufruída por uma crescente porcentagem da população mundial, é um gênio que escapou da garrafa e não tem nenhuma intenção de voltar”.

As diferenças entre os meios tradicionais de comunicação e o online não se resumem à forma como o conteúdo jornalístico é disseminado. O trabalho de pesquisa, produção e publicação online também é diferente. “Um dos benefícios do meio online como ferramenta de pesquisa é a capacidade de fazer o que se fazia anteriormente, de forma mais ampla e rápida” (WARD, 2006, p. 19). Pela web, o jornalista tem acesso a um grande volume de dados e fontes variadas. Além disso, os jornalistas podem interagir com os internautas, receber informações complementares e obter o feedback do seu trabalho. Na opinião de Ward (2006), o material jornalístico, quando é publicado online, abre novas possibilidades de

disseminação da informação, além de estabelecer um relacionamento mais dinâmico e próximo com o leitor.

Na web, os sites jornalísticos podem oferecer ao internauta acesso a diferentes tipos de conteúdo que podem ser estáticos, apenas com textos e fotos, ou em movimento, com vídeos, mapas e gráficos animados. “Explorar um website com muitos recursos de conteúdo é como brincar com um jogo de xadrez tridimensional. Você pode se sentar no meio do site e avançar (imedição), para um lado (links para sites, histórias relacionadas e interatividade) ou para baixo no arquivo do próprio site” (WARD, 2006, p. 23). Tudo por meio de hiperlinks e navegação não-linear, não precisando necessariamente seguir uma sequência obrigatória de leitura das notícias postadas no site, diferente do rádio ou do jornal impresso que produzem conteúdo de forma linear.

Nesse caso, o acesso à informação precisa seguir uma sequência obrigatória, diferente da proposta apresentada no jornalismo online onde “o padrão de consumo é controlado pelo público, não pelo provedor. E é um consumo não-linear. Isso sugere necessidade de repensar o processo da narrativa tradicional; analisar um texto e reconstruí-lo para um público online e seus padrões de consumo não-linear.” (WARD, 2006, p. 24)

Além de oferecer liberdade para acessar e consumir o conteúdo online na ordem em que desejar, a não-linearidade é um elemento importante da interatividade e permite que o usuário escolha o que deseja visualizar, ignore o resto e interaja com o produto selecionado.

Canavilhas (2006, p. 2) também propõe definições de jornalismo online e webjornalismo/ ciberjornalismo:

no primeiro caso [jornalismo online], as publicações mantêm as características essenciais dos meios que lhes deram origem. No caso dos jornais, as versões online acrescentam a actualização constante, o hipertexto para ligações a notícias relacionadas e a possibilidade de comentar as notícias. No caso das rádios, a emissão está disponível online, são acrescentadas algumas notícias escritas e disponibilizam-se a programação e os contactos. As televisões têm também informação escrita, à qual são acrescentadas notícias em vídeo, a programação do canal e os contactos. Como se pode verificar, trata-se de uma simples transposição do modelo existente no seu ambiente tradicional para um novo suporte. Na fase a que chamamos

webjornalismo/ciberjornalismo, as notícias passam a ser produzidas com recurso a uma linguagem constituída por palavras, sons, vídeos, infografias e hiperligações, tudo combinado para que o utilizador possa escolher o seu próprio percurso de leitura.

O que Canavilhas (2006) especifica como webjornalismo ou ciberjornalismo é a mesma definição apontada por (SCHWINGEL, 2012, p. 36): “seu processo de produção contempla a atualização contínua, o armazenamento e recuperação de conteúdos e a liberdade narrativa com a flexibilização dos limites de tempo e espaço, e com a possibilidade de incorporar o usuário nas etapas de produção”.

Para Schwingel (2012), o ciberjornalismo, como prática jornalística, é caracterizado por incorporar diferenciais como interatividade, multimidialidade, hipertextualidade e customização de conteúdo proporcionados pelo meio, neste caso, o ciberespaço. Neste artigo, utilizaremos a nomenclatura webjornalismo proposta por Canavilhas (2006). A utilização de tal classificação é pertinente já que o site Culturópolis nasce na Internet e não a partir da transposição de um meio de comunicação já existente como um jornal impresso, canal de televisão ou rádio.

Na atual conjuntura de produção e consumo de informações, acreditamos que o webjornalismo possui características essenciais para despertar o interesse desse usuário multiconectado, como apontam Schwingel (2012), Ward (2006), Canavilhas (2006), e Deuze (2003). Entre elas, destacamos a necessidade de adotar um processo de construção do texto para o público online levando em consideração padrões de consumo não-linear, ou seja, deixando que o usuário escolha a forma e a ordem como ele deseja acessar e consumir a informação. Além disso, incorporar à prática jornalística diferenciais como interatividade, multimidialidade, hipertextualidade e customização de conteúdo.

Pensando nisso, é válido apresentar nesta atualização de teorias, o modelo de pirâmide deitada proposto por Canavilhas (2006) e dividido em quatro níveis de leitura. No primeiro nível, chamado de unidade base, assim como na pirâmide invertida, traz o lead com as tradicionais perguntas: o que? quando? quem? e onde? No segundo, que é o da explicação, o autor deve responder ao por quê? e ao como? No terceiro nível, chamado de contextualização, usa-se as ferramentas multimídia disponíveis na Internet como vídeo, podcast, infografia, fotos e vídeo em 360

graus. O último nível, a exploração, conecta a notícia a arquivos externos. É o momento que se usa os hiperlinks que ligam a matérias relacionadas ou a outras páginas com assuntos em comum.

Nas edições online o espaço é tendencialmente infinito. Podem fazer-se cortes por razões estilísticas, mas não por questões espaciais. Em lugar de uma notícia fechada entre as quatro margens de uma página, o jornalista pode oferecer novos horizontes imediatos de leitura através de ligações entre pequenos textos e outros elementos multimídia organizados em camadas de informação. (CANAVILHAS, 2006, p. 7)

O autor argumenta ainda que sustentar a técnica da pirâmide invertida para conteúdos produzidos online é limitar o webjornalismo e suas principais potencialidades como a arquitetura da notícia aberta e a navegação hipertextual livre. “A técnica da pirâmide invertida, preciosa na curta informação de última hora, perde a sua eficácia em webnotícias mais desenvolvidas, por condicionar o leitor a rotinas de leitura semelhantes às da imprensa escrita” (CANAVILHAS, 2006, p. 12).

É necessário atualizar também o conceito de Web 2.0 muito utilizado nas discussões sobre jornalismo online. Na Web 2.0, a principal característica é a interatividade homem-homem. O termo foi criado por Tim O’Reilly^{xi} para designar um conjunto de sites, serviços, comunidades e novas ferramentas surgidas na Internet no início do século XXI, que potencializaram a participação dos internautas na produção e na organização de conteúdo online. Hoje, já se fala na Web 3.0, apontada como uma promessa de Internet mais transparente, participativa e descentralizada.

De acordo com Tsuchiya (2022), o termo Web 3.0 surgiu em 2006 como Web Semântica sendo criado por John Markoff. Inicialmente, a definição versava sobre como os conteúdos criados e espalhados pela web estariam mais conectados e melhor agregados de uma forma mais eficaz e inteligente por meio da semântica e da similaridade.

Se a Web 2.0 é marcada pela centralidade de plataformas, a Web 3.0 seria baseada, principalmente, na tecnologia blockchain ou Distributed Ledger Technologies - DLT, que possibilita o estabelecimento de uma rede descentralizada, sem um

controlador central, o que, por sua vez, permite registros e programação de funcionalidades imutáveis, transparentes e rastreáveis. (IP CAPITAL PARTNERS, 2021 apud TSUCHIYA, 2022, p.5)

A web 3.0 também traz novas possibilidades de produção de conteúdo jornalístico colaborativo e utilização de ferramentas de realidade virtual e aumentada. Contudo, é necessário desfazer uma confusão muito comum quando tratamos de Web 3.0 e Metaverso:

O termo metaverso é uma expansão das possibilidades a partir da Web 3.0. Enquanto a Web 3.0 traz um novo paradigma de descentralização, baseado principalmente nas tecnologias blockchains, o metaverso é a experiência que os usuários podem ter no futuro da internet. O metaverso seria imersivo, com realidade virtual, e representaria uma nova forma de vivência dos usuários. (TSUCHIYA, 2022, p.22)

Portanto, Web 3.0 e Metaverso não são a mesma coisa. Enquanto a Web 3.0 tem como uma das suas principais premissas a descentralização e a transparência dos dados. O metaverso pode ser considerado um ambiente gameficado que as pessoas podem acessar por meio de realidade virtual ou aumentada. Ele também traz grandes oportunidade de criação de conteúdo jornalístico.

2. Novas tecnologias e as mudanças culturais no ciberespaço

A cultura desenvolvida no ciberespaço é originária da propagação da informatização da sociedade, sendo fruto da sinergia entre a sociabilidade contemporânea e as novas tecnologias de informação e comunicação e por isso não pode ser considerada como o resultado do impacto das redes telemáticas sobre a cultura segundo Lemos (2002).

É importante salientar que o conceito de cultura estaria relacionado antropologicamente as mudanças históricas da humanidade uma vez que a própria palavra cultura originalmente significa lavoura ou cultivo agrícola e tem seu sentido alterado ao longo do tempo à medida que as comunidades evoluem da existência rural para a urbana, passando a designar o cultivo geral do intelecto, tanto individual como coletivo. “A ideia de cultura seria mais simples se ela tivesse

sido uma reação apenas ao industrialismo, mas ela foi também, bastante claramente, uma reação aos novos desenvolvimentos políticos, sociais, à democracia” (WILLIAMS, 2011, p.20). Ainda de acordo com o autor, a complexidade do termo cultural estaria intrinsicamente relacionada a instituições concretas como política, arte e ciência, as práticas sociais vigentes e as diferentes definições utilizadas em cada época.

Eagleton (2011) segue a linha defendida por Williams (2011), complementando que a partir de suas derivações, utilizamos a palavra cultura para descrever diversas atividades humanas, desde as mais intelectualizadas até as mais práticas como trabalhos laborais industriais e agrícolas. “Francis Bacon escreve sobre a cultura e o adubamento das mentes, numa sugestiva hesitação entre estrume e distinção mental. Nesse sentido, cultura significa uma atividade, e passar-se-ia ainda muito tempo até designar uma entidade” (EAGLETON, 2011, p. 11).

Portanto, quando falamos de cultura podemos esboçar um entendimento histórico que, “a palavra cartografa, assim, no âmbito do seu desdobramento semântico, a própria transição da humanidade de uma existência rural para uma existência urbana, da suinicultura para Picasso, da lavoura do solo para a divisão do átimo” (EAGLETON, 2011, p. 12).

Já a mídia tem um papel importante neste processo de difusão e formação cultural da sociedade uma vez que “a cultura veiculada pela mídia fornece o material que cria as identidades pelas quais os indivíduos se inserem nas sociedades tecnocapitalistas contemporâneas, produzindo uma nova forma de cultura global” (KELLNER, 2001, p.9). O conteúdo cultural transmitido pelos canais midiáticos ajuda a unir o tecido da vida cotidiana e contribui na formação de identidades, comportamentos sociais e até da opinião política das pessoas como esclarece Kellner:

A cultura da mídia também fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de “nós” e “eles”. Ajuda a modelar a visão prevalecente de mundo e os valores mais profundos: define o que é considerado bom ou mau, positivo ou negativo, moral ou imoral. (KELLNER, 2001, p.9)

Essa cultura midiática permeia nossa sociedade como um todo, exercendo uma grande influência sobre o que será consumido como cultura. Muitas vezes priorizando uma única expressão cultural e suprimindo outras devido a questões de cunho financeiro e ideológico. Por isso é importante como lembra Kellner (2001) aprender a ler, interpretar e desenvolver o senso crítico sobre a mídia como uma forma de resistir ao poder de manipulação que ela exerce sobre os indivíduos em relação à mídia e a cultura dominante. Desse modo, as pessoas “poderão aumentar sua autonomia diante da cultura da mídia e adquirir mais poder sobre o meio cultural, como os necessários conhecimentos para produzir novas formas de cultura” (KELLNER, 2001, p.10). Tal perspectiva está em consonância com a ideia da Web 3.0 e um promessa de cultura online mais transparente, participativa e descentralizada apresentada como um dos cernes deste trabalho.

3. Plataformas e ferramentas de informação e comunicação no-code

Até poucos anos atrás era necessário a contratação de profissionais da área de sistemas de informação e web design para desenvolver e programar um site jornalístico. Hoje temos à disposição as plataformas no-code^{xi}. Traduzindo, no-code quer dizer sem códigos, ou seja, possibilita o desenvolvimento de aplicativos, sites e softwares a partir de comandos simples, como arrastar e soltar. Além disso, esses sistemas têm interfaces acessíveis e simples de operar, já que são feitos pensando exatamente em quem não domina linguagens de programação voltadas para web. No-code também pode ser considerado um método de programação que não necessariamente envolve o uso de código, dependendo apenas de ferramentas de interface gráfica voltadas para o usuário.

Como a plataforma open source responsiva Wix^{xi} que permite a criação de sites sem conhecimento específico de linguagem de programação que facilitam a confecção de sites dos mais variados tipos: de e-commerce ao jornalístico. Além disso, agora contamos com diversas ferramentas e plug-ins que podem ser adicionados aos sites facilmente. Esses plug-ins possibilitam a incorporação de vídeos, playlists, slideshow de fotos, linha do tempo interativa, infográficos, newsgames entre outros. Recursos multimídia que apenas programadores

Além do Wix, existem inúmeras opções de plataformas no-code disponíveis para a construção de sites como o Canva^{xi}, que também é voltado para a produção de artes gráficas em geral e apresentações. O Webflow^{xi}, uma poderosa plataforma no-code que promete sites com aparência profissional e bancos de dados personalizados sem precisar entender de programação. E o Carrd^{xi}, voltado para a criação de sites mais simples, com uma única página, permitindo a

personalização de templates já existentes ou a criação de um site do zero. Esses são apenas algumas opções disponíveis e que contam com versões gratuitas e pagas. Além desses, é possível encontrar diversas plataformas no-code para áreas específicas como o desenvolvimento de aplicativos móveis, contabilidade, agronegócios, turismo entre outros. Todas essas ferramentas listadas acima possibilitam a produção de conteúdo de uma forma mais fácil, criativa e ampla. Não restringindo o trabalho jornalístico devido a questões técnicas encontradas na década passada e contribuindo para enriquecer o jornalismo online.

Porém é importante ressaltar que, apesar dos avanços para tornar essas plataformas cada vez mais amigáveis e de fácil utilização, ainda existem limitações técnicas em relação a produção de reportagens que envolvem incorporação e cruzamentos de grandes bases dados e outras técnicas mais robustas empregadas na publicação de grandes conteúdos jornalísticos, como os conteúdos longform^{xi} desenvolvidos por editorias como o TAB, do portal UOL e o norte-americano The New York Times por exemplo.

É fato também que plataformas como Wordpress e o Blogger já ofereciam há algum tempo ferramentas que possibilitavam a incorporação de mídias externas, além de modificações no design e na estrutura do blog, trazendo a mesma premissa do conceito no-code. Contudo, esses recursos sempre foram limitados e, na maioria das vezes, ainda dependiam de conhecimentos básicos de linguagem de programação HTML. O que não é necessário em plataformas online atuais como o Wix.

Além das plataformas de criação de sites, existem as aplicações no-code que podem ser utilizadas para a produção de conteúdo jornalístico online como as ferramentas digitais Timeline^{xi}, que gera uma linha cronológica interativa sobre qualquer assunto ou tema, um recurso disponibilizado pelo Knight Lab, da Northwestern University, de Chicago (EUA) e o Thinklink^{xi}, ideal para o desenvolvimento de conteúdo audiovisual, inclusive de material em 360°, a partir do mapeamento de imagens e vídeos e inserção de elementos interativos. E as plataformas Genially^{xi} e Infogram^{xi} destinadas à produção de infográficos de forma fácil e intuitiva.

Figura 3 - Com o recurso Timeline é possível fazer uma reportagem sobre a evolução dos computadores pessoais.



Fonte: Northwestern University Knight Lab

Fonte: Knight Lab

Figura 4 - A ferramenta também é útil para apresentar informações adicionais sobre eventos esportivos



Fonte: Thinglink

Considerações finais

Os meios de comunicação evoluem e absorvem as tecnologias disponíveis em cada época para suprir as demandas informacionais geradas pela sociedade. Por isso, compreender o comportamento cultural das pessoas na Internet é essencial para desenvolver produtos comunicacionais que sejam interessantes e dialoguem com esse público online.

Para Marcondes Filho (2002), o que realmente interessa para uma sociedade culturalmente desenvolvida não é qualificar os produtos culturais, mas dispor de critérios e mecanismos de interação de modo que seja possível selecionar, criticar e interpretar com diversidade e autonomia, deste modo, criando espaços de interatividade qualificados.

Pensar novos formatos e incorporar nas rotinas jornalísticas plataformas e ferramentas amigáveis que contribuam para a produção de conteúdo jornalístico multimidiático sem a necessidade de conhecimentos avançados de linguagem de programação para web surgem como caminhos possíveis para o aprimoramento do jornalismo online.

E com isso, incorporar novos formatos, narrativas comunicacionais a partir de tecnologias da comunicação e informação para buscar suprir de forma eficiente as demandas por conteúdo informativo avançando, mais uma vez, na proposta de criar um ambiente comunicacional hipermídia e interativo, pensado a partir das

possibilidades comunicacionais disponíveis online e para um público multiconectado.

Sem deixar de lado a usabilidade e a experiência que será entregue. Porque quando um site ou plataforma digital não possui uma interface amigável, responsiva e de fácil utilização, o leitor desiste e vai procurar informações em outro local e essa experiência cria uma frustração que dificilmente será desfeita um dia.

Não podemos esquecer que atualmente a informação é móvel, plataformizada e pode ser acessada de qualquer lugar, por meio de uma infinidade de dispositivos, diminuindo sua dependência de veiculação por meios estritamente impressos e analógicos. Pensando nisso, o jornalismo online deve buscar, constantemente, novas linguagens, formatos e suportes para alcançar e dialogar com o público que está o tempo todo conectado por meio de múltiplos dispositivos digitais.

Tecnologias imersivas como vídeos em 360 graus, em realidade virtual e realidade aumentada despontam como um gênero comunicacional que oferece novas possibilidades narrativas para a produção em ambientes de convergência. Além disso, a utilização de narrativas imersivas pode suprir de uma forma mais dinâmica as necessidades informacionais das pessoas, que estão cada vez mais imersas em ambientes híbridos, rodeadas por aparatos conectados em rede, de óculos e relógios até geladeiras e automóveis.

Referências

BARBOSA, Suzana. Jornalismo convergente e continuum multimídia na quinta geração do jornalismo nas redes digitais. In: CANAVILHAS, João. **Notícias e mobilidade: o jornalismo na era dos dispositivos móveis**. Covilhã: Labcom, 2013.

CANAVILHAS, João. (2006). Webjornalismo: Da pirâmide invertida à pirâmide deitada. In S. Barbosa (Org.). **Jornalismo digital de terceira geração** (pp. 25-40). Livros LabCom.

DEUZE, Mark. The *web* and its journalism: considering the consequences of different types of newsmedia online. **New media & society**, v. 5, n. 2, p. 203-230, 2003.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. 2a ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Tradução de Ivone Cstilha Benedetti. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LEMONS, André. Aspectos da cibercultura - vida social nas redes telemáticas. In: PRADO, José Luiz Aidar (Org). **Críticas das práticas midiáticas da sociedade de massa às ciberculturas**. 1ª ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

MARCONDES FILHO, Ciro. Mediacriticism ou o dilema do espetáculo de massas. In: AIDAR PRADO, José Luiz. (Org.). **Crítica das práticas midiáticas**. São Paulo: Hacker, 2002. pp. 14-26.

PINHO, J. B. **Jornalismo na internet: planejamento e produção da informação on-line**. São Paulo: Summus, 2003.

RODRIGUES, Carla. Ainda em busca de definições para o jornalismo *on-line*. In: _____ (org.). **Jornalismo on-line: modos de fazer**. Rio de Janeiro: Sulina, 2009.

SCHWINGEL, Carla. **Ciberjornalismo**. São Paulo: Paulinas, 2012.

TSUCHIYA, Alexandre Kenji. **Web 3.0, tecnologias relacionadas, e impactos econômicos e tributários no Brasil**. Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 2022. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/7252>>. Acesso em: 08 fev. 2023.

WARD, Mike. **Jornalismo online**. Tradução de Moisés Santos e Silvana Capel dos Santos. São Paulo: Roca, 2006.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell**. Trad. Vera Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SUBMETIDO: 06/12/2023

APROVADO: 18/04/2024

DO CEDOC AO MEMÓRIA GLOBO: PRESERVAÇÃO, ACESSO E USO AOS ARQUIVOS DE TELEVISÃO

From Cedoc to Memória Globo: Preservation, access and use of television archives

Jose Jullian Gomes de Souza^{xi}
Universidade Federal do Ceará - UFCE-CE

Resumo

Este estudo objetiva investigar como o Grupo Globo, a partir do Memória Globo, tem desenvolvido um projeto de preservação dos arquivos, promovendo - até certo ponto - o acesso e uso as imagens de televisão no ambiente digital. O quadro metodológico é formado pelo estudo de caso do Memória Globo, estratégia de pesquisa descritiva e uma discussão bibliográfica sobre a abertura pública aos arquivos de emissoras de televisão no Brasil. Destacamos, assim, que apesar do Memória Globo não ter sido desenvolvido com base no processo de abertura para os arquivos de televisão, o uso das ferramentas e plataformas digitais possibilita visualizar um caminho para este processo, potencializando o acesso e uso em caráter público, aberto e gratuito. Contudo, esta possibilidade ocorre dentro de certas limitações imposta pela empresa.

Palavras-chave: Arquivo audiovisual. Televisão. Ambientes digitais.

Abstract

This study aims to investigate how Grupo Globo, based on Memória Globo, has developed an archive preservation project, promoting - to a certain extent - access and use of television images in the digital environment. The methodological framework is formed by the case study of Memória Globo, a descriptive research strategy and a bibliographical discussion about the public opening to the archives of television stations in Brazil. We highlight, therefore, that although Memória Globo was not developed based on the opening process for television archives, the use of digital tools and platforms makes it possible to visualize a path for this process, enhancing access and use in a public, open manner. it is free. However, this possibility occurs within certain limitations imposed by the company.

Keywords: Audiovisual archive. Television. Digital environments.

Introdução

A

triade arquivo, memória e televisão perpassa a discussão central deste artigo centrando a sua atenção nos processos de acesso e uso, porém sem esquecer as

demais etapas: armazenamento, conservação, preservação e difusão dos arquivos de imagens da televisão brasileira. Historicamente, os arquivos de televisão tiveram e permanecem com o seu acesso dificultado, sobretudo pelo controle total das emissoras de televisão. Outra questão acerca dos arquivos reside no próprio processo de preservação, que ao longo da história da televisão brasileira, iniciada na década de 50, enfrentou e enfrenta problemáticas para a salvaguarda das imagens produzidas pela TV.

Com o avanço das possibilidades de retenção das imagens, a exemplo do videoteipe e tecnologias digitais têm funcionado como aliadas para as mídias tradicionais (impresso, rádio e televisão), quando direcionamos o olhar para o processo de salvaguarda e preservação do conteúdo midiático, especialmente no âmbito audiovisual. Os ambientes digitais minimizaram as distâncias, as barreiras e funcionam como uma expansão e extensão dos ambientes físicos de armazenamento dos arquivos audiovisuais. Entretanto, isso não significa esquecer que eles também apresentam suas falhas e desvantagens.

A história das mídias e produtos audiovisuais brasileiros, em suas diversas dimensões, ainda é repleta de lacunas, falhas e espaços vazios. Além disso, a historicidade das formas audiovisuais brasileiras, fundamental para a compreensão da sociedade, não pode ser vislumbrada ou apreendida para além de alguns rastros e articulações. Visto que, o seu acesso está restrito em Centros de Documentos, como no caso dos arquivos de telejornais de organizações privadas a exemplo da Rede Globo de Televisão, sendo necessário todo um processo de solicitação para utilização.

Outro fator que instiga o interesse a pesquisar sobre as estratégias de arquivamento e acesso e uso dos arquivos de televisão é pelo incêndio ocorrido na sede do telejornalismo da Rede Globo, no Rio de Janeiro situada no Jardim Botânico, em 1976. Em que seis ilhas de videoteipe foram destruídas pelo fogo. Dessa forma, parte da memória e história do próprio telejornal como de acontecimentos do Brasil e do Mundo foram perdidos definitivamente. Preocupação que pode ser estendida para outros arquivos da televisão, como no caso do entretenimento, do esporte etc. E que ajudam a ilustrar diversos produtos audiovisuais a partir de tais registros. É assim, que compreendemos a importância

da aliança entre os ambientes físico e digital, aqui, apresentada nesta pesquisa sob o estudo de caso do Memória Globo.

Compreendemos que há uma proposta de abertura para o acesso aos arquivos de televisão do Grupo Globo, que num passado recente, era totalmente fechado e restrito. Essa imbricação entre o físico e digital se apresenta como uma possibilidade em identificar como esses arquivos de TV extrapolam o Centros de Documentação e adentram os ambientes digitais. Assim, surge este estudo com o objetivo geral de investigar como o Grupo Globo, a partir do Memória Globo, tem desenvolvido um projeto de preservação dos arquivos, bem como o acesso e uso as imagens de televisão no ambiente digital.

O quadro metodológico é formado pelo estudo de caso do Memória Globo. De acordo com Yin (2005), o estudo de caso pode ser tratado como uma estratégia metodológica para a pesquisa em Ciências Humanas, que permite ao investigador a obtenção de um aprofundamento em relação ao fenômeno estudado. Além disso, tal estratégia metodológica favorece uma visão ampla acerca dos acontecimentos da vida real, destacando-se seu caráter de investigação empírica de fenômenos contemporâneos. Em conjunto, fazemos uso da estratégia de pesquisa bibliográfica sobre a abertura pública aos arquivos de emissoras de televisão, com base em estudos encontrados em periódicos e anais de eventos brasileiros como os Encontros Nacionais em História da Mídia e os Congressos em Ciências da Comunicação.

Destacamos, assim, que apesar do Memória Globo não ter sido desenvolvido com base no processo de abertura para os arquivos de televisão, o uso das ferramentas e plataformas digitais possibilita visualizar um caminho para essa abertura, acesso e uso em caráter público, aberto e gratuito. Ainda que há, claramente, uma seleção realizada dos arquivos para o acesso em caráter público. O que, por sua vez, apresenta a necessidade de uma discussão política sobre o desenvolvimento governamental de um banco de dados nacional das imagens de arquivo da TV, como existente em outros países.

1. Televisão, arquivo e memória

Os estudos sobre os arquivos audiovisuais perpassam, neste estudo, pela relação entre televisão e memória. Em seus mais de 70 anos de presença constante e cotidiana na sociedade brasileira, a televisão tem registrado diversos acontecimentos sociais, culturais, históricos, políticos, econômicos e tecnológicos. Tudo transformado em registro. São inúmeros e incontáveis registros, arquivados e resguardados nos Centros de Documentação (Cedoc), das emissoras de televisão no Brasil. Tais registros perpassam tanto pelo não-ficcional, como é o caso das imagens de arquivos dos telejornais, programas jornalísticos, documentários e entrevistas, como ficcionais: filmes, séries, telenovelas, programas de entretenimento que apresentam para os sujeitos um recorte em áudio e vídeo de uma temporalidade.

Assim, essa mídia audiovisual, que nasceu experimental e que em seu início pouco se preocupou com a preservação de imagens - cabe salientar aqui, o alto custo das fitas e a falta de uma mentalidade dos pioneiros da televisão para a preservação e posterior uso -, é uma das fontes fundamentais para entendermos a nossa história. Pois, as “Imagens em movimento possuem grande valor na educação e formação de nossas comunidades, capturando momentos representativos de nossa vida e de nossa sociedade e seus arquivos estão armazenados com informações valiosas e inexplorada” (BRASIL; PAVLIK, 2016, p. 32).

Como explicitam Bressan Junior e Moraes (2021, p. 33), “A televisão ainda é um desses mecanismos que coloca na cena cotidiana imagens que, simbolicamente, têm uma força de adesão ao conjunto”. Mas, a formação dessas imagens extrapola o cotidiano e funciona também como mecanismo de relação e pertencimento com as diferentes temporalidades (passado, presente e futuro) e sujeitos. As implicações desses registros se estendem para além do aqui e agora, visto que essas imagens de arquivo televisivo têm o poder não somente de trazer à tona imagens mentais de outros tempos, também despertar novos debates na contemporaneidade a partir dos seus registros para novos sujeitos.

Neste sentido, a relação entre televisão, arquivo e memória tende a trazer

[...] questões de temporalidades diferentes e modernidades em estágios distintos emergiram como peças-chaves para um novo entendimento rigoroso dos processos de globalização a longo prazo

que procurem ser algo a mais do que uma atualização dos paradigmas ocidentais de modernização (HUYSSSEN, 2000, p. 10).

Além disso, ao se referir sobre esse despontamento do interesse da globalização da memória pela sociedade atual, Huyssen (2000) destaca duas características: (a) a memória que se transformou numa cifra para os séculos XX e XXI e (b) uma dimensão que particulariza e localiza o uso dessas memórias. Este pensamento se relaciona, por exemplo, com o uso de tais arquivos de imagens de TV que estão sendo utilizados pelo Globoplay - como estratégia de mercado e aumento da audiência.

A partir disso, entendemos que essas imagens podem ser utilizadas como uma forma de (i) ilustrar uma reportagem ou programa de TV, situando o telespectador sobre a situação ou o fato narrado ou (ii) como objeto principal na elaboração de um produto independente, como filmes, documentários ou programas de TV que são desenvolvidos com base nesses fragmentos. Ademais, os grupos midiáticos entenderam que essas imagens de arquivo são mais do que registros e fontes de informação sobre o passado. Esses arquivos funcionam como fonte de monetização e desenvolvimento de novos produtos.

Para entender isso, basta olharmos para os programas como o Vale a Pena Ver de Novo, que reprisa as telenovelas do passado na TV aberta ou o Canal Viva, na TV por assinatura. No primeiro caso, os arquivos de imagens do Cedoc preenchem um espaço na grade de programação; já no caso do Canal Viva, temos uma forma de rememoração constante dos produtos televisivos de tempos passados que são retransmitidos ao público, como telenovelas e minisséries. E programas de televisão como é o caso do Arquivo N, da GloboNews, que se dedica a “resgatar” os fatos e personalidades que marcaram época.

Expandido os usos desses arquivos audiovisuais para além da televisão, o Grupo Globo também vem disponibilizando os seus arquivos no serviço de streaming Globoplay, através do Projeto Resgate de antigas telenovelas disponibilizadas na íntegra no streaming (em formato de áudio e vídeo originais). O que sugere que há também uma nova forma de arquivar essas imagens para além do Cedoc, nos fazendo refletir que “[...] o armazenamento, acesso e difusão do conteúdo audiovisual da TV é reconfigurado pela interação digital, mobilidade e

ubiquidade das mídias como forma de se aumentar a audiência e de se fazer presente em mais de um ambiente midiático (AUTOR, 2020, p. 203).

Villela (2019) corrobora com a discussão ao dizer que a televisão funciona tanto como um testemunho de um tempo histórico, quanto na promoção da fixação de uma memória social sobre os eventos do passado e do presente. E esse exercício de fixação é intensificado quando visualizamos os diferentes usos desses arquivos na grade de programação da TV ou mesmo na composição narrativa de um determinado produto - a exemplos das inúmeras reportagens jornalísticas ou documentários que estão sendo produzidos na contemporaneidade e fazem um uso massivo desses arquivos de TV.

Como destacado por Magalhães e Silva Sobrinho (2014, p. 125), “[...] todo arquivo é uma prática social constituída por gestos de interpretação, que como tal, tem como premissas as condições materiais de produção que permitiram sua efetivação e a ideologia predominante na sua elaboração. Pois, o arquivo “[...] é o resultado de prática sócio históricas, e, por isso, possível de silenciamentos conscientes e de equívocos inconscientes por parte dos sujeitos que o elaboram e o organizam” (MAGALHÃES; SILVA SOBRINHO, 2014, p. 125).

Nesse entremeio, destacamos a importância e necessidade em compreender a relação entre televisão, arquivo e memória, que perpassa pela questão de preservação, acesso e uso particularmente quando tratamos sobre o acesso e uso por atores sociais que não pertencem as emissoras de televisão, a exemplo de pesquisadores ou sujeitos que desejam acessar os registros audiovisuais da televisão. Logo, nos direciona para refletir sobre as possibilidades de pensar sobre um acervo em caráter de acesso público as imagens da televisão brasileira.

2. A problemática do acesso e uso aos arquivos de emissoras de televisão

Diferentemente de países como França, Inglaterra e Estados Unidos, no Brasil ainda não há uma política pública efetiva acerca da concentração e guarda, em âmbito público, das imagens de televisão das emissoras. Tal realidade afeta diretamente o processo de armazenamento, preservação, difusão, acesso e uso

das imagens de arquivos das TVs - que estão sob o domínio de cada emissora, com regras e normas próprias de salvaguarda e acesso deste material televisivo.

Cabe destacar que as emissoras de televisão, apesar do capital de investimento ser privado, são concessões públicas com tempo determinado de execução (15 anos) que podem ou não ser renovado pelo governo. Ao partir desse viés para refletir sobre o acesso e uso das imagens de televisão, compreendemos como sendo necessário a existência de uma política pública audiovisual com a finalidade de captar essas imagens e desenvolver um banco de dados em caráter público.

As imagens de arquivo resguardam grande parte da história da sociedade brasileira, cobertura de grandes eventos culturais, históricos e políticos funcionando como importantes registros informacionais em caráter audiovisual da nossa sociedade. Uma vez que o acesso e uso estão restritos por cada emissora coloca em discussão o direito de acesso à informação televisiva. Um dos grandes defensores dessa discussão é o professor Antonio Brasil, que traz a discussão sob o ponto de vista dos arquivos de telejornais.

[...] telejornais são mais do que meros programas de televisão. Eles são também registros audiovisuais subestimados não-oficiais da nossa história recente e deveriam estar disponíveis em instituições públicas como bibliotecas ou arquivos, pelo menos para consulta e sem contratempos, para pesquisadores interessados (BRASIL; PAVLIK, 2016, p. 32).

Contudo, “[...] esses conteúdos jornalísticos ainda se encontram armazenados em arquivos e centros privados de documentação das emissoras de TV brasileiras. O acesso a esses conteúdos pelos pesquisadores ainda é limitado e restrito” (BRASIL, 2011, p. 1). Mas, os arquivos de telejornais são apenas um exemplo dos tipos de arquivos de televisão que contêm informações fundamentais sobre a história da humanidade.

Os programas de entretenimento ou mesmo os ficcionais também podem funcionar como base para entender o passado, mediado por esses arquivos de imagens. Uma telenovela, por exemplo, pode corroborar na compreensão de costumes, vozes, paisagens e hábitos sobre uma sociedade. Um filme pode funcionar como um arquivo de imagem sobre determinada localidade ou período

histórico. De acordo com Rodrigues (2018), o uso de arquivos no cinema pode ter três formas: a) o arquivo como fonte de pesquisa; b) os filmes que se utilizam das imagens de arquivo para construir novas histórias e; c) o cinema que recorre aos arquivos de imagens.

Para tornar mais clara a compreensão, vale destacar a diferença entre imagens de arquivo e arquivo de imagens.

Enquanto a primeira se trata de imagens fotográficas e audiovisuais que são produzidas com fins diversos e se encontram em condições de arquivamento por estarem fora do circuito de uso, os arquivos de imagem são aqueles que foram produzidos com objetivo específico e que ainda estão em circulação ou foram arquivados temporariamente para depois serem resgatados e trabalhados (RODRIGUES, 2018, p. 25).

Ou seja, esse processo de organização das imagens pode ser compreendido dentro da perspectiva de que há dois tipos de arquivos, sendo ambos internos: o primeiro, as imagens de arquivo de telejornais, programas e telenovelas que ocorrem normalmente no cotidiano de uma televisão; já no segundo caso, há a construção de um arquivo de imagens com base nas intenções futuras de uso dessas imagens para um posterior uso. Enquanto um arquivo é criado para resguardar o produto já finalizado, no outro caso as imagens são armazenadas visando tornarem-se úteis em algum momento do processo de produção. E isso não somente no cinema, mas na própria televisão.

E esse processo de organização, quando discutimos sobre o acesso e uso, está inteiramente ligado com o público interno das emissoras de televisão. Assim, conforme Busetto (2014, p. 382):

A ausência do registro audiovisual televisivo se interpõe como um primeiro limite à pré-produção da pesquisa interessada em analisar historicamente os estilos e as formas dos programas ou as noções e representações sobre diversos temas veiculados na programação durante as fases iniciais da história da TV. Mas o estudo de igual objetivo acerca da produção televisiva mais recente encontrará também obstáculos, ainda que tal material tivesse sido arquivado em maior quantidade e em melhores condições, quando comparado ao produzido até os anos de 1970. Neste caso, a limitação surgirá, sobremaneira, por conta de questões ligadas à natureza da organização dos arquivos televisivos e no que diz respeito ao acesso a eles.

Busetto (2014, p. 382-383) remonta a discussão iniciada por Brasil (2011), quando diz que, “Poder acessar ou não o material televisivo dependerá se a guarda e o arquivamento dele se encontram sob o domínio de um arquivo público ou tão somente nos centros de documentação das emissoras”. Como, de modo geral, esses registros estão situados no Cedoc das emissoras, o acesso dependerá de um protocolo a ser seguido pelos interessados. Além disso,

Frente a isso, Brasil e Frazão (2012, p. 14) expõem que “O acesso livre à nossa memória televisiva é questão fundamental e estratégica para a preservação da democracia no Brasil”. Todavia,

[...] o maior obstáculo é anterior à própria situação em foco, isto é, a ausência ou inconsistência da tomada de posições favoráveis à constituição de arquivos ou acervos públicos dedicados ao audiovisual televisivo. Por enquanto a instituição de arquivos públicos próprios para o audiovisual televisivo ou a criação de acervos deste material em arquivos públicos em funcionamento tem sido numericamente restrita no mundo ocidental, com destaque ao caso francês e ao britânico (BUSETTO, 2014, p. 383).

Como destacado anteriormente, o acesso é apenas uma das pontas desse processo que envolve e cerca os arquivos de televisão. E no caso brasileiro, esse problema não é restrito somente as emissoras comerciais, visto que mesmo as emissoras públicas também não apresentam garantias de acesso público aos seus acervos. Assim, temos a presença de algumas entidades e órgãos estatais que tentam viabilizar esse processo de acesso a memória das imagens de arquivo da televisão, como no caso da Cinemateca Brasileira, em São Paulo, e do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Lugares que possuem registros audiovisuais da primeira emissora de TV do Brasil: a TV Tupi.

Ainda assim, há problemas em torno dessas instituições e descaso por parte do governo em fornecer subsídio para a manutenção e funcionamento desses equipamentos culturais. A estratégia desse órgão, tanto no armazenamento quanto no acesso, dialoga com o uso das novas tecnologias para garantir o acesso, assim como explicitado por Brasil e Frazão (2012), como uma possibilidade de garantir o acesso público aos arquivos.

Para tanto, vamos discorrer sobre uma viabilidade de acesso aos arquivos da televisão do Grupo Globo no ambiente digital, a partir do caso do Memória

Globo (MG). Apesar da ideia inicial não ser a disponibilização para o público externo à TV desses arquivos, mas, sim, a construção de uma memória institucional, o MG pode funcionar como um exemplo a ser utilizados por outras emissoras de televisão no Brasil, para armazenar, preservar e possibilitar o acesso as imagens de arquivos da TV.

3. Memória Globo: uma proposta de acesso público aos arquivos da TV

De acordo com informações da plataforma digital, o Memória Globo foi criado em 1999 com o propósito de resgatar e contar a história do Grupo Globo. Ou seja, o objetivo inicial do projeto era de construir uma memória sobre e para o grupo midiático, com a ajuda de todo o material audiovisual das emissoras. Ainda conforme a plataforma, a memória do Grupo Globo é construída com o aporte de diferentes profissionais como pesquisadores, editores de conteúdo e produtores, bem como do desenvolvimento de um projeto de memória oral, com profissionais que fizeram e fazem parte das empresas.

Mediante as essas informações iniciais é possível explicitar que o objetivo inicial do Memória Globo não é o de elaborar um espaço ou lugar de memória para o uso dos sujeitos internos, como forma de facilitar o acesso ao material audiovisual. Contudo, podemos analisar a estratégia do Memória Globo sob esse prisma e encará-lo como um espaço de preservação, difusão, recuperação, acesso e uso no ambiente digital dos arquivos de imagem da televisão brasileira. E isso se revela enquanto uma prática inovadora de uma emissora de televisão no Brasil, pois apesar de não disponibilizar todo o material dos seus Centros de Documentação, o MG já sinaliza um grande volume de conteúdo que pode ser acessado pela comunidade externa.

O portal está estruturado em 9 pilares, além de informações como o “Grupo Globo”, “Memória Grupo Globo”, “Princípios Editorais” e “Quem Somos”:

Quadro 1 - Estrutura das informações no Memória Globo

	• Novelas • Minisséries • Seriados • Humor • Auditório e variedades
--	---

Entretenimento	• Infantojuvenis • Musicais e shows • Reality shows • Especiais
Jornalismo	• Telejornais e programas • Coberturas • GloboNews
Esporte	• Eventos e coberturas • Telejornais e programas
Perfis	• Destaques (com algumas personalidades) • Entretenimento • Esporte • Jornalismo
Produtos Digitais	• G1
Erros	• Diretas Já • Debate Collor versus Lula
Acusações Falsas	• Concessões de canais • Caso Time-Life • Proconsult • BNDES e renegociação de dívida • Queda do aviação da Gol • Caso da Bolinha de Papel • Direitos de Transmissão Copa do Mundo de 2002
Exclusivo Memória Globo	• Projetos especiais • Publicações • Memória.Doc
Memória.Doc	• Esporte • Entretenimento • Jornalismo • Institucional

Fonte: elaboração própria com base em Memória Globo [s/d].

A partir das informações no Quadro 1 podemos observar que o portal digital organiza os seus arquivos por diferentes categorias. Cada um dos 9 tópicos identificados traz um determinado tipo de informação que está relacionado com a história da televisão, com a história do grupo de mídia e também com a sociedade. Cabe a nós salientar que esses documentos audiovisuais contidos nesses arquivos e registros representam uma visão específica, no caso a do Grupo Globo. Isso não significa que tais documentos e arquivos não sejam válidos, mas que antes é necessário compreender o ponto de partida da produção de informações, pois isso acarretará também na visualização das informações que foram disponibilizadas. Como já dito, os arquivos do Grupo Globo não estão todos disponibilizados no Memória Globo. O que demonstra que há, visivelmente, uma

seleção daquilo que a mídia quer que seja lembrado e também que seja esquecido - o duplo esquema que envolve a memória: lembrança e esquecimento. Todavia, como este não é o objetivo deste estudo apenas destacamos a observação visto que seja necessário fazer tal ponderação.

A importância do projeto Memória Globo reside na possibilidade real das empresas de comunicação, especialmente no caso da TV, realizarem esta abertura dos seus arquivos audiovisuais. E os mecanismos da mídia digital tendem a facilitar tal processo, a partir da digitalização do acervo físico e a disponibilização online desse material. Assim, tanto para pesquisadores que desejam ter acesso ao material quando para cidadãos que buscam acessar o tempo passado através dos registros, o Memória Globo possibilita, parcialmente, esse feito.

Recentemente, em celebração aos 70 anos de telenovelas no Brasil, o Memória Globo disponibilizou uma página dedicada a esse produto cultural audiovisual que faz parte da história da sociedade e que acompanha o próprio desenvolvimento do ser humano.

Figura 1 - Disponibilização sobre as informações das telenovelas no Brasil



Fonte: Reprodução Memória Globo.

As informações estão organizadas por décadas (1960-2020) e apresentam diversas informações sobre a telenovela, tais como: título, data de estreia, horário de exibição (uma ficha técnica). Com a possibilidade da hipertextualidade, o usuário pode clicar na imagem da telenovela e obter maiores informações como um resumo da história, número de capítulos, autoria, direção, acesso a uma galeria de fotos e curiosidades. Assim, o Memória Globo constrói um acervo que extrapola o audiovisual, fornecendo informações textuais e fotográficas para compor um campo mais repleto de dados e informações sobre o produto, no caso a telenovela.

O mesmo caso acontece nos arquivos do jornalismo. Subdividido em três categorias (Quadro 1), as informações podem ser acessadas de acordo com o

interesse do usuário. Os arquivos estão disponibilizados por ordem cronológica (Figura 2):

Figura 2 - Arquivos dos programas jornalísticos do Grupo Globo



Fonte: Reprodução Memória Globo.

No caso do arquivo do Jornal Nacional, o primeiro telejornal transmitido em rede e o mais antigo a estar presente na grade de programação da televisão brasileira (desde o dia 1º de setembro de 1969), várias informações podem ser visualizadas nos arquivos, tais como: História, Aniversários, Apresentadores, Cenários, Aberturas, Tecnologias, Reportagens e Entrevistas, Séries, Curiosidades, Prêmios, Ficha Técnica e Fontes.

Figura 3 - Arquivos audiovisuais do Jornal Nacional

O PRIMEIRO TELEJORNAL EM REDE DO BRASIL



Fonte: Reprodução Memória Globo.

A abertura inicial desses arquivos audiovisuais de emissoras de televisão, como no caso das empresas do Grupo Globo, demonstra, inicialmente, a necessidade de discussão em níveis político e acadêmico, sobre a importância do acesso e uso a esses arquivos. Não se trata apenas de acessar as imagens de um passado construído midiaticamente, mas, antes, de compreender a informação

audiovisual televisiva como uma fonte de informação pública. Esse pensamento nos remonta ao que Brasil (2011), explicita sobre a questão dos arquivos de TV serem considerados públicos, visto que as emissoras são concessões públicas. Logo, é preciso pensar na importância da elaboração de uma política pública e de um arquivo das imagens de TV com acesso gratuito e aberto.

O caso do Memória Globo trata-se de uma possibilidade, de uma iniciativa privada e que pode servir de exemplos para outras emissoras públicas, estatais e comerciais brasileiras. A organização das informações no portal do Grupo Globo também facilita que as informações sejam recuperadas e acessadas, sem que o usuário tenha grandes dificuldades de encontrar um produto audiovisual. O que pode acontecer é o fato de um determinado arquivo que seja buscado não estar disponível, já que, como mencionado, há nitidamente um controle de informações que foram arquivadas e disponibilizadas no Memória Globo.

Entretanto, quando falamos de práticas de uso e regimes de visibilidades dos arquivos audiovisuais, sobretudo os de TV, há que se considerar e ponderar a importância do Memória Globo. São milhares de arquivos e de hora gravadas que podem ser acessadas, e que corroboram com o desenvolvimento de pesquisas sobre o audiovisual brasileiro, sobre as leituras que as emissoras do Grupo Globo estão fazendo sobre os fatos históricos, coberturas jornalísticas entre outros. Até mesmo o que está sendo mostrado e o que não está sendo disponibilizado na plataforma digital torna-se assunto de reflexão.

Mas, voltando para o direcionamento sobre o acesso e uso aos arquivos de televisão de emissoras no Brasil, o projeto Memória Globo explicita um caminho que pode ser trilhado pelas demais emissoras de TV brasileiras. Isso possibilita não somente que a memória da televisão brasileira seja resguardada em banco de dados digitais, mas que ao tornar essa memória aberta, pública, torna-se também possível o compartilhamento de fragmentos da história do país, que estão registrados e resguardados nesses grandes arquivos físicos dos Cedocs.

Além disso, quando pensamos em todo o processo de solicitação para acessar esses arquivos (desde a solicitação até a obtenção de uma resposta), os ambientes digitais tendem a diminuir essas barreiras - ao menos com uma parcela desses arquivos disponíveis digitalmente. Desse modo, os ambientes digitais

tendem a estruturar e proporcionar uma relação mais dinâmica no momento da pesquisa em bancos de dados de imagens de televisão, bem como funcionam como essa virtualização da memória televisiva brasileira. Assim, ambientes digitais como o Memória Globo não precisam funcionar apenas como um caminho para a memória organizacional, mas como entremeio entre as emissoras e os usuários, pesquisadores, curiosos ou sujeitos, em geral, que buscam obter acesso a memória dos arquivos de televisão.

Dessa forma,

Com a abertura da comunicação no formato digital foram estabelecidos **novos modelos de disponibilização da informação, passando pelo acesso, uso (re)apropriação para a construção de uma memória audiovisual em ambientes digitais** como observada em sites, redes sociais, aplicativos de vídeos e serviços de streaming (seja de forma institucionalizada ou produzida por outros sujeitos, a exemplo de canais na plataforma YouTube) (AUTOR, 2021, p. 112, grifo nosso).

Além do que foi citado pelo referido autor, compreendemos que a expansão dos arquivos de televisão para ambientes digitais explora outras possibilidades do regime de visibilidade desses arquivos audiovisuais, a exemplo da formação de um banco de dados da memória audiovisual televisiva. Como explica Machado (2006, p. 8), as bases de dados “[...] permitem a estruturação das informações de modo combinatório, apresentando-as de forma mais flexível e conforme os requerimentos do usuário ou dos vínculos ativados por cada um na navegação”.

Diante o que foi apresentado no Quadro 1, essa evidência apontada por Machado (2006) pode ser identificada no que se refere ao Memória Globo. As informações estão organizadas e combinadas de acordo um sistema próprio de organização e disponibilização das informações audiovisuais televisivas. O acesso e uso, assim, acontece de acordo com a busca e o interesse do sujeito durante a navegação na plataforma digital.

Ademais, “[...] o arquivamento e o acesso garantido a acervos televisivos são expedientes cruciais ao **avanço do conhecimento histórico sobre a TV**, bem como para o uso do material televisivo como fonte para pesquisas de diferentes temas referentes ao período mais contemporâneo” (BUSETTO, 2014, p. 384, grifo nosso). Assim, ao relacionarmos o projeto Memória Globo com a fala do autor,

compreendemos que a expansão dos arquivos de televisão para o ambientes digitais pode ocorrer não apenas no caso da Rede Globo, mas para outras emissoras de TV brasileiras.

Apontamentos finais

A proposta de abertura aos arquivos de televisão com o estudo de caso do Memória Globo demonstra uma viabilidade de arquivamento, difusão, acesso e uso aos arquivos audiovisuais no âmbito televisivo no Brasil, a partir do processo de digitalização dos acervos e disponibilização online. Essa viabilidade dos documentos audiovisuais migrarem do físico para o digital demonstra uma preocupação que no início da história da televisão não aconteceu, seja pelo alto custo das fitas e da inexistência de técnicas, seja pela própria falta de preocupação em salvaguardar os registros dos primeiros acontecimentos da TV brasileira.

Apesar do Memória Globo possibilitar o acesso e uso aos arquivos, como registrado anteriormente esse não é o principal feito para a existência da plataforma digital. Mas, se apresentando como uma possibilidade, um recurso viável frente as potencialidades do uso das tecnologias digitais. Todavia, acreditamos ser um modelo de implantação que pode ser replicado pelas demais emissoras, criando um gigantesco banco de dados acerca das imagens da televisão, ficcionais e não ficcionais.

Uma discussão que fica em evidência e em aberto é a necessidade da aplicação de políticas públicas e a construção de um modelo de acesso público pelo governo, como já acontece em países da Europa e nos Estados Unidos. O recolhimento dessas imagens e a sua disponibilização poderão criar um sistema de memória audiovisual em caráter aberto e gratuito, visto que as emissoras de TV são concessões públicas e esses registros resguardam o desenvolvimento da história da sociedade brasileira - sob o ponto de vista midiático.

No caso do Grupo Globo, a disponibilização das imagens de forma oficial não acontece em plataforma digitais como no YouTube, por exemplo. Isso se deve ao fato de a empresa buscar monetizar esses arquivos, como na criação dos antigos DVDs e, atualmente, disponibilizando por meio do seu serviço de streaming: o

Globoplay. Isso também releve que um dos motivos para as dificuldades de acesso ao material audiovisual está relacionada com a questão econômica. Afinal, monetizar esses arquivos é mais interessante para as emissoras. E isso pode ser observado no contexto da pandemia da Covid-19, quando o Grupo Globo passou a disponibilizar as suas telenovelas antigas no Globoplay, na mesma estratégia de disponibilização das séries (uma temporada inteira para assistir sem pausas impostas pela lógica da TV).

Contudo, o Memória Globo nos mostra a importância da expansão dos arquivos audiovisuais da televisão para o ambiente digital e a necessidade do acesso aberto e público as imagens geradas, ao longo do tempo, pelos produtos midiáticos audiovisuais. Outras questões que não são o objetivo deste estudo podem ser exploradas como os arquivos que foram disponibilizados, o que eles contam ou o que o grupo midiático decidiu compartilhar? Quais as leituras que podem ser feitas, na relação com a memória, entre a lembrança e o esquecimento dos acontecimentos midiáticos? Questionamentos que podem servir de base para novos estudos e outros pesquisadores que se debruçam sobre o tema.

Dessa forma, a conservação e disponibilização dos arquivos de TV no ambiente digital tendem a facilitar a exibição desse conteúdo audiovisual, viabilizando novas práticas de armazenamento e salvaguarda do material, a exploração das novas tecnologias, transposição dos arquivos físicos e agora também digitalizados e novas formas de visibilidade, que inserem o sujeito/usuário dentro de um processo mais “autônomo” de uso do material disponibilizado.

Referências

BRASIL, Antônio; PAVLIK, John. Big data, código computacional e arquivos de notícias televisivas: implicação dos avanços nos métodos de investigação audiovisual para a qualidade do jornalismo. **Parágrafo**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 30-52, jul./dez., 2016.

BRASIL, Antonio. Dificuldades, limites e novas propostas para o acesso livre aos arquivos de telejornalismo brasileiros. *In*: X SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ANÁLISE DE TELEJORNALISMO: DESAFIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS, 10., 2011, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2011.

BRASIL, Antonio; FRAZÃO, Samira. Reflexões sobre o Acesso aos Arquivos de telejornais brasileiros. **Famecos**, Porto Alegre, v. 17, n. 28, 2012.

BRESSAN JUNIOR, Mario Abel; MORAES, Heloisa Juncklaus Preis. Arquivo televisivo: imaginário, memória e laço social revisitado. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 31-46, jan./abr., 2021.

BUSETTO, Áureo. Vale a pena ver de novo: organização e acesso a arquivos televisivos na França, Grã-Bretanha e no Brasil. **História**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 380-407, jul./dez. 2014.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

MACHADO, Elias. **O jornalismo digital em bases de dados**. Florianópolis: Calandra, 2006.

MAGALHÃES, Belmira; SILVA SOBRINHO, Helson Flávio. Práticas sociais, discurso e arquivo: a mídia e os gestos de leituras subjacentes. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 9, n. 11, p. 123-134, 2014.

MEMÓRIA GLOBO. **Memória Globo**. [s/d]. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

MEMÓRIA GLOBO. **Incêndio na Globo**. [s/d]. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/historia/incendio-na-globo/>. Acesso em: 16 jul. 2023.

RODRIGUES, André Araújo. **Ser arquivo, sertão**: a construção de um arquivo cinematográfico sobre o sertão brasileiro. 2019. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2019.

VILLELA, Lucas Braga Rangel. A televisão como campo de memória e representação social: Documento Especial: Televisão Verdade (1989 - 1995). **Fronteiras**, Chapecó, v. 1, n. 33, p. 6-25, maio 2019.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. *Porto Alegre: Bookman*, 2005.

SUBMETIDO: 06/12/2023

APROVADO: 18/04/2024

SAGRADO FEMININO E EXPERIÊNCIA CORPORAL: REPRESENTAÇÕES DO EU EM MÍDIAS SOCIAIS^{xi}

Sacred feminine and bodily experience: Representations of the self in social media

Valquíria da Silva Barros^{xi}
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Resumo

O objetivo desse texto foi investigar a articulação das noções de espiritualidade e felicidade relacionadas pelo movimento do Sagrado Feminino, apresentando de que forma esse movimento considera a experiência da performance feminina como fator de realização e felicidade, e como isso se expressa nas mídias digitais. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, interpretativa e de cunho exploratório que buscou compreender o significado do fenômeno em questão a partir da análise do conteúdo disponibilizado em mídias digitais. Os resultados apontaram que, de um modo geral, o movimento do Sagrado Feminino constitui-se uma ferramenta de empoderamento que parece oferecer à mulher contemporânea um modelo de resistência à dominação masculina sobre seus corpos e suas mentes.

Palavras-chave: Sagrado Feminino; Corpo; Experiência; Mídias Digitais.

Abstract

The aim of this text was to investigate the articulation of the notions of spirituality and happiness related by the Sacred Feminine movement, presenting how this movement attributes the experience of feminine performance as a factor of fulfillment and happiness and how this is expressed in digital media. Methodologically, this is a qualitative, interpretative and exploratory study that sought to understand the meaning of the phenomenon in question by analyzing the content made available on digital media. The results showed that, in general, the Sacred Feminine movement is an empowerment tool that seems to offer contemporary women a model of resistance to male domination over their bodies and minds.

Keywords: Sacred Feminine; Body; Experience; Digital Media.

Introdução

A modernidade, , dentre os séculos XVII e XX, corresponde a um período histórico da civilização ocidental em que se destacaram a autonomia da razão e o desenvolvimento do capitalismo esteve em evidência. Esse período caracterizou-

se por ser um sistema centrado na produtividade humana, resultado do crescimento populacional e da urbanização acelerada.

As teorias da pós-modernidade começaram a dar seus primeiros passos na metade do século XX, quando mudanças na história do pensamento e na técnica, impulsionadas pelos avanços da tecnologia e das comunicações, modificaram tal configuração da sociedade, solidificando-se com a queda do Muro de Berlim em 1989 e as crises ideológicas de países ocidentais.

A passagem do paradigma da modernidade para um paradigma da pós-modernidade vem sendo destaque de diferentes investigações, não havendo consenso a respeito da denominação desta época. No entanto, é possível identificar alguma convergência quanto ao fato de que vivemos um momento de transformação de valores, num contexto de capitalismo avançado.

Dentre os autores que destacam o período em questão como temática, encontramos Gilles Lipovetsky e Zygmunt Bauman que convergem em determinados aspectos e divergem em outros ou possuem linhas de pesquisa diferentes sobre alguns aspectos. Entretanto, ambos apontam características modernas no tempo presente (ainda que modificadas), evidenciando que, entre o que se configurou chamar de modernidade e pós-modernidade, não houve um rompimento efetivo que denunciasse o término concreto da modernidade para um início totalmente inovador da pós-modernidade.

Nesse contexto, o filósofo Lipovetsky (2004) adotou o termo hipermodernidade e o sociólogo Bauman (2001) cunhou modernidade líquida, dando, cada um, destaque para os aspectos mais relevantes da pós-modernidade - *hiper* relaciona-se a exacerbação, e *líquida* refere-se à fluidez. Característica marcante que ambos os autores evidenciam no processo que segue a sociedade contemporânea é a destradicionalização das sociedades e a centralização do sujeito dando destaque para a centralidade na experiência. Nesse contexto, o corpo tem papel relevante por intermediar as experiências proporcionando sensações orientadoras dos sentidos humanos.

Nessa perspectiva, propomos problematizar a relação do indivíduo com a pós-modernidade no contexto das vivências hipermediadas e compreender como essa relação se reflete nos modos de experimentar a espiritualidade deste

indivíduo. Tomamos as experiências femininas no âmbito da experimentação de uma espiritualidade considerada feminina e sagrada como viés de realização e felicidade da mulher. Analisamos as perspectivas do movimento do Sagrado Feminino como interlocutor da insatisfação feminina com o modelo androcêntrico norteador dos modos de ser e de sentir difundidos na era moderna. Esse movimento de mulheres toma por base técnicas corporais e rituais que visam a experiência espiritual integradora e reparadora das supostas memórias de dor e sofrimento recalcadas na existência feminina pelas experiências com o machismo.

O referencial bibliográfico que norteou as análises sobre a questão corporal foi tomado de David Le Breton, em *As paixões ordinárias* (2009). As reflexões sobre o impacto da forma de subjetividade na vida contemporânea e sua relação com a espiritualidade tomada como elemento constituinte da saúde basearam-se em Paula Sibilia (2015), com o texto *Autenticidade e performance: a construção de si como personagem visível*.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa (MINAYO, 2006) de base interpretativa e de cunho exploratório que buscou compreender o significado do fenômeno em questão (TURATO, 2005). É uma investigação que se ancora no campo da interdisciplinaridade (JAPIASSU, 1976), promovendo discussões que intercambiam saberes da ciência antropológica e da psicologia. Com o objetivo de alcançar maior familiaridade com o objeto, de modo a tornar explícitas suas particularidades, foi feita uma abordagem exploratória da temática (GIL, 2002), exploraram-se referências de cunho teórico e de resultados de pesquisas ou vinculadas ao tema, com vistas à ordenação e definição teórico-conceitual. Nesse sentido, a abordagem metodológica buscou, a partir da literatura, interpretar os sentidos que motivam a insurgência de modelos de culto ao feminino na contemporaneidade.

Notadamente, o ambiente virtual consolidou-se como campo de estudo que fornece vasto material de estudo disponibilizado na rede mundial computadores e as interações sociais neste espaço oferecem rico material de análise. A interação intersubjetiva na contemporaneidade assumiu contornos tecnológicos e o protagonismo da tecnologia na vida cotidiana dos indivíduos acena para novos modos de ser e de sentir compartilhados por grupos de indivíduos

que se utilizam dos meios digitais como suportes para suas interações sociais e comunicação de suas experiências (CASTELLS, 2002).

Nesse contexto, é possível observar transformações não só da subjetividade, mas também dos modos de experimentá-la e exprimi-la, e uma das evidências que corroboram essa transformação é o novo cenário que vem se delineando para compartilhamento da experiência corporal. Dentre os ambientes virtuais responsáveis pelo compartilhamento de experiências que se destacam são as páginas da Internet que difundem uma infinidade de recursos de experimentação da vida e da corporalidade. Nesse bojo, esta pesquisa baseou-se na análise de uma página intitulada *Santo Yoga*, responsável por compartilhar conteúdo direcionado para o público feminino, oferecendo técnicas supostamente capazes de contribuir com a felicidade feminina através da autorrealização.

A análise do conteúdo da página da Internet foi feita com base na técnica de Análise de Conteúdo (AC) de Bardin (2006), porque consideramos tal técnica compatível com o objetivo da investigação, porque como declara Chizzotti (2006, p. 98), “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”. Para Minayo (2001, p. 74) a AC é “compreendida muito mais como um conjunto de técnicas”, um importante instrumento para análise de informações sobre o comportamento humano, tendo duas funções: “verificação de hipóteses e/ou questões e descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos”. Nesse sentido, consideramos a técnica apropriada para o objetivo deste trabalho.

1. Relações entre indivíduo e processos sociais na pós-modernidade

O fenômeno global de desestruturação da sociedade tradicional e o desvanecimento de valores e princípios universais evidenciam, segundo Gilles Lipovetsky (2004), uma mudança radical no modo como o sujeito se vê a si mesmo e no modo como se relacionava com o outro, com a sociedade e com o seu tempo. A contemporaneidade vivencia uma forma de estar e de sentir personalizada,

centrada no “eu” individualizado, trata-se de uma existência individualista personalizada e, também pluralista sem acesso único à “verdade” e tudo parece girar em torno do “destino geral da efemeridade” (SPENGLER, 2009), destacando a incerteza a nível global como risco eminente.

Nesse contexto de incertezas, a globalização estabelece padrões culturais homogêneos e banalizados que se estendem a todas as instâncias da vida do sujeito, evidenciando um amplo conjunto de mudanças ocorridas nos mais variados campos da realidade. Segundo Gilles Lipovetsky, a ruptura com os padrões tradicionais sublinha a desagregação da sociedade e do indivíduo orientando a emergência de um novo contexto que aponta para um novo estilo de vida pautado no consumo em massa e no esgotamento das metanarrativas da cultura ocidental e das ideologias clássicas (LIPOVETSKY, 2004).

O autor destaca em *Os tempos hipermodernos* (2004) que a passagem do mundo industrial (modernidade) para a globalização (pós-modernidade) provocou mudanças significativas tanto no âmbito coletivo quanto individual, culminando em uma espécie de desorientação. Esse processo seria, segundo o autor, consequência da horizontalização dos laços sociais caracterizando aquilo que Lipovetsky chama de hipermodernidade e que seria uma segunda modernidade, oriunda do temor de um homem angustiado frente à liberdade de escolha proporcionada pela pós-modernidade. A possibilidade de escolha se caracteriza pelo excesso e pelo vazio, conferindo maior autonomia e liberdade ao sujeito e, em contrapartida, novas angústias. Confronta o homem diante desse “novo lugar” carente de referências, incitando-o a constantes questionamentos sobre as estruturas que organizam o mundo (SILVA apud LIPOVETSKY, 2005, p. 11).

No contexto da centralidade do indivíduo na sociedade contemporânea, a noção de sujeito emerge como ideia-chave que acompanha esta nova época que rompe com a noção de cogito cartesiano. O sujeito pós-moderno fragmentado é “composto não de uma única, mas de várias identidades contraditórias ou não resolvidas” (HALL, 1997, p. 12) que interagem numa sociedade pautada pelo desapego às tradições que se apresenta como realidade em constante movimento e (...) à medida que os sistemas de significação se multiplicam somos confrontados

por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis (...) (HALL, 1997, p. 12).

De acordo com Lipovetsky (2004), as sociedades democráticas passam por um remodelamento constante dos setores da vida social que determina um novo tipo de organização e de controle social em que prevalece um processo de escolhas privadas que se distanciam do processo disciplinar que caracterizava as sociedades até 1950. Ao se distanciar de uma norma social que preconizava a vinculação dentro de regras uniformes de caráter moral, protecionista, o indivíduo que emerge rompe com esse imaginário rigorista, cedendo lugar a novos valores que visam ao livre desenvolvimento da personalidade íntima, à legitimação do prazer, passando o indivíduo a imperar sobre a sociedade (LIPOVETSKY, 2004).

Sobre este aspecto, Anthony Giddens (2002) sublinha que, se há um consenso em praticamente todos os autores da atualidade que discorrem sobre o indivíduo na sociedade moderna, é o fato de “que o indivíduo experimenta sentimento de impotência em relação a um universo social cada vez mais amplo e alheio” (GIDDENS, 2002, p. 178). Nessa perspectiva, Stuart Hall (1997) aponta que quanto mais extensos e diversificados os sistemas sociais, mais o indivíduo vê-se privado de qualquer possibilidade de autonomia e “O sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades contraditórias ou não resolvidas (HALL, 1997, p. 12).

A cultura, que se constrói a partir da profusão das sociedades destradicionalizadas, ancora-se na interpretação individual dos saberes do social e do consumo encontrando eco nos discursos das redes que se desenvolvem com o avanço das tecnologias de comunicação, exacerbando as formas de sociabilidade ancoradas nos interesses individuais compartilhados entre seus agentes (CASTELLS, 2003).

O hipermoderno e o hipermediado seriam, portanto, conceitos que refletiriam o estado dessa cultura construída com base (LIPOVETSKY, 2004). Nesse novo cenário, do sujeito detentor de uma identidade desterritorializada e hipermediada emerge a urgência por pertencimento num contexto de transitoriedade e desapego em que “o temporário é a lei, tanto estética como

econômica, da cultura de massas, acompanhando estruturalmente o mundo moderno da velocidade e da inovação permanentes” (LIPOVETSKY; SERROY, 2010, p. 89).

No contexto que vivenciamos “a época do mundo hipermediático, do ciber mundo e da comunicação-mundo, estágio supremo, mercantilizado, da cultura” (LIPOVETSKY; SERROY, 2010, p. 14), também fica evidente que esse estágio não representa apenas a prevalência do exagero como característica da informação no contexto da hipermodernidade, mas também da ascensão dos modos da experiência individual subjetiva que, para fins dessa análise, circunscreve-se à categoria espiritualidade.

Esta categoria de análise vem ganhando destaque na contemporaneidade por ser compreendida como um viés para a busca da saúde e que tem como condicionantes da vida satisfatória e equilibrada a atenção aos aspectos espirituais dos sujeitos. Esse movimento surge em resposta aos modelos universalizantes e aos determinismos biomédicos, considerando que a saúde se trata de um estado de bem-estar físico, mental, emocional e espiritual e a busca por esse estado se processa na busca por diferentes terapias que têm na experiência individual corporificada a possibilidade de cura dos sujeitos a partir do reordenamento do universo simbólico.

A experiência místico-religiosa, nesse contexto, constitui-se no observatório das relações entre corporeidade e significação, sendo simultaneamente percepção e experiência. É por meio do corpo, segundo Csordas (2008), que experimentamos e nos tornamos humanos em múltiplas possibilidades. Trata-se, segundo o autor, de um corpo fenomênico, isto é, de um corpo que percebe e expressa em si mesmo um conjunto de sentidos e significados, que são sobretudo formas de materialização dos seres humanos.

Nesse contexto, a subjetividade circunscreve-se aos limites do corpo e destaca-se uma mudança na forma de elaboração das experiências, que parece sair do registro cérebro-razão para o registro do corpo-sensação introduzindo uma experiência religiosa que acontece e produz sentido no próprio corpo, o “modelo” de experiência religiosa que mais sentido parece fazer às subjetividades em busca de sensações. A espiritualidade passa a ser vivenciada intermediada pelas

sensações corporais estabelecendo uma relação que convencionamos como *bioespiritualidade*, ou seja, o processo de experiência que promove o encontro com o sagrado no próprio corpo.

Assumimos que a *bioespiritualidade* se trata de uma experiência física e psicologicamente intensa que determina processos de criação de modos de existência (de subjetivação). Essas experiências são tomadas como sensações próprias do encontro com o sagrado no corpo e são responsáveis por dar sentido à experiência existencial. O corpo como espaço do devir sagrado, encontra na *bioespiritualidade* reflexos da vida governada por princípios de ordem espiritualizante que transborda os momentos e espaços destinados ao sagrado, estendendo-se aos modos de vida e concepção de mundo. É a transgressão do antropocentrismo, quando o homem perde seu lugar privilegiado no centro do universo, sendo realocado no lugar do “viver-com”, onde humanos e não-humanos “com-vivem” (INGOLD, 2012).

Entretanto, esse modelo de vivência bioespiritualizante, apesar de, em um primeiro momento, indiciar uma nova ética, possivelmente subjacente ao esgotamento dos modelos de exploração dos recursos naturais ou da falência das metanarrativas (LYOTARD, 1988) e dos modelos epistemológicos explicativos modernos (SANTOS, 2007), na verdade, denuncia os aspectos característicos do imperialismo contemporâneo (NEGRI; HARDT, 2001) que destaca o individualismo, a desterritorialização e o consumismo como modos de vida. Nesse sentido, é necessário reconhecer que o modelo mais verticalizado de difusão globalizante, do centro para a periferia, ainda hegemônico no campo religioso, cede espaço a modalidades mais horizontalizadas de difusão, ou, como observa José Jorge de Carvalho (2001, p. 443), a uma globalização “que é negociada horizontalmente não a partir de centros de poder político e econômico, mas de um ponto remoto, embora radicalmente não-periférico”.

O detalhe mais evidente nesse processo de horizontalização da globalização da experiência espiritual, segundo Giddens (1997), seria o ganho de autonomia identitária dos indivíduos frente às “tradições” que sustentam muitas das modalidades religiosas existentes na atualidade. As religiões - e mesmo as religiosidades mais difusas e desinstitucionalizadas do mundo moderno -

necessitariam, em maior ou menor escala, de algum ancoramento em tradições com alguma profundidade histórica. Segundo Giddens (1997, p. 94), em sociedades que passaram por um processo de destradicionalização, ocorre que o indivíduo não tem “outra escolha senão decidir como ser e como agir”, pois, como sugere o autor, a tradição não mais lhe constrange a repetir o passado ou, parafraseando Bauman (1998, p. 113), já que o passado está proibido de se relacionar com o presente, tendo que decidir “como ser e como agir”, o indivíduo tornar-se-ia um ativo “escolhedor”, o que, por consequência, lhe fortaleceria ou lhe forneceria a autonomia: “a escolha ativa certamente produz - ou é - a autonomia” (GIDDENS, 1997, p. 94).

Anthony Giddens oferece um modelo para compreensão das lógicas que orientam os exercícios internos que o “eu” moderno imperiosamente tem que realizar para adaptar-se e deslocar-se nas sociedades ocidentalizadas dos tempos atuais. Sua noção de “reflexividade do eu” como um projeto da modernidade “ao mesmo tempo emancipatório e constrangedor” (GIDDENS, 1993, p. 87) para o indivíduo, sintetiza as ambiguidades a que estão sujeitas as pessoas na atualidade, diante dos dilemas de terem que exercitar uma suposta liberdade de opções que se mostra simultaneamente recompensadora em sua natureza democrática e opressora em sua natureza compulsória. Para Giddens (1993), a partir da vigência deste projeto, as opções, as escolhas individuais, desde as mais corriqueiras do cotidiano até as mais determinantes para a trajetória dos indivíduos, passam a ter que ser pensadas

[...] em termos de uma sociedade em que a tradição tem sido mais abandonada do que jamais foi, e em que o projeto reflexivo do eu assume correspondentemente uma importância especial. Quando grandes áreas da vida de uma pessoa não são mais compostas por padrões e hábitos preexistentes, o indivíduo é continuamente obrigado a negociar opções de estilo de vida. Além disso -e isto é crucial-, tais escolhas não são apenas aspectos ‘externos’ ou marginais das atitudes do indivíduo, mas definem quem o indivíduo ‘é’ (Giddens, 1993, p. 87).

No contexto apresentado por Giddens (1993), as escolhas de estilo de vida constituiriam a narrativa reflexiva do “eu” e, por conta, em grande parte, dos efeitos destradicionalizantes da globalização, o “eu” da atualidade é, portanto, alguém dotado de autorreflexão, de autodeterminação e que não se vê mais

constrangido a adotar e a seguir as diretrizes armazenadas na tradição. Entretanto, a despeito deste processo de autonomização do sujeito, com frequência são acionados recursos destinados a suprir as emergências subjetivas e preencher o vazio deixado pelas sociedades destradicionalizadas e a espiritualidade, conforme destacado, articula elementos da subjetividade ancorados na experiência corporal oferecendo um arsenal de significados que preenchem o vazio existencial do ser pós-moderno.

Esta experiência tem caráter efêmero e circunscreve-se ao tempo presente de forma líquida e instantânea, objetivando aplacar a angústia do vazio, nesse contexto, a espiritualidade na contemporaneidade permite entrever um caráter “opioide”, para usar um termo de Marx, que anestesia os sentidos do sujeito convertendo-o no indivíduo conformado e em conformidade com o sistema, em sua melhor versão produtiva (NEGRI; HARDT, 2001). A partir dessas considerações, deixamos entreaberto o debate que relaciona categorias como espiritualidade e subjetividade que, engendradas pelo sistema capitalista, imprimem no sujeito modos de ser e de sentir (HAROCHE, 2004).

2. O sagrado feminino e as representações do eu em mídias sociais

A categoria espiritualidade vem ganhando destaque na contemporaneidade e sua legitimidade enquanto possibilidade para agenciar a saúde pode ser atribuída a sua inserção no âmbito das ciências médicas em atendimento aquilo que foi preconizado pela 37ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde (OMS) (TONIOL, 2015). Conforme aponta Toniol (2015), no Brasil, o desenvolvimento dessa política iniciou-se a partir da crescente demanda da população brasileira e do atendimento às diretrizes e recomendações da OMS.

A partir de 2006, as agências nacionais de gestão pública em saúde incluíram a espiritualidade como viés nas possibilidades de tratamento de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), institucionalizando, na Atenção Básica, a medicina complementar e alternativa que figura na Política Nacional de Práticas Interativas e Complementares (PNPIC) por meio da Portaria GM/MS nº 9712, possibilitando a profusão de práticas para acessar um maior bem-estar.

A extensão e intensidade desse fenômeno, segundo Toniol (2018), estão relacionadas com o fato de que, cada vez mais, a espiritualidade é uma categoria que permite, aos agentes do campo da saúde, alterar a forma de organizar a realidade como complexa teia de relações sociais. Assim, a espiritualidade biologicamente inscrita se caracterizaria como um modo de sensibilidade que demanda permanente cultivo, prescrição e disciplina, sendo sugerida como uma dimensão da experiência do sujeito e condicionada pelas práticas com as quais se engaja, originando discursos que regeram modos de enunciar e produzir a espiritualidade como um tipo de performance.

Em torno desse ideal, uma complexa teia de relações e movimentos se organizam, articulando demandas particulares de determinados grupos às necessidades subjetivas de reorientação em busca de solução para questões de todas as ordens e que estariam relacionadas a comprometimentos da saúde do sujeitos. Nesse ponto, a saúde é tomada como um complexo sociocultural e as práticas alternativas de articulação de melhores condições de vida seriam o motor propulsor, oferecendo discursos amplamente difundidos nas redes sociais como uma panaceia para todos os males e a questão do feminino surge nesse bojo como um dos vieses que, segundo adeptas, necessitaria de cura.

Na atualidade, um movimento de mulheres vem se destacando nas mídias sociais por sua repercussão internacional, sendo conhecido como Sagrado Feminino. Esse movimento articula noções sobre gênero, corpo e espiritualidade no contexto da saúde feminina, abarcando uma multiplicidade de aspectos que conjugam ginecologia e psicologia e que são expressos por práticas corporais baseadas no conceito de patologização histórica do corpo feminino, preconizando a cura a partir de performances corporais amplamente difundidas nas mídias sociais. Essa prática ancora seus discursos na legitimação alcançada pela importância da espiritualidade no contexto de saúde e estimula suas seguidoras a optarem por práticas alternativas de cuidado com a saúde e com o corpo.

Segundo adeptas do movimento, o Sagrado Feminino está baseado na suposta necessidade de despertar, de conexão, de cura e de empoderamento de mulheres com vistas à libertação do que elas consideram “jugo do patriarcado” (KOSS, 2000). Na construção dos discursos do movimento nas páginas em redes

sociais são articulados conceitos de gênero que objetivam esclarecer indivíduos de ambos os sexos sobre o despertar interior da energia feminina, com base na tradição oriental da dupla polaridade energética Yin (feminina) e Yang (masculina) e na necessidade de equilíbrios dessas energias para a produção de um sujeito saudável (KOSS, 2000).

Segundo Monica Von Koss (2000), adepta e estudiosa do movimento, a era patriarcal teria conduzido a maximização do masculino, anulando a energia feminina e resultando na competição entre os sexos, o que, segundo a autora, teria desconectado as mulheres dos sentimentos de amor, compaixão e respeito mútuo, estimulando o desequilíbrio e o adoecimento feminino. Conforme a autora, o Sagrado Feminino prescinde a observação do corpo por suas adeptas e a reconexão com os ciclos naturais expressos pelas fases da vida da mulher: donzela menina menarca (1ª menstruação); despertar da sexualidade; despertar do amor humano; gravidez; menopausa; e idade sábia. Segundo ela, compreender os ciclos colaboraria na superação da inferiorização histórica do feminino e estaria associado a conquistar a idade sábia conhecedora de si mesma.

No contexto das discussões sobre a relação da opressão da mulher com as possibilidades de ressignificação pelas práticas do SF, aspectos como violência contra a mulher, machismo, desigualdade e opressão de gênero são acionados nos variados discursos midiáticos como justificativa para o empreendimento e estimulam mulheres a “lutar” contra supostos padrões limitantes impostos por crenças inscritas no âmbito da cultura. O mote do investimento nas práticas do Sagrado Feminino é a aposta na cura do feminino ferido, objetivando a realização da mulher que teria como elemento principal a felicidade individual. Sob a pretensão de libertar mulheres do jugo opressor das convenções de gênero e superar o patriarcado, milhões de dólares são movimentados por mulheres e grupos ao redor do mundo com viagens, eventos, venda de livros, consultorias e aconselhamentos que prometem a conquista de autoestima e confiança a partir da quebra de amarras e crenças consideradas limitantes, pois, segundo preconizado pela prática, é necessário o fortalecimento do sagrado para romper com os padrões.

Para observar como são articulados os conceitos saúde e espiritualidade com as noções de felicidade vinculada à performance corporal no contexto das mídias sociais, foi tomado como objeto de análise o canal *Santo Yoga*^{xi}. A relação entre doença, espiritualidade e infelicidade pode ser notada na citação reproduzida na página do canal:

Toda cura que precisamos começa em nós. Cada um de nós tem o poder de criar uma vida saudável e feliz. A capacidade de autocura nos é inerente, porém esquecemos desse poder. Existem muitas ferramentas para nos ajudar a manifestar essa cura interna. (OLIVEIRA, Gabriele Shridevi. “Os Chakras & O Feminino”. 2014)^{xi}.

O canal em referência compartilha conteúdo com base na filosofia vedanta indiana e tem o cultivo da felicidade como finalidade do ser. O conceito de felicidade adotado está vinculado à necessidade da busca espiritual pela autorrealização que é viabilizada pela experiência corporal que proporcionaria estados diferentes de consciência. A conquista da felicidade, segundo a premissa vedanta, estaria associada ao conhecimento do “eu” e difere da felicidade que surge através do contato com objetos, pois, segundo a referida filosofia, como os objetos estão em constante movimento e mudança, a felicidade advinda deles é “temporária” enquanto a felicidade obtida pelo conhecimento do “eu” é imutável, já que o “eu” é livre do tempo e do espaço. A discussão central enfatiza a necessidade do ser humano de ser feliz e coloca a relevância da experiência corporal como intermediária da felicidade e propiciadora da descoberta de uma suposta verdade sobre si mesmo ensejada no conjunto de todas as experiências.

A experiência corporal como elemento delineador da ressignificação da subjetividade e da saúde pode ser compreendida segundo David Le Breton (2009) em suas análises sobre corpo e corporalidade, pois o autor considera os aspectos sociais e culturais como elementos primordiais da dimensão simbólica do corpo e suas representações pelos atores são centrais para a sua compreensão. Segundo o autor, a existência corporal está imbuída no contexto social e cultural, canal pelo qual as relações sociais são elaboradas e vivenciadas, dando origem às representações e aos imaginários acerca do corpo, no âmbito individual e coletivo.

As relações com o corpo, entretanto, vão além da dimensão biológica. É através da corporeidade que as interações e os rituais entre os atores são

elaborados. A análise do corpo, enquanto elaboração das construções identitárias do grupo social, indicam a técnica corporal, a gestualidade, a etiqueta corporal, a expressão dos sentimentos e suas percepções sensoriais particulares. Assim sendo, as representações e os imaginários do corpo perpassam a relação que os atores têm com o mundo, incluindo modos de ser, de estar, de perceber e de sentir estados físicos e de espíritos.

As percepções e as interpretações sobre o mundo e a existência ocorrem somente em termos de uma compreensão vivida e, portanto, na experiência de se estar no mundo, em que o corpo assume papel fundamental, ou seja, é a partir de uma consciência sobre o corpo que se inscrevem e se revelam as várias dimensões da vida com todas suas contradições e seus conflitos. Nessa experiência corporal, as diferentes concepções e as práticas relacionadas à saúde e à doença são percebidas, criadas e recriadas com interação dinâmica estabelecida entre os indivíduos, conflitos e negociações, em um contexto das redes de relações socioculturais que compartilham. Nesse bojo, as práticas corporais e terapêuticas seriam as possibilitadoras da ressignificação da realidade dos sujeitos, alterando sua percepção sobre o mundo, o que indica a importância do ritual na vida humana.

Dentro da proposta de empoderamento da mulher e difundida pelo movimento do Sagrado Feminino, são oferecidos pelo canal *Santo Yoga* encontros, palestras, vivências, rodas de conversa, oficinas e práticas de saberes ancestrais com o objetivo de resgatar o contato da mulher com seus ciclos, com a sua natureza interna e externa, evidenciando a importância do contato com o corpo e a relação com ancestralidade.

No canal em questão, a realização da felicidade feminina é abordada tomando como base aspectos das discussões de gênero, recuperando as noções de pré-história e patriarcado como fatores relevantes que contribuíram para a subjugação do corpo feminino e seu consequente adoecimento, o que pode ser evidenciado no trecho que segue:

Na antiguidade, mulheres se juntavam durante a Lua Nova ou Cheia em Tendas Vermelhas para compartilhar, curar e conectar-se com seu interior, com seu sagrado, com sua força e seu amor, com o círculo de mulheres, com a natureza, e com a mãe divina.

Era um momento profundo de acolhimento, amor e união com liberação de sua mente e emoções, de alinhamento, de conscientização e empoderamento de quem eram e de seus propósitos. Através dessas experiências cultivavam a conexão com seus valores e poder interno, e assim, mantinham vivas suas capacidades de cura, visão, intuição, equilíbrio pessoal e da comunidade. Mas, nos tempos modernos essa conexão e conhecimento foram perdidos^{xi}.

O discurso sobre o corpo feminino doente é contraposto às práticas ritualistas que se pretendem empoderadoras do corpo feminino e de sua essência e tomam como base a subjetividade, conforme destaca o trecho a seguir:

Toda cura que precisamos começar em nós. Cada um de nós tem o poder de criar uma vida saudável e feliz. A capacidade de autocura nos é inerente, porém esquecemos desse poder. Existem muitas ferramentas para nos ajudar a manifestar essa cura interna. Há um profundo conhecimento sobre os ciclos e sabedorias femininas. Uma experiência para reconectar com nossa essência divina, reaprender a escutar nossa intuição, utilizar a força do amor para empoderar nosso propósito no mundo e manifestar nosso poder para colaborar no equilíbrio e paz da nossa vida, dos que amamos e do mundo^{xi}.

São acrescentados a esses rituais de cura do feminino exercícios baseados na prática de Yoga, respiração e meditação e da constituição do corpo segundo essa filosofia, exaltando a importância da transformação interna para a saúde do corpo da mulher, conforme aponta o destaque abaixo:

Respire e entregue-se aos momentos incríveis e transformadores que preparamos especialmente para você que busca por transformação interna através do autoconhecimento! Queremos que você tenha mais inspiração e direcionamento para as infinitas possibilidades que te colocam em contato com sua essência^{xi}.

Conforme pode-se notar a partir do trecho acima, a protagonista do canal aposta na multiplicidade de aspectos que evocam a suposta importância da subjetividade saudável como pressuposto para a felicidade e essa conquista estaria, segundo ela, associada às experiências corporais, o que é acionado em sua frase de destaque no site: “relembre a arte de ser você e cure pela reconexão com seu feminino e sua essência”.

Pode-se perceber que as práticas preconizadas pelo Sagrado Feminino e destacadas no site *Santo Yoga* estão acompanhadas de um discurso de subjetivação da identidade feminina que se materializa na exposição da figura da mulher equilibrada e saudável, livre e realizada, portanto, feliz. Nesse contexto, a noção de felicidade difundida pelo movimento Sagrado Feminino parece estar em acordo com Paula Sibilia (2015), no texto *Autenticidade e performance: a construção de si como personagem visível*, quando ela discorre sobre o impacto da forma de subjetividade na vida contemporânea.

A ideia de autenticidade (quem se é) manipulada pelo discurso do movimento articula elementos do mundo interior do indivíduo e exige constante exposição da intimidade dessas mulheres nas mídias digitais em busca de legitimidade e aprovação de suas posturas individuais. Esse aspecto parece interferir na performance cotidiana dessas mulheres, estimulando uma exposição constante de si, revelando o eu autêntico a partir da constante busca de legitimação das confrades. Esse contexto parece apontar para uma incoerência, pois o *eu* deixa de ser estável, processo ocasionado pela valorização da mudança de si e de suas práticas, baseado na noção de reinvenção de si. Esse movimento para o exterior (as práticas rituais) parece promover discursos de transformação subjetiva acompanhados pela transformação da relação dos indivíduos com o corpo.

Nesse contexto, a forma de subjetividade é dirigida ao outro para validação, pois o olhar do outro é importante por ser o responsável por dar vida aquilo que se expõe, como um personagem de uma peça teatral. Sobre esse aspecto, Sibilia (2015) destaca que, no contexto atual das mídias digitais, a validação social transfere-se do campo privado para o público, o “outro” que confere validação deixa de ser a família ou os grupos da intimidade e passa para os grupos fora do mundo privado e, assim, a experiência feminina com o corpo estaria modulada pela experiência em grupo.

As noções e vivências do corpo feminino e sua natureza transferem-se do campo íntimo para o campo coletivo onde milhares de mulheres no mundo experimentam um desempenho constante das performances relativas ao menstruar, fazer sexo, engravidar, padronizar a felicidade e a busca por autorrealização. Esse processo, segundo a autora, está relacionado com

transformação na forma como se constroem os laços sociais implicando na transferência da validação do outro privado para o outro público, exigindo um desempenho constante do indivíduo sempre em busca de aprovação ou validação apontando para o sentido de performance como desempenho repetitivo de um quase personagem.

Considerações Finais

Procuramos expor, através do pensamento de diversos autores, algumas das faces da pós-modernidade que nos colocam frente a uma realidade globalizante numa dinâmica capitalista que envolve o indivíduo em todas as instâncias da vida. O processo de destradicionalização pelo qual vem passando as sociedades pós-modernas tem exigido que o indivíduo decida como ser e como agir num contexto em que o desapego dá o tom das relações de sociabilidade.

Desamparado num mundo vazio, o sujeito hipermoderno busca acolhimento e conforto nas experiências místico-religiosas. A espiritualidade, enquanto categoria de análise, imersa na constante relação de significados que agenciam sentidos à existência humana no contexto da hipermodernidade articulam elementos da subjetividade ancorados na experiência corporal oferecendo um arsenal de significados que preenchem o vazio existencial do ser pós-moderno.

Neste contexto, evidencia-se que, ao contrário do que fora cogitado, as categorias espiritualidade e religião, mesmo que ressignificadas, ainda se constituem temáticas relevantes para a compreensão das relações estabelecidas entre os sujeitos e o contexto social imprimindo modos de ser e de sentir que orientam a trajetória humana.

Nesse contexto, a subjetividade circunscreveu-se aos limites do corpo e destacou-se uma mudança na forma de elaboração das experiências, que parece ter saído do registro cérebro-razão para o registro do corpo-sensação introduzindo uma experiência religiosa que acontece e produz sentido no próprio corpo. A espiritualidade passou a ser vivenciada intermediada pelas sensações corporais e, nesse bojo, desenvolveu-se o processo de experiência que promoveu o encontro com o sagrado no próprio corpo, fornecendo alternativas focadas na cura pela experiência corporal.

A possibilidade de contato com a espiritualidade a partir da experiência corporal, visando a ressignificação de experiências consideradas traumáticas, vem despertando mulheres em torno de um processo curativo específico para o feminino. Nesse meio, o Sagrado Feminino despontou como um recurso que dialoga sobre questões de gênero, subalternização da mulher e sua relação com a infelicidade.

Nesse contexto, as mídias sociais vêm ocupando lugar de destaque na divulgação e popularização das práticas, evidenciando o papel propulsor que a Internet vem desempenhando nas articulações contemporâneas das discussões relacionadas às temáticas de gênero e, nesse sentido, o sagrado constitui-se o viés que articula realização pessoal com espiritualidade, concentrando esforços sobre a cura do feminino ferido.

A mulher contemporânea, ao que tudo indica, parece disposta a mergulhar na sua própria escuridão e resgatar sua história subalternizada pelo machismo e pelo androcêntrico da existência. Dessa forma, consideramos que o alinhamento do movimento do Sagrado Feminino às mídias digitais uma ferramenta de empoderamento e crítica que parece oferecer a esses grupos de mulheres possibilidade para promover, em alguma medida, questionamentos sobre o jugo da dominação masculina sobre seus corpos e suas mentes.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. (1977). **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BRETON, David Le. **As paixões ordinárias**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CARVALHO, José Jorge. O olhar etnográfico e a voz subalterna. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 7, n. 15, p. 107-147, julho de 2001.
- CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Denis de (org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 255-287.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2006.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Unesp, 1993.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: Ulrich Beck; Antony Giddens; Scott Lasch (Orgs.). **Modernidade reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Unesp, 1997. p. 73-134.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: **Educação & Realidade**. jul/dez. 1997. p. 15-46.

HAROCHE, Claudine. Descontinuidade e intangibilidade da personalidade: a relação com o tempo no individualismo contemporâneo. **ArtCultura**, v. 6, n. 9, 2006. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1374> Acesso em: 21 de março de 2021.

INGOLD, Timothy. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/JRMDwSmzv4Cm9m9fTbLSBMs/?lang=pt> . Acesso: 21 de setembro de 2017.

KOSS, Monika Van. **Feminino + Masculino: uma nova coreografia para a eterna dança das polaridades**. São Paulo: Escrituras, 2000.

LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo**. Barueri: Manole, 2004.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal: ensaios sobre a sociedade de hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A Cultura-Mundo. Resposta a uma sociedade desorientada**. Lisboa: Edições 70, 2010.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

MINAYO, Maria Cecília. De S. **O desafio da pesquisa social**. In: Minayo, M. C. De S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

SIBILIA, Paula. Autenticidade e performance: a construção de si como personagem visível. **Fronteiras Estudos Midiáticos**. v. 17, n. 3, 2015. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2015.173.09> Acesso: 21 de abril de 2021.

SPENGLER, Oswald. **La decadencia de Occidente. Una morfologia de la Historia Universal**. Madrid: Espasa Calpe, 2009.

TONIOL, Rodrigo. Atas do espírito: a Organização Mundial da Saúde e suas formas de instituir a espiritualidade. **Anuário Antropológico**. v. 42, n. 2, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/2330> Acesso: 21 de abril de 2021.

TONIOL, Rodrigo. Experts no espírito. Reflexões sobre a legitimação da espiritualidade com uma dimensão de saúde a partir do SUS. **Anais da ReACT - Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia**. v. 2, n. 2, 2015. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/1390> Acesso: 21 de abril de 2021.

TURATO, Egberto Ribeiro. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Rev. Saúde Pública**, v. 3, n. 39, 507-514, 2005. Recuperado em 20 de agosto de 2022, de <https://www.scielo.br/j/rsp/a/qtCBFFfZTRQVsCJtWhc7qnd/?format=pdf&lang=pt>

SUBMETIDO: 06/12/2023

APROVADO: 18/04/2024

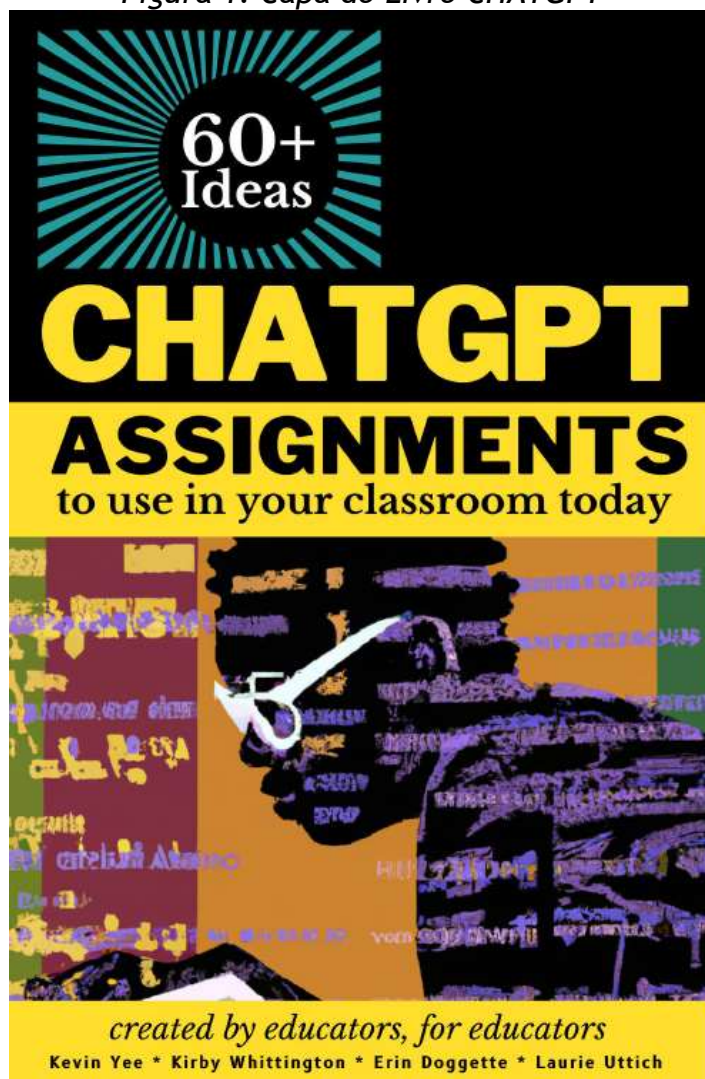
Resenha/Recensão

COMO USAR O CHATGPT EM SALA DE AULA

Yee, Kevin; Whittington, Kirby; Doggette, Erin; Uttich, Laurie. **ChatGPT Assignments to Use in Your Classroom Today. Created by educators, for educators.** Orlando Florida, FCTL Press, University of Central Florida, 2023. Disponível em: <https://stars.library.ucf.edu/oer/8> Acesso em: 15 dez. 2023.

SONIA REGINA SOARES DA CUNHA
Faculdade de Tecnologia de São Paulo, São Paulo
LAWRENBURG ADVÍNCULA DA SILVA
Universidade do Estado de Mato Grosso, UNEMAT -Mato Grosso

Figura 1: Capa do Livro CHATGPT



Fonte: UTTICH, 2023^{xi}

Provavelmente as aventuras e desventuras do supercomputador Hal 9000, do clássico *2001: Uma Odisseia no Espaço* de Stanley Kubrick (1928-1999), não

somente renunciaram o quanto os avanços tecnológicos colaboraram para abertura de novas jornadas de descobertas além daquelas eternizadas por navegadores como Cristóvão Colombo, Vasco da Gama ou Pedro Álvares Cabral, bem como evidenciaram em que medida a relação entre os seres humanos e as Inteligências Artificiais apresenta elementos e efeitos que comprovam cada vez mais a imprescindibilidade da segunda. O surgimento de ferramentas gerativas de Inteligência Artificial (genAI) como o *ChatGPT* (conversa/texto gerado através da IA) criou oportunidades e desafios para os educadores repensarem a pedagogia, as tarefas e o currículo. Pensando nisso, Kevin Yee, Kirby Whittington, Erin Doggette e Laurie Uttich, professores da Universidade Central da Flórida (UCF), nos Estados Unidos, com décadas de experiência em educação superior, escreveram o livro *ChatGPT Assignments to Use in Your Classroom Today. Created by educators, for educators (ChatGPT Tarefas para usar hoje em sala de aula. Criado por educadores, para educadores)*. Numa rápida definição, GPT é uma ferramenta criada pela *OpenAI* (Inteligência Artificial de Acesso Aberto) cuja sigla significa *Generative Pre-trained Transformer*. A integração de ferramentas gerativas de IA como o *ChatGPT* em sala de aula pode oferecer possibilidades interessantes para educadores e alunos, pois, há anos, a IA alimenta a comunicação através dos telefones, das notícias, dos carros e inúmeros outros aspectos da vida humana. Mas, para muitos educadores, o *ChatGPT* parece ser a ruptura mais profunda já experienciada. Os autores observam que o *ChatGPT* funciona como um grande modelo de linguagem (*Large Language Models - LLMs*), portanto, consideram interessante desenvolver essa fluência nos alunos. Contudo, reconhecem os riscos de plágio e narrativas desconexas, por isso destacam a importância da utilização da IA de forma crítica e ética. O livro apresenta um Glossário com dicas de ferramentas de IA e 61 sugestões de estratégias concretas que podem ser aplicadas para estimular o desenvolvimento de habilidades nos estudantes de diversos cursos.

Os autores explicam que o *ChatGPT* e seus concorrentes, especialmente, aqueles que se concentram em geração de textos (*Large Language Models - LLMs*) integram um ramo da IA conhecido como gerativa. Os LLMs guardam trilhões de

textos como livros, artigos, ou material impresso e digital que sejam considerados relevantes para um amplo público.

LLMs como ChatGPT são essencialmente preditores de palavras. Com base em exemplos anteriores de textos gravados, eles têm uma boa ideia lógica de qual seria a próxima palavra em qualquer frase. Assim, esses sistemas não pensam realmente. Eles nem sequer compreendem o significado das suas palavras, levando alguns estudiosos a comparar LLMs com papagaios - eles podem imitar a fala, mas não compreendem o que estão dizendo. Portanto, todos, desde professores até alunos, precisam lembrar que esses preditores de palavras não são geradores de respostas. (YEE, 2023, p. ii)^{xi}.

Na presente obra, além do alerta para que professores e estudantes não confiem nas citações acadêmicas e/ou fatuais do ChatGPT, os autores refletem que a ferramenta pode ser útil para *brainstorming* (tempestade de ideias) e ideação - especialmente ao criar listas de subtópicos ou marcadores relacionados à busca de uma determinada solução rápida (*prompt*). Em outras palavras, temos que buscar refletir e compreender sobre a inevitabilidade da IA na atualidade, e procurar orientar os alunos a pensar criticamente e preparar-se para um futuro/presente transformado pela inteligência artificial na vida cotidiana, no mundo acadêmico e no exercício profissional. Esse novo futuro digital exigirá oito competências: carreira e autodesenvolvimento, comunicação, pensamento crítico, equidade e inclusão, liderança, profissionalismo, trabalho em equipe e tecnologia. Para atingir plenamente essas competências faz-se necessário desenvolver sete componentes: 1. Compreender como funciona a IA; 2. Decidir quando usar IA (e quando não); 3. Avaliar o valor do uso da IA; 4. Aplicar métodos eficazes; 5. Avaliar o resultado da IA; 6. Agregar valor humano; e 7. Adaptabilidade digital. (YEE, 2023, p. vi)^{xi}.

O livro está organizado em seções. Cada capítulo apresenta uma breve explicação sobre uma questão relacionada ao *ChatGPT* com sugestões de atividades práticas. As primeiras tarefas exploram a engenharia gerativa imediata da ferramenta, buscando esclarecer por que precisamos nos tornar fluentes nessa

linguagem e como aplicar esses modelos de linguagem na educação. A seção de tarefas relacionadas à redação é bem extensa e trabalha sugestões de atividades como por exemplo: alterar a solicitação e pedir para ChatGPT fornecer informações em diferentes tamanhos; solicitar ao ChatGPT respostas explicativas/elucidativas para uma questão que o aluno não acertou em uma prova; demonstrar que a busca feita pelo ChatGPT apresenta um resultado mais amplo do que as buscas feitas pelos mecanismos de pesquisa da Internet; criação de textos, contra-argumentos, elevando o nível léxico da escrita, com melhoria significativa no encadeamento lógico das frases, entre outras. Enfim, mecanismos que estimulam o aluno a superar o bloqueio de escritor (*overcoming writer's block*), com uma escrita mais criativa e praticando a redação de textos com o ChatGPT como caixa de ressonância (*sounding board*). No último capítulo, os autores apresentam tarefas que têm por objetivo ajudar os alunos a compreender melhor a carreira que desejam seguir. Lá o aluno tem acesso a exemplos de currículos de sucesso e outros materiais de aplicação.

Não é nenhum segredo que muitos estudantes universitários têm medo do futuro e sentem muita ansiedade ao escolher uma área de especialização ou carreira. Estes receios - muitas vezes associados à acumulação de dívidas estudantis - podem criar stress e frustração adicionais. ChatGPT pode oferecer exercícios de autoavaliação que identificam pontos fortes e interesses e combinam essas descobertas com uma infinidade de planos de carreira. Também pode pesquisar indústrias e as suas perspectivas futuras, fornecer informações sobre o mercado de trabalho a nível mundial e em locais específicos e partilhar detalhes sobre responsabilidades profissionais, oportunidades de crescimento e salários. (YEE et al., 2023, p. 121).^{xi}

O livro pode ser considerado o primeiro a tratar do tema *ChatGPT* e Educação a partir da perspectiva de ensino superior. O original foi publicado no final de 2023, em língua inglesa, ou seja, o universo da pesquisa é o dos Estados Unidos. Ao analisarmos o tema para o Brasil, uma dificuldade para muitos alunos seria a obtenção de respostas em português sobre temas brasileiros. Outro ponto

importante a ser debatido é a inclusão digital brasileira, gratuita, pois apesar de 91,5% dos lares brasileiros terem acesso à Internet segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023 *apud* BRASIL, 2023), apenas 31% dos estudantes da rede pública contam com acesso à Internet nas escolas, bem como acesso a softwares gratuitos nos computadores das instituições educacionais. Outro ponto fundamental é a segurança do cidadão (IBGE 2023) tanto na vida online (ao navegar na Internet) quanto na realidade cotidiana, na zona rural e/ou urbana, onde bandidos entram em escolas para roubar computadores, e nas ruas das grandes cidades ladrões roubam celulares, tablets e notebooks das mãos das pessoas em plena luz do dia.

Referências:

BRASIL. Internet chega a 87,2% dos brasileiros com mais de 10 anos em 2022, revela IBGE. Brasília: Ministério das Comunicações, PNAD Contínua, 9 nov. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2023/novembro/internet-chega-a-87-2-dos-brasileiros-com-mais-de-10-anos-em-2022-revela-ibge> Acesso em: 16 jan. 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro: Estatísticas, IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=38475> Acesso em: 15 jan. 2024.

Yee, Kevin; Whittington, Kirby; Doggette, Erin; Uttich, Laurie. **ChatGPT Assignments to Use in Your Classroom Today. Created by educators, for educators**. Orlando Florida, FCTL Press, University of Central Florida, 2023. Disponível em: <https://stars.library.ucf.edu/oer/8> Acesso em: 15 dez. 2023.

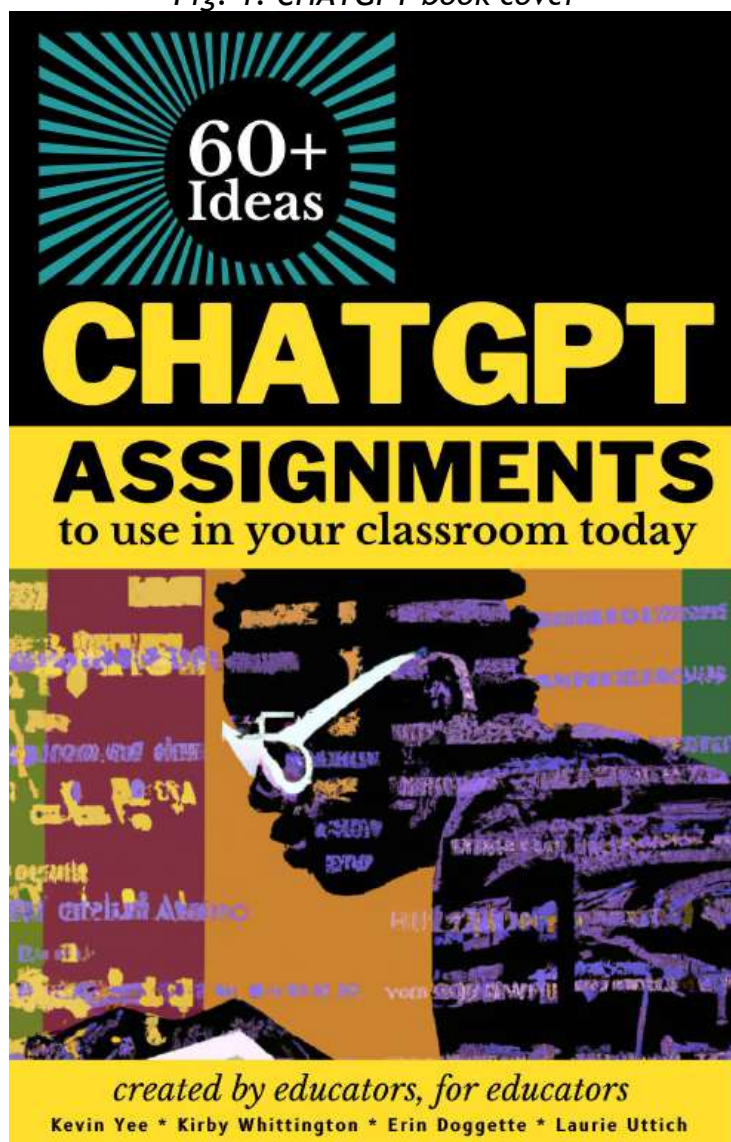
SUBMETIDO: 21/04/2024
APROVADO: 24/04/2024

Review

Yee, Kevin; Whittington, Kirby; Doggette, Erin; Uttich, Laurie. **ChatGPT Assignments to Use in Your Classroom Today. Created by educators, for educators.** Orlando Florida, FCTL Press, University of Central Florida, 2023. Disponível em: <https://stars.library.ucf.edu/oer/8> Acesso em: 15 dez. 2023.

SONIA REGINA SOARES DA CUNHA
Faculdade de Tecnologia de São Paulo, São Paulo
LAWRENBURG ADVÍNCULA DA SILVA
Universidade do Estado de Mato Grosso, UNEMAT -Mato Grosso

Fig. 1: CHATGPT book cover



Source: UTTICH, 2023^{xi}

Probably the adventures and misadventures of the supercomputer Hal 9000, from the classic *2001: A Space Odyssey* by Stanley Kubrick (1928-1999), not only

foreshadowed how much technological advances contributed to opening new journeys of discovery beyond those immortalized by navigators like Cristóvão Colombo, Vasco da Gama or Pedro Álvares Cabral, as well as demonstrating the extent to which the relationship between Human beings and Artificial Intelligence presents elements and effects that increasingly prove the indispensability of the latter. The emergence of generative Artificial Intelligence (genAI) tools like ChatGPT (AI-generated conversation/text) has created opportunities and challenges for educators to rethink pedagogy, tasks, and curriculum. With this in mind, Kevin Yee, Kirby Whittington, Erin Doggette and Laurie Uttich, professors at the University of Central Florida (UCF), in the United States, with decades of experience in higher education, wrote the book *ChatGPT Assignments to Use in Your Classroom Today. Created by educators, for educators*. In a quick definition, GPT is a tool created by OpenAI (Open Access Artificial Intelligence) whose acronym stands for Generative Pre-trained Transformer. Integrating generative AI tools like ChatGPT into the classroom can offer exciting possibilities for educators and students, as AI has been powering communication through phones, news, cars, and countless other aspects of Human life for years. But for many educators, ChatGPT appears to be the most profound disruption they have ever experienced. The authors note that ChatGPT works as a Large Language Model (LLMs), therefore, they consider interesting to develop this fluency in students. However, they recognize the risks of plagiarism and disconnected narratives, which is why they highlight the importance of using AI critically and ethically. The book presents a *Glossary* with AI tool tips and 61 suggestions for concrete strategies that can be applied to stimulate the development of skills in students in different courses.

The authors explain that ChatGPT and its competitors, especially those that focus on text generation (Large Language Models - LLMs) integrate a branch of AI known as generative. LLMs store trillions of texts such as books, articles, or printed and digital material that are considered relevant to a wide audience.

LLMs like ChatGPT are essentially word predictors. Based on previous examples of recorded text, they have a good logical idea of what the next word in any sentence would be. So, these systems

don't really think. They don't even understand the meaning of their words, leading some scholars to compare LLMs to parrots - they can imitate speech, but they don't understand what they are saying. Therefore, everyone from teachers to students need to remember that these word predictors are not answer generators. (YEE, 2023, p. ii).

In this work, in addition to warning teachers and students not to trust ChatGPT's academic and/or factual citations, the authors reflect that the tool can be useful for brainstorming and ideation - especially when creating lists of subtopics or markers related to the search for a specific quick solution (prompt). In other words, we must seek to reflect and understand the inevitability of AI today and seek to guide students to think critically and prepare for a future/present transformed by artificial intelligence in everyday life, in the academic world and in professional practice. This new digital future will require eight skills: career and self-development, communication, critical thinking, equity and inclusion, leadership, professionalism, teamwork and technology. To fully achieve these skills, it is necessary to develop seven components: "1. Understand how AI works; 2. Decide when to use AI (and when not); 3. Assess the value of using AI; 4. Apply effective methods; 5. Evaluate the result of the AI; 6. Add human value; and 7. Digital adaptability". (YEE, 2023, p. vi).

The book is organized into sections. Each chapter presents a brief explanation of an issue related to ChatGPT with suggestions for practical activities. The first tasks explore the immediate generative engineering of the tool, seeking to clarify why we need to become fluent in this language and how to apply these language models in education. The writing-related tasks section is quite extensive and includes suggestions for activities such as: changing the request and asking ChatGPT to provide information in different sizes; request ChatGPT for explanatory/clarifying answers to a question that the student did not get right on a test; demonstrate that the search carried out by ChatGPT presents a broader result than searches carried out by Internet search engines; creation of texts, counter-arguments, raising the lexical level of writing, with significant improvement in the logical chain of sentences, among others. In short,

mechanisms that encourage students to overcome writer's block, with more creative writing and practicing writing texts with ChatGPT as a sounding board. In the last chapter, the authors present tasks that aim to help students better understand the career they want to pursue. There the student has access to examples of successful CVs and other application materials.

It's no secret that many college students are afraid of the future and feel a lot of anxiety when choosing a major or career. These fears - often associated with accumulating student debt - can create additional stress and frustration. ChatGPT can offer self-assessment exercises that identify strengths and interests and match these findings to a multitude of career paths. You can also research industries and their future prospects, provide job market insights globally and in specific locations, and share details about job responsibilities, growth opportunities, and salaries. (YEE et al., 2023, p. 121).

The book can be considered the first to address the topic of ChatGPT and Education from the perspective of higher education. The original was published at the end of 2023, in English, that is, the research universe is the United States. When analyzing the topic for Brazil, a difficulty for many students would be obtaining answers in Portuguese on Brazilian topics. Another important point to be debated is Brazilian digital inclusion, free of charge, because although 91.5% of Brazilian homes have access to the Internet according to data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE, 2023 *apud* BRASIL, 2023), only 31% of public-school students have access to the Internet at schools, as well as access to free software on computers at educational institutions. Another fundamental point is citizen safety (IBGE 2023) both in online life (when browsing the Internet) and in everyday reality, in rural and/or urban areas, where criminals enter public schools to steal computers, and even on the streets Thieves in big cities steal cell phones, tablets and notebooks from people's hands in broad daylight.

Referências:

BRASIL. Internet chega a 87,2% dos brasileiros com mais de 10 anos em 2022, revela IBGE. Brasília: Ministério das Comunicações, PNAD Contínua, 9 nov. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2023/novembro/internet-chega-a-87-2-dos-brasileiros-com-mais-de-10-anos-em-2022-revela-ibge> Acesso em: 16 jan. 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais.** Rio de Janeiro: Estatísticas, IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=38475> Acesso em: 15 jan. 2024.

Yee, Kevin; Whittington, Kirby; Doggette, Erin; Uttich, Laurie. **ChatGPT Assignments to Use in Your Classroom Today. Created by educators, for educators.** Orlando Florida, FCTL Press, University of Central Florida, 2023. Disponível em: <https://stars.library.ucf.edu/oer/8> Acesso em: 15 dez. 2023.

SUBMETIDO: 21/04/2024
APROVADO: 24/04/2024